

UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
AGRÍCOLA

DISSERTAÇÃO

**A PARTICIPAÇÃO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL E O
DEBATE SOBRE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE
EDUCAÇÃO FÍSICA.**

CAMILA SONJA CHAGAS BRAGA BORGES

2023



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**A PARTICIPAÇÃO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL E O DEBATE
SOBRE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA.**

CAMILA SONJA CHAGAS BRAGA BORGES

Sob Orientação da Professora

Dra Nadia Maria Pereira de Souza

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola. Área de Concentração em Educação Agrícola.

**Seropédica, RJ
Setembro de 2023**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

B732p BORGES, CAMILA SONJA CHAGAS BRAGA , 1989-
A PARTICIPAÇÃO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL E O DEBATE
SOBRE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA /
CAMILA SONJA CHAGAS BRAGA BORGES. - Seropédica, 2023.
94 f.: il.

Orientadora: Nadia Maria Pereira de Souza.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação
Agrícola, 2023.

1. Licenciatura em Educação Física. 2. Movimento
Estudantil. 3. Formação de Professores. I. Souza, Nadia
Maria Pereira de , 1962-, orient. II Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós
Graduação em Educação Agrícola III. Título.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal
de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 "This study was financed
in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil
(CAPES) - Finance Code 001"

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

CAMILA SONJA CHAGAS BRAGA BORGES

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM: 25/09/2023

Nadia Maria Pereira de Souza, Dra. UFRRJ

Amparo Villa Cupolillo, Dra. UFRRJ

Elizandra Garcia da Silva, Dra. UFF



Emitido em 05/10/2023

HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO N° 79/2023 - PPGEA (11.39.49)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 09/10/2023 09:22)

AMPARO VILLA CUPOLILLO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptTPE (12.28.01.00.00.00.24)
Matrícula: ###222#9

(Assinado digitalmente em 05/10/2023 12:05)

NADIA MARIA PEREIRA DE SOUZA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptTPE (12.28.01.00.00.00.24)
Matrícula: ###677#7

(Assinado digitalmente em 09/10/2023 08:14)

ELIZANDRA GARCIA DA SILVA
ASSINANTE EXTERNO
CPF: ####.###.429-##

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/documentos/> informando seu número: **79**, ano: **2023**, tipo: **HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**, data de emissão: **05/10/2023** e o código de verificação: **75c810e9a1**

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo pedir licença e agradecer aos meus ancestrais por me permitirem estar onde estou. Hoje posso falar com clareza que existe uma Camila durante a graduação e após o mestrado e não por todo o conhecimento que adquiri em ambos os períodos, mas o que foi construído na trajetória. Nesse percurso passamos por uma pandemia que nos fez refletir sobre coisas que em momentos comuns nos passavam despercebidas, fez com que nos aproximássemos e nos distanciássemos ao mesmo tempo e que pudéssemos dar valor a diversidade de artes que estavam ao menor alcance. A pandemia nos fez estreitar os nossos laços com nós mesmos e a ter que lidar com as piores frustrações, as nossas.

Foi nesse período que temporalmente parecia que havia dado um salto pela quantidade de acontecimentos que fomos acometidos e porque gigantes que caminhavam do meu lado teriam seguido para outra caminhada, nesse turbilhão de sentimentos pude perceber que houve bons aprendizados que estão rendendo frutos por meio deste trabalho.

Sobre trilhar caminhos que nem sempre sabemos onde vai nos levar, referenciar a pessoa que acreditou em mim antes mesmo de pensar na possibilidade de efetivar este projeto, o que seria de mim se não fossem as Marias no meu caminhar, todo mérito a minha orientadora Nádia Maria por ser meu chão nesse percurso, pela confiança, compreensão, carinho e amizade meu eterno agradecimento.

E é resgatando os laços que ancestralmente nos é trazido que agradeço aos meus Pais Solange e Fernando que por meio da referência deles pude me colocar neste lugar para contar um pouco de nossa trajetória e meus irmãos que mesmo por vezes me desequilibraram e por outras, mesmo sem saber me levaram a possibilitar percursos.

Há muito tempo meu pai havia me contado histórias que existiriam pessoas que levaríamos para as nossas vidas e que seriam tão importantes do que aquelas que tinham o mesmo sangue que o nosso e o movimento estudantil me trouxe isso de uma forma muito bonita, eu tenho irmãos e irmãs dos quais compartilho muito do que sou, que me dão acolhimento, que são muito sábios e que as vezes só tiraram bons sorrisos do meu rosto e deles eu levo sempre um pouco comigo, Muito agradecida Cris, Isabella e Juh.

Existem outras pessoas que nos perguntamos o motivo de se aproximaram e que nem sempre é para compreendermos naquele tempo, mas que, era necessário que houvesse um aprendizado mútuo e a palavra cumplicidade e parceria são as que melhor definem meus agradecimentos a ti Rick.

E por fim ao meu amigo Bruno, agradecida por estar presente nos momentos mais inusitados.

A todos os trabalhadores que não tiveram a oportunidade de ocupar essas cadeiras, e tantos estudantes que por condições alheias as suas vontades não concluíram o processo de ensino institucional, é principalmente por todos nós.

A nossa banca por ter aceitado nosso convite em contribuir na construção desta pesquisa.

Axé

RESUMO

BORGES, C.S.C.B. A Participação do Movimento Estudantil de Educação Física e o Debate Sobre Formação de Professores de Educação Física. 2023. 94f. (Dissertação de Mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola. Seropédica – RJ, 2023.

A forma como indivíduos transitam, convivem e se organizam ditam, majoritariamente, as derivações das diversas configurações de fazer política e principalmente como cada organização social manifestará publicamente suas subjetividades, nesse sentido, o tema desta pesquisa ‘o movimento estudantil’, enquanto mobilização fundamental na promoção de debates e na articulação de temáticas que dialoguem com elementos encontrados no cotidiano busca para além de suas necessidades pontuais e de vivência, a partir de demandas reais, o fundamento teórico-metodológico para dialogar com o corpo discente e docente e assim, expressar essas demandas de modo que suas vozes sejam ouvidas e organizadas principalmente nos debates acerca da formação de professores na área. O objetivo principal desta pesquisa foi analisar a participação do movimento estudantil do Curso de Educação Física no debate sobre a formação de professores na área. A pesquisa de natureza qualitativa realizou uma busca bibliográfica acerca do movimento estudantil e da discussão da pauta sobre a formação dos professores, se caracterizando como inédita na proposta e delimitação. Os procedimentos de pesquisa utilizados foram: pesquisa teórica e histórica, pesquisa legal e a revisão sistemática de fontes, a partir da meta-análise de publicações dos ‘Cadernos da Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física’ a fim de caracterizar as pautas e lutas históricas dos discentes por meio de um recorte temporal do período correspondente a 2012 até 2014, quando estes embates ganharam relevância histórica no Brasil. Os resultados da investigação contribuíram para contextualizar as pautas do Movimento Estudantil e assim auxiliar de forma dialética o processo de articulação e discussão participativa sobre o debate histórico sobre as políticas educacionais de formação de professores de Educação Física no Brasil e as concepções históricas, valorizando a formação ampliada, crítica e plena do licenciado em Educação Física. A pesquisa teve relevância científica e social pois fez uma análise das publicações relevantes para a temática e dos debates mediados no movimento estudantil acerca da pauta sobre a formação docente.

Palavras-chave: Licenciatura em Educação Física, Movimento Estudantil, Formação de Professores.

ABSTRACT

BORGES, C.S.C.B. **The Participation of the Physical Education Student Movement and the Debate on Physical Education Teacher Training.** 2023. 94p. (Master's Dissertation) Federal Rural University of Rio de Janeiro Postgraduate Program in Agricultural Education. Seropédica, RJ. 2023.

The way in which individuals transit, coexist and organize themselves dictate, mostly, the way in which the different ways of doing politics are constructed and mainly how each social organization will publicly manifest its subjectivities, in this sense, the theme of this research 'the student movement', while fundamental mobilization in the promotion of debates and in the articulation of themes that dialogue with elements found in everyday life, it seeks beyond its specific needs and experience, based on real demands, the theoretical-methodological foundation to dialogue with the student and teaching body and thus expressing these demands so that their voices are heard and organized mainly in debates about teacher training in the area. The main objective of this research was to analyze the participation of the student movement of the Degree in Physical Education in the debate on teacher training in the area. The qualitative research carried out a bibliographic search about the student movement and the discussion of the agenda on teacher training, characterizing itself as unprecedented in its proposal and delimitation. The research procedures used were theoretical and historical research, legal research and the systematic review of sources, based on the meta-analysis of publications in the '**Cadernos da Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física**' in order to characterize the agendas and historical struggles of students, through a time frame of the period corresponding to 2012 to 2014, when these clashes gained historical relevance in Brazil. The results of the investigation contributed to contextualize the guidelines of the Student Movement and thus dialectically help the process of articulation and participatory discussion on the historical debate on educational policies for the training of Physical Education teachers in Brazil and the historical conceptions, valuing training enlarged, critical and full experience of the Physical Education graduate. The research had scientific and social relevance as it analyzed the publications relevant to the theme and the debates mediated in the student movement about the agenda on teacher training.

Keywords: Degree in Physical Education, Student Movement, Teacher Training.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Fundação da UNE.....	9
Figura 2: A força da UNE.....	12
Figura 02 IX ENEEF – Divulgação	28
Figura 03 – Folder do Evento: Encontro Regional de Educação Física – EREEF em 2013 UFRRJ	35
Figura 04 – Mística por Isadora.....	39
Figura 05 - Grupo de Discussões (GD): Opressões – CALEF UFRRJ	39
Figura 6 - Ocupação DEFID – UFRRJ – 2016.....	41
Figura 7 – Programação de Atividades do CALEF – Ocupação – 27/10/2016.....	42
Figura 8 – Caravana do CALEF à Brasília.....	43
Figura 9: Ato De Ocupação da UFRRJ em Novembro - 2016.....	44
Figura 10 – Assembleia Rural – Participação dos Docentes – 2014.....	52
Figura 11 – Nota do CALEF – Rural	53
Figura 12 – Atividades de Mobilização do ME – Feira de Santana (2012)	55
0	

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – ENEEFs – Ano/Local/Tema de Discussão	30
Quadro 02 – Reformulações curriculares específicas do curso de educação física	50

LISTA DE SIGLAS

CALEF – Centro Acadêmico de Licenciatura em Educação Física
ME – Movimento Estudantil
MEEF – Movimento Estudantil de Educação física
UNE – União Nacional dos Estudantes de Educação física
CREF – Conselho Regional de Educação Física
CONFED – Conselho Federal de Educação Física
CONSU – Conselho Universitário
IES – Instituições de Ensino
COREEF – Conselho Regional de Entidades de Educação Física
CONEF – Conselho Nacional de Entidades de Educação Física
UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UENF – União Nacional dos Estudantes de Educação física
ENEEF – Encontro Nacional dos Estudantes de educação Física
EREEF – Encontro Regional dos Estudantes de educação Física
PT – Partido dos Trabalhadores
ESAMV – Escola Superior de Ensino de Agricultura e Veterinária
DCE – Diretório Central dos Estudantes
UCSaL – Universidade Católica de Salvador
EF – Educação Física
EXNEEF – Executiva Nacional dos Estudantes de Educação Física
PIBID – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PCDs – Pessoa com Deficiência
PNE – Plano Nacional de Educação
DCNs – Diretrizes Curriculares Nacionais
LDB – Lei de Diretrizes e Bases
PROUNI – Programa Universidade Para Todos
REUNI – Programa de Reestruturação e Expansão das universidades Federais
DEFD – Departamento de educação Física e desportos
IE – Instituto de educação
CNE – Conselho Nacional de Educação
PPGEA – Programa de Pós-graduação em Educação Agrícola
CUT – Central Única dos Trabalhadores
MST – Movimento Sem-Terra

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
OS OBJETIVOS DA PESQUISA FORAM:	4
Objetivo Geral:	4
Objetivos Específicos:	4
JUSTIFICATIVA.....	5
PERCURSO METODOLÓGICO.....	6
1 CAPÍTULO CONTEXTUALIZAÇÃO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL NO BRASIL	8
1.1 Apresentação do Tema e Pressupostos Históricos	8
1.2 Pressupostos Históricos do Movimento Estudantil na UFRRJ, sua Contextualização e a Participação dos Discentes:	19
1.3 Movimento Estudantil na Educação Física Organicamente	25
2 CAPÍTULO 2 A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL – O CURSO DA UFRRJ – A LUTA HISTÓRICA DO CURSO DE LICENCIATURA DA UFRRJ.....	46
3 CAPÍTULO 3 O MOVIMENTO ESTUDANTIL NO BRASIL E AS PAUTAS DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA - ‘O CADERNO DE TEXTO S DA EXNEEF’.....	54
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	66
5 REFERÊNCIAS	70
6 APÊNDICES	75
Apêndice I.....	76
7 ANEXOS	85
Anexo 1 – Banner Divulgação Semana Academica CALEF UFRRJ 2014	86
Anexo 2 – Banner de Divulgação Semana Acadêmica CALEF UFRRJ 2016	87
Anexo 3 – Registro XXXVII ENNEF RIO	88
Anexo 5 – Resposta CNE/Reitoria para Email do Centro Acadêmico.....	90
Anexo 6 – Jurisprudências na Defesa da Formação Ampliada em Licenciatura em Educação Física – Favoráveis à UFRRJ e à Decisão do CNE:.....	91
Anexo 7 – Modelo do Instrumento - Revisão Sistemática de Fonte: “Cadernos de Debates” que foram editados pelo MEEF-ExNEEF da Gestão 1993/1994 - Cadernos de textos da Executiva Nacional do Movimentos Estudantil publicados de 2012-2014.....	93
Anexo 7 – Modelo do Instrumento - Revisão Sistemática de Fonte: “Cadernos de Debates” que foram editados pelo MEEF-ExNEEF da Gestão 1993/1994 - Cadernos de textos da Executiva Nacional do Movimentos Estudantil publicados de 2012-2014.....	93
Anexo 8 – Planilhas de artigos	94

INTRODUÇÃO

Durante um longo tempo me perguntei o que eu ainda estava fazendo num meio que, aparentemente, não me pertencia. Em grande parte, sentia um descolamento grande desse universo chamado universidade em relação ao seu entorno, bem como ao restante da sociedade. O curso no qual eu havia escolhido para me formar não me encantava como deveria, me gerou conflitos internos, pois as disciplinas que eu cursava, em sua maioria, não dialogavam com o que eu acreditava se tratando de educação.

Ao falar da minha formação, cabe os questionamentos que me trouxeram a produção deste trabalho. Entrei no curso de licenciatura em educação física da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ com alguns encantamentos inerentes à juventude e, é claro, à minha história de vida que logo mais a frente vou falar um pouco. Acreditava que estava descolada do curso, precisava trabalhar para custear a passagem e alimentação dentro da universidade no primeiro período da graduação, posteriormente consegui um estágio dentro de uma unidade escolar pela prefeitura do Rio de Janeiro. Trabalhar e manter um curso na universidade pública em período integral é uma tarefa difícil e não compreendida dentro da instituição e foi nesse momento que pude perceber o quão complexo seria a manutenção do curso, esperava naquela época que essa discussão permeasse a formação de professores a nível superior.

Esses questionamentos ficariam mais latentes no estágio que se mostrou como alternativa para manter a subsistência na universidade mesmo não trabalhando a especificidade da educação física. Eu faria a supervisão da sala de informática, em um projeto recém implementado pela prefeitura do Rio, onde deveria fazer uma complementação através de atividades lúdicas da alfabetização das crianças, sem nenhum curso de formação ou planejamento por parte da coordenação da escola ou mesmo da secretaria de educação. Lá pude presenciar crianças do primeiro segmento de ensino sem nenhuma perspectiva de ensino, que me traziam suas inquietações familiares, desde casos de abusos sexuais a violências domésticas às próprias limitações direcionadas ao aprendizado escolar, o que me impactou de diversas formas.

Neste momento busquei dialogar diretamente com o tipo de formação que me era apresentada no período que eu cursava e não fui esclarecida com as minhas inquietações, pois o que estávamos trabalhando naquele momento tinha uma similaridade grande com uma abordagem que eu considerava um tanto quanto técnica.

Em suma, “a Educação Física deve privilegiar a aprendizagem do movimento, embora possa haver outras aprendizagens em decorrência das habilidades motoras” (PAG 41 BARBIERI)

Minha trajetória na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) foi mais extensa do que o período considerado normal para a efetivação do curso, nesse período pude transitar em diversos espaços na instituição e destaco a inserção no movimento estudantil como a que se manteve quase que em consonância com a formação integral, minha militância se deu de 2011 a 2019.

Neste período, eu pude experimentar outras vivências institucionais: o projeto de extensão PIBID de 2013 a 2015, onde me possibilitou agregar conhecimento através de atividades com Pessoas Com Deficiências – PCDs, e no período de 2015 a 2019 por motivação de uma amiga tive a oportunidade de ser monitora da disciplina de prática de ensino, onde as reflexões acerca do chão da escola eram latentes.

Continuando a reflexão sobre a formação, o conhecimento científico e o espaço ocupado por mim e por outros ainda era um espaço socialmente negado a quem? Eis o que questionamento que demorei a fazer, cuja percepção somente ocorreu com a minha

participação num espaço formativo ministrado pelo Centro Acadêmico de Licenciatura em Educação Física (CALEF), a partir da seguinte reflexão apresentada por esse centro acadêmico: a educação está a serviço de quem? Naquele momento, comprehendi que haveria sim outras concepções de educação, distintas do conhecimento científico apropriado e difundido de forma por vezes limitada pelo Departamento de Educação Física e Desportos (DEFD) da UFRRJ.

Nesse ensejo, me restrinjo ao conhecimento que era limitado ao DEFD, cuja perspectiva de Educação Física e, para além dessa especificidade, de educação, deveria possuir um caráter mais técnico como área de conhecimento.

Naquela estrutura de formação principalmente técnica do Departamento de Educação Física, ainda teria um grupo que se constituía em resistência e que traria elementos para discutir uma cultura diferente da concepção de Educação Física apresentada pelo DEFD composto por alunos e alguns professores do curso, que pensavam a formação humana crítica e ampliada. Nessas condições, entender a forma como a socialização de conhecimento em Educação Física ocorria me intrigava e, dessa forma, muitos questionamentos fervilhavam na minha mente.

Eu passei a questionar o conceito da Educação Física e o debate que era realizado principalmente nas disciplinas de formação pedagógica, as palavras educação, educação física emancipadora, participação popular e política educacional inclusiva passaram a fazer parte de nosso cotidiano formativo, sendo uma das inspirações para atuar no movimento estudantil e estar neste momento apresentando esta investigação.

A militância se fez integrante na minha vida desde muito nova, morávamos na Lapa, no centro do Rio de Janeiro, em um sobrado na casa da minha avó materna que fazia de tudo um pouco para sustentar o aluguel daquela residência, desde a venda de comidas a cortes de cabelo. Mulheres muito fortes e potentes marcaram minha caminhada, minha mãe sempre foi uma guerreira, travou desafios que até ela duvida de como permanece em pé e, ao lado do meu pai, foi vendedora ambulante, mas após muitos anos de vida corrida e cigana, pois firmamos nossos pés em alguns bairros do Rio, chegamos na zona oeste, onde resido até hoje.

Neste território cheio de histórias e com uma beleza indescritível estabelecemos nossas raízes e meus pais se tornaram funcionários públicos, meu pai professor e minha mãe merendeira. Brinco que eu cresci dentro da escola, foi dentro dela, para além do espaço formal de ensino, que eu vivenciei outra parte da minha vida. É sempre muito bom trazermos à tona a nossa trajetória de vida, principalmente se falamos sobre movimentos sociais, pois nossa vivência é traçada através das relações sociais que a permeiam, e ao retratar a militância como integrante da minha construção pessoal falo da responsabilidade da manutenção da vida, da resistência e da sobrevivência nesses espaços. Cada moradia e cada pessoa que passou pela minha vida me constituiu.

A militância política orgânica se fez integrante da minha vida a partir da minha adolescência, cresci vendo meu pai professor de Educação Física da Rede Pública de Ensino formar e ser formado pelo Sindicato Estadual dos Profissionais em Educação – SEPE, assim eu participava junto com ele de congressos, assembleias e manifestações de rua. Apesar de ter sido imersa naquela vivência, fiquei deslumbrada pois naquele espaço conheci nomes de destaque do movimento social desde muito nova e saber a potência que aquelas pessoas tinham há muito me preocupava, porque eu também podia perceber o distanciamento que isso causava em outro âmbito, no ambiente familiar mononuclear.

Eram questionamentos que pulsavam e ardiam também, eu tinha uma proximidade muito grande com aquelas discussões teóricas e ao mesmo tempo, práticas que emergiram. Podia observar que o mesmo não acontecia com meus irmãos e há muito me preocupava. O papel de cuidado por ser a irmã mais velha e a única mulher entre os irmãos era uma coisa que me foi imputada há algum tempo, o receio em adentrar mais profundamente no espaço

acadêmico vinha em grande parte por não conseguir deixar por muito tempo a casa “sozinha”.

E, ao mesmo tempo que me aproximava, eu demorei para querer emergir neste espaço na graduação por um entendimento superficial ou até mesmo por não romper algumas barreiras, adentrar no movimento estudantil me fez perceber e resgatar a essência da formação, aquela que se dá no seio da comunicação social, no âmbito dos que querem fazer diferente do que foi previamente estabelecido ou dos limites que estão interiorizados em nós mesmos, é romper barreira e transcender as mesmas.

Durante as semanas acadêmicas organizadas pelo curso de Educação Física foi marcadamente o momento em que passei a me sentir parte da graduação, começando a entender que as minhas intervenções nas disciplinas e no estágio estavam ligadas à formação que me foi apresentada na vida. Neste contexto conversamos a respeito da forma como implementávamos a política e como se dava a organização dessas subjetividades.

Nesse sentido entendo o movimento estudantil como fundamental para possibilitar vivências muito similares às dificuldades encontradas no cotidiano numa perspectiva histórica e social. Convido os leitores à imersão de sonhos que tentamos organizar na expectativa de alcançar os objetivos desta pesquisa.

OS OBJETIVOS DA PESQUISA FORAM:

Objetivo Geral:

Analisar a participação do Movimento Estudantil do Curso de Educação Física no debate sobre a formação de professores na área.

Objetivos Específicos:

- ★ Caracterizar os pressupostos históricos da União Nacional dos Estudantes - UNE, caracterizando-o em particular na UFRRJ.
- ★ Descrever as principais diretrizes e políticas curriculares de formação de professores em Educação Física no Brasil, contextualizando-as face ao debate sobre a formação docente na UFRRJ.
- ★ Contextualizar o movimento estudantil no curso de Licenciatura em Educação Física da UFRRJ, destacando a participação dos discentes no debate sobre a formação de professores na área no período de 2012-2014.
- ★ Caracterizar movimento estudantil no curso de Licenciatura em Educação Física a partir de publicações nos Cadernos de Debates da Executiva Nacional do Movimento Estudantil e de outras produções científicas na área no período de 2012-2014.

JUSTIFICATIVA

A pesquisa pode colaborar na compreensão sobre as raízes do movimento estudantil ao delinear os atores sociais neste cenário e a compreender a resistência dos estudantes da UFRRJ em defesa de uma formação integral e crítica, na perspectiva da licenciatura ampliada. O estudo pôde ainda contribuir com discussões acerca da formação de professores de Educação Física, destacando a participação dos movimentos sociais neste processo. O estudo demonstrou relevância acadêmica para o Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola (PPGEA). A escolha do período foi feita a partir da relevância histórica desta pauta neste período pelos Movimentos de Estudantes de Educação Física no Brasil, na UFRRJ e pela produção no período. Entender o movimento estudantil para além do papel de agitação social e quais os fatores que historicamente fizeram com que esse movimento se tornasse importante para construção da história da universidade pública.

PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa que foi realizada foi de natureza qualitativa. Para Gil (2008, p. 26) a pesquisa qualitativa é entendida como “o processo que, utilizando a metodologia científica, permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social”. Compreende-se que a pesquisa como descrita pelo autor trata-se de algo que se encontra em renovação, para que se possam construir conhecimentos que atendam aos interesses da sociedade em geral.

A pesquisa qualitativa preocupa-se com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o Universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

A pesquisa qualitativa trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes (DESLANDES, 2011). Essa investigação científica contou com os seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e revisão sistemática de fontes.

Os principais procedimentos de pesquisa utilizados nesta investigação foram: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, observação participante e revisão sistemática de fontes, através da aproximação do método de meta-análise.

A pesquisa bibliográfica segundo Macedo (1994) busca a seleção bibliográfica e de documentos relacionados a um problema de pesquisa. A pesquisa bibliográfica nesta investigação foi feita com base nos seguintes procedimentos: leitura de livros, capítulos de livros e artigos científicos sobre o tema.

A pesquisa documental se diferencia da pesquisa bibliográfica somente pelo fato de organizar informações que outrora estariam dispersas. Os documentos que serão analisados foram classificados segundo Gil (2008) em dois tipos: Documentos de primeira mão, aos quais não receberam nenhum tipo de tratamento, são documentos de origem oficiais como memorandos e jornais. E os de segunda mão que de alguma forma já foram analisados de forma exploratória, seriam os relatórios.

A pesquisa documental foi feita com base nos documentos do Ministério da Educação (MEC) acerca das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação (DCNs) (2010), legislações específicas sobre a formação de professores (2012-2014), Projeto Pedagógico do Curso de Educação Física, atas institucionais e atas do movimento estudantil (na UFRRJ) e artigos críticos da Associação Nacional de Formação e Professores (ANFOPE) e outros documentos na área que corroborassem para esta pesquisa.

A observação participante (Brandão, 2003) foi feita a partir das reuniões, atividades, plenárias e registros histórico das atividades desenvolvidas e vivenciadas no MEEF na UFRRJ:

Acredito que deve haver alguma diferença entre: “como se pensa o fazer da pesquisa científica” e o: “como se faz a pesquisa científica que se pensa”. Deve haver uma outra, “como se faz uma pesquisa” e o: “como nós vivemos a pesquisa que fizemos”. [...] Há bem mais a preocupação em pensar a dimensão social da pesquisa, enquanto um entre outros instrumentos de criação solidária do conhecimento e da ação político-pedagógica (no sentido “Paulo Freire” da palavra), do que a intenção de propor teorias pós-modernas e métodos inovadores e confiáveis de trabalho na pesquisa. Brandão (2003, p. 04).

Outro procedimento metodológico utilizado foi a ‘**revisão sistemática das fontes**’ através da leitura, análise, interpretação e classificação de dados sobre a temática publicados

nos Cadernos de Textos da Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física (ExNEEF) do período de 2012-2014, período de relevância histórica para essa discussão.

Esse recorte temporal decorreu da luta histórica do movimento estudantil de Educação Física na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, neste período e ainda pelo debate sistematizado no MEEF acerca da formação de professores na área, entendendo que a construção de conhecimento e pautas se desenvolveram em diversos espaços na universidade e fora dela. Destaca-se ainda nesta fase, as ações da defesa da formação do curso de Licenciatura em Educação Física, na concepção ampliada, plena e unificada, que resultou no encaminhamento de ofício ao Conselho Nacional de Educação (CNE), em resposta às ameaças feitas pelo Conselho Regional de Educação Física – CREF RJ, limitando o espaço dos Licenciados apenas a atuarem na educação formal, restringindo assim a atuação profissional dos egressos da instituição. O CNE acatou o ofício por unanimidade o pleito da UFRRJ, gerando outros trâmites e recursos de ambas as partes. Com o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, em 2016, o processo foi arquivado. Assim, a luta continuou nas ações de resistência da comunidade acadêmica da UFRRJ e de outras instituições no Brasil. Esses aspectos foram descritos nesta pesquisa.

Essa metodologia de pesquisa buscou analisar os significados das experiências encontrados nos estudos primários. “Consiste em um processo complexo e delicado de integração interpretativa dos achados primários identificados em outras investigações” (Faria e Camargo, 2022, p. 11).

As etapas básicas para o desenvolvimento de uma metassíntese envolvem a busca de similaridades entre os estudos, a realização da comparação metodológica e a explicação dos métodos e técnicas de síntese, em um exercício complexo de interpretação por parte dos revisores, que devem tanto preservar a integridade de cada estudo, como ser capazes de produzir uma síntese que agregue conhecimento e contribua para a tomada de decisões acerca da temática de estudo (Sandelowski, Docherty e Emden, 2007, grifo nosso).

A revisão sistemática de fontes analisou os Cadernos de Textos selecionados à partir da busca do impacto destes nos debates do movimento estudantil, em consonância com as diretrizes políticas de formação de professores de Educação Física no Brasil. Algumas características comuns foram selecionadas e categorizadas na análise da revisão da fonte: palavras-chaves, título do artigo, autor, autores de base, ano da publicação, objetivo do artigo, metodologia da pesquisa, natureza da investigação, métodos e resultados que contribuíram para o tema da pesquisa. Após a leitura inicial e debates entre os pesquisadores sobre os artigos, obteve-se a seleção de artigos dos Cadernos de textos visando a inclusão ou exclusão, de acordo com o tema e os objetivos da investigação.

A abordagem foi de cunho qualitativo e contribui para estudos sobre a revisão sistemática de fontes, seu planejamento, análise e interlocuções pois permitem um diálogo aprofundado e histórico de fontes e pesquisas produzidas sobre um tema, auxiliando em estudos teóricos que usam fontes primárias na área de educação.

Este trabalho buscou ampliar o tema na área, entretanto, como fator limitante, existiu a dificuldade de realizar a pesquisa de campo por conta da pandemia do covid-19 no período da coleta. Na base de dados do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola e de outros programas da UFRRJ não foram encontrados estudos sobre a temática nesta conjuntura estudada, o que caracteriza a originalidade desta dissertação e do seu percurso metodológico.

1 CAPÍTULO

CONTEXTUALIZAÇÃO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL NO BRASIL

1.1 Apresentação do Tema e Pressupostos Históricos

O objetivo deste capítulo foi caracterizar a história do Movimento Estudantil Brasileiro por meio da representatividade da União Nacional dos Estudantes – UNE e do Movimento Estudantil de Educação Física e suas Entidades Representativas. As principais intervenções em diferentes décadas que estes movimentos fizeram. A nossa pesquisa se deu a partir de fontes bibliográficas e resgate dos registros *Online*.

A continuidade da formação através da inserção no ambiente universitário era concretizada, mas para uma juventude que almejava algo diferente do estabelecido previamente, verificava que:

A alegria do universitário brasileiro também dura pouco. Só até o momento em que descobre, no primeiro mês de aulas, que a universidade em que ingressou, depois de tanto esforço, está enguiçada, pois o motor não funciona, a embreagem e o acelerador estão emperrados, as engrenagens, retorcidas e enferrujadas, e a bateria, arriada, em virtude de se terem esquecido acesas, durante tanto tempo as luzes dos catedráticos vitalícios.” (POERNER, 2004, p.40)

O que estava instituído naquele local parecia não contemplar os questionamentos da juventude naquele momento, assim explicitaremos a organização por meio da fundação da UNE.

A UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES – UNE

Para que possamos compreender movimento estudantil brasileiro é necessário mencionar algumas representações que mesmo com limitantes relacionados a sua organização tiveram grande importância para a construção de lideranças políticas.

Segundo Poerner (1968), a liga nacionalista e a liga do voto secreto foram entidades representativas que compunham o ME, anteriores a criação da União Nacional dos Estudantes- UNE; em 1937 pecavam pela transitoriedade das pautas, não contavam com regularidades de encontros e nasciam e morriam com a mesma intensidade. A característica regional era também um outro fator limitante para a manutenção de representações estudantis no período, as pautas não dialogavam entre as cidades e estados e o autor a identificou como um marco de tomada de consciência a materialização de uma entidade a nível nacional que pudesse dar conta da articulação e projeção das pautas da juventude, na citação abaixo é possível compreender que:

A partir da Revolução de 1930, a politização do ambiente nacional levou os estudantes a atuarem firmemente em organizações como Juventude Comunista e a Juventude Integralista. A diversidade de opiniões e propostas crescia, assim como o desejo em formar uma entidade única representativa, forte e legítima para promover a defesa da qualidade de ensino, do patrimônio nacional e da justiça social. (Fonte: <https://www.une.org.br/memoria/historia/>)

A figura 01 representa a Fundação da União Nacional dos Estudantes – UNE .



Figura 1- Fundação da UNE

Fundação da une e primeiras lutas - (fonte: <https://www.une.org.br/memoria/historia/>)

Segundo Araújo (2007), a União Nacional de Estudantes (UNE) foi fundada em 11/08/1937 com a instalação do I Conselho Nacional de Estudantes, contando com a presença do Ministro Gustavo Capanema. A UNE conseguiu consolidar o projeto, almejado anteriormente algumas vezes, de criar a entidade máxima dos estudantes. Reunidos durante o encontro, os jovens batizaram a entidade como União Nacional dos Estudantes (UNE).

Desde então, a UNE passou a se organizar em congressos anuais e a buscar articulação com outras forças progressistas da sociedade. O primeiro presidente oficial da entidade foi o gaúcho Valdir Borges, eleito em 1939 (Poerner, 2004).

Apesar de ser um cenário que aparentemente facilitava uma organização da entidade, é importante ressaltar que no ano de criação da UNE, em 1937, o Brasil acabaria por entrar em um Estado de exceção, que seria proclamado por Getúlio Vargas como Estado Novo. Neste momento ações voltadas para uma organização política, tais como sindicatos e partidos políticos, eram reprimidas. Os sindicatos foram mantidos principalmente como instituições reguladoras e as demais instituições funcionaram na clandestinidade. (Poerner, 2004).

A UNE neste momento se propôs a trabalhar de forma apaziguadora e procurou não destoar do clima que o governo propiciava devido a repressão e chama a atenção da presidência por se colocar próximo ao seu discurso, como podemos observar abaixo:

O Presidente Getúlio Vargas logo manifestou interesse pelos estatutos da nova organização que, aproveitaram a oportunidade para, através do cearense Valter de

Sá Cavalcante solicitar o reconhecimento presidencial do conselho, como único órgão oficial representante dos estudantes do Brasil. (POERNER, pag. 129).

Segundo Lino de Paula, 2004, esse fato aconteceu em meio a realização do terceiro congresso da UNE em 1938, realizado no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, neste momento foi referendado que a entidade concentraria esforços nas pautas específicas de reorganização do movimento estudantil que consistia em articular com Organização das federações estaduais, relações com entidades estudantis internacionais, protestos contra aumento das taxas escolares e dos transportes coletivos e resistência à censura da imprensa estudantil.

Neste evento, apesar da representação do Presidente Getúlio Vargas como presidente de honra do evento, a entidade ainda não era considerada como representatividade formalmente pela presidência da república e diante disso, é solicitada por meio da direção da UNE naquele período que o presidente oficialize a entidade (POERNER,2004)

Lino de Paula, 2004, discorreu que de 1942 a 1945 a organização estudantil parecia se resguardar com relação ao posicionamento de enfrentamento ao Governo Varguista e se colocou à frente no combate ideológico ao Nazifascismo e de pautas internacionalistas. Com a entrada do País na segunda guerra mundial, as campanhas da Entidade foram organizadas no esforço de guerra: campanha universitária pró-bonus de Guerra, campanha do livro para o combatente, campanha pró-voluntárias laboristas, campanha pró-aviões e o apoio à campanha pró-banco de sangue. Em 1945 após o término da segunda Guerra Mundial, ocorreu a deposição do Presidente Vargas e foi instaurado o Regime liberal no País; nesta fase a UNE já era considerada uma Representação política crescente, abandonando quaisquer resquícios apolíticos que teriam sido colocados em 1938.

Continuando a aura discorre que, após a segunda guerra mundial em 1950, a UNE consolidou sua participação e posicionamento frente aos principais assuntos nacionais, fortalecendo o movimento social brasileiro em ações como a defesa do petróleo, quando a entidade foi dirigida por estudantes ligados ao Partido Socialista Brasileiro.

Nesta fase, houve um debate entre os que admitiam a entrada de empresas estrangeiras para a extração e os que defendiam o monopólio nacional do petróleo (UNE.Org) e a mobilização do movimento estudantil proporcionou o direcionamento para a campanha do “petróleo é nosso” que seria responsável por consolidar a Petrobrás como uma das principais empresas estatais brasileiras.

Face a esta conjuntura política, destacamos a percepção da UNE nesta fase:

Durante os idos de 1950, houve muita disputa por poder na entidade, um embate ligado aos principais episódios políticos do país, como a crise política do governo Vargas, que viria a se suicidar em 1954, e a eleição de Juscelino Kubitschek, em 1956. A renúncia de Jânio Quadros, em 1961, e a turbulência acerca da posse do vice João Goulart fizeram a UNE transferir momentaneamente sua sede, em 1961, para Porto Alegre. Ali, os estudantes tiveram atividade vital na chamada Campanha da Legalidade, movimento de resistência para garantir que Jango fosse empossado. Quando conseguiu chegar ao poder, o presidente foi o primeiro da história a visitar a sede da UNE, no Rio de Janeiro. Desde aquele período, crescia a tensão entre os movimentos sociais e os grupos conservadores da sociedade, entre eles os militares, que tentavam intimidar e coibir as ações da UNE. (<https://www.une.org.br/memoria/historia/>).

Diante desse cenário de disputa nacional, a entidade teria sua sede invadida pela primeira vez pelo esquema policial do Governo Dutra (1946 a 1950) em repressão aos protestos do aumento das passagens dos Bondes e logo em seguida em 1951 seria dirigida por um grupo de estudantes conservadores, sendo intitulada como a “Era Paulo Egídio”,

primeiro expoente direitista no movimento estudantil Brasileiro, que favoreceria mais tarde uma infiltração norteamericana na organização (Poerner,2004).

Em 1956 a entidade seria novamente dirigida por uma corrente progressista, majoritariamente ligada ao Partido Comunista Brasileiro e retoma a conscientização por meio das campanhas de cunho nacionalistas, se unindo aos trabalhadores nas pautas de diminuição da passagem dos bondes e foi criada a União operária Estudantil contra a carestia que deflagrou uma greve e ameaçou a estabilidade do governo Jucelino Kubichek, que ao dialogar com os estudantes e reduzir a tarifa dos bondes, colocou fim à greve (Lino de Paula, 2004).

Em 1962 a UNE que em sua direção à época era composta pelo PCB, Organização Revolucionária Marxista Política Operária - POLOP e AP (Poerner, 1995) ao lado de outras instituições e intelectuais brasileiros, formaram a Frente de Mobilização Popular. No contexto das reformas de base propostas pelo Governo João Goulart, a UNE e a Frente defenderam mudanças sociais profundas no país, entre elas a reforma universitária para ampliar o acesso da sociedade à educação superior. No mesmo ano, a entidade lançou um projeto ousado, a mobilização a partir de caravanas que rodariam o Brasil. A primeira delas, que aconteceu naquele ano, foi a UNE Volante, que, em conjunto com o Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE, contribuiu para consolidar a dimensão nacional da entidade em todo o território do Brasil. Essa Caravana culminaria logo a frente com a greve do 01/03 sob a Liderança do estudante Aldo Arantes, em uma das ações de manifestação pela consolidação de uma reforma universitária que abarcasse uma política estudantil que inserisse a participação dos estudantes nos conselhos universitários, seria registrada como uma das maiores greves da história do movimento estudantil, reunindo entidades de todo o continente segundo o Memorial da Democracia

Esgotado o prazo, sem que obtivesse o terço de participação, a UNE decretou uma greve geral nacional, de amplitude inusitada até então, pois chegou, a certa altura, a paralisar a maior parte das 40 universidades brasileiras da época (23 federais, 14 particulares e três estaduais), além de ser pontilhada de grandes manifestações públicas, entre elas a ocupação, pelos universitários do Rio, do Ministério da Educação, de onde só foram desalojados com a intervenção da Polícia do Exército” (POERNER,1995, p. 180).

A proposta não obteve êxito por conta da intransigência e burocratização do congresso nacional, mas ficou marcada pela intensa mobilização e diálogo e radicalização do movimento estudantil, conforme a figura 2 que se segue:



Figura 2: A força da UNE

Fonte: www.memoraldademocracia.com.br/card

A charge representa a força que a UNE tinha naquele período comparada ao peso da presidência da república na época.

A mobilização itinerante da UNE aliada a outras organizações políticas da época como a Juventude Universitária Católica – JUC e suas dissensões como a AP organização de origem católica em trânsito para o Marxismo, que tem como Fundador a Liderança do Estudante Aldo Arantes, tiveram uma importante função no apoio para o fortalecimento das mobilizações sociais dentro e fora da universidade. “O desempenho dos católicos no movimento estudantil era fruto do compromisso da parcela progressista da Igreja que buscava marcar uma posição ideológica coerente, no plano social” (Lino de Paula, 2004, p.38).

O posicionamento crítico da UNE era evidenciado principalmente pela articulação com outros movimentos sociais de base, isso fez com que a organização se colocasse à frente de diversas ações com caráter crítico, tais como: Campanhas Sanitárias de Erradicação de Doenças no campo e a Campanha Nacional de Alfabetização de Adultos, dirigida por Paulo Freire. (Lino de Paula, 2004).

Em abril de 1964 aconteceu o Golpe militar, a Entidade teve sua sede localizada no Bairro do Flamengo no Rio de Janeiro, invadida, saqueada e incendiada pelo governo militar, em uma demonstração de repressão ao que a Entidade representava politicamente:

No dia 1º de abril de 1964, o golpe militar mostrou, instantaneamente, a sua disposição com os estudantes. Destituído o governo legal, a UNE foi invadida, saqueada e queimada num paroxismo de ódio que escapa ao terreno puramente político para cair na esfera psiquiátrica. A ditadura, impondo ao país um curso de desenvolvimento em que todos os aspectos da vida nacional se subordinam aos interesses de outra nação (cf. Ministro Juraci Magalhães, o que é bom para os Estados Unidos, é bom para o Brasil), não poderia deixar de ter seu pensamento quanto à universidade e ao estudante do Brasil (POERNER, 1979, p. 219).

A Lei 4464/ 1964 denominada Lei Suplicy de Lacerda acabou por ser aprovada e dispor sobre as representações estudantis e foi publicada no Diário Oficial da União de 11 de novembro de 1964, p. 10-169. Com as eminentes repressões que estavam ocorrendo ao longo de todo país, as lideranças políticas ou se exilararam em países-parceiros na América Latina,

como foi o caso do presidente da UNE José Serra que se exilou no Chile e do Presidente João Goulart que recebeu exílio no Uruguai ou militavam na clandestinidade segundo POERNER, 2004.

Saviani, 2008 relata que à medida que as mobilizações no campo ampliavam pelas reformas de base, ampliava-se também a articulação do empresariado insatisfeito com os rumos que a política nacional tomava, enquanto a esquerda tratava de cada etapa específica, a burguesia consolidava o seu poder.

Assim como os empresários ligados ao IPES operavam em articulação com seus colegas americanos e contavam com a sua colaboração financeira, também no planejamento e na execução orçamentária da educação estreitou-se a relação com os Estados Unidos, celebrando-se acordos de financiamento da educação brasileira com a intermediação da USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional). (SAVIANI, 2008,p.25)

Segundo Poerner, 2004, nas universidades, os estudantes que se posicionavam contra o regime político eram detidos e torturados, diversos professores universitários foram presos e as reitorias das universidades públicas foram tomadas por intervenientes indicados pelo governo federal. A Universidade de Brasília (UNB) teve sua sede invadida por um grande aparato policial que prendeu um significativo número de estudantes que pertenciam aos Diretórios Acadêmicos no período.

Em 1965, a UNE se articula em seu XXVII Congresso Nacional, na Escola Politécnica de São Paulo, cada vez mais coagida e com diversas divergências internas:

A União Nacional dos Estudantes, hoje cada vez mais perseguida por representar o pensamento dos estudantes, ao se recusar a compactuar com a traição à democracia praticada continuamente pelo Governo Federal, manifesta a sua posição, repudiando as recentes manobras da ditadura, que se pronunciou pelo diálogo com os intelectuais e trabalhadores.

2. Pretenderam suprimir aos estudantes suas entidades representativas, através de intervenções em diretórios acadêmicos e UEEs e por meio da lei 4.464, que criava o plebiscito no movimento estudantil, reconhecendo como lideranças e acenando com a bandeira da corrupção através da promessa de um bilhão de cruzeiros a oportunistas sempre repudiados nas eleições estudantis.

Os estudantes passaram a sair às ruas em passeatas contrários à Lei Suplicy, ao acordo MEC-USAID, que visava a reformulação da universidade brasileira, e ao aparato que eles consideravam ditatorial. As passeatas tiveram repercussão em todo o país e até mesmo no exterior, na medida em que se deparavam, sempre, com a repressão policial.

Os estudantes denunciavam a intervenção norte-americana na educação, nos outros setores da vida nacional e a forma totalitária do governo brasileiro. Cartazes contra o governo federal, protestos contra os espancamentos que a repressão policial vinha fazendo – aos gritos uníssonos de Abaixo a ditadura, viva a soberania nacional; povo sim, ditadura não; abaixo o imperialismo, o voto é do povo e se são fortes, abram as urnas; o povo quer feijão, chega de canhão; cantando o Hino Nacional –, o movimento estudantil ganhava o cenário da nação brasileira (SANFELICE, 2008, p.136)

Segundo Saviani, 2008, a consolidação do acordo MEC- ASSAID demonstrou que o investimento em educação fixado pelo MEC, pela constituição de 1946 e posteriormente pela LDB de 1961, foi de apenas um terço do que deveria ter sido efetuado. No entanto, deveria ser “garantido o apoio as instituições privadas” segundo o artigo 168 de 1969.

A década de 1960 constituiu-se em um marco de politização do movimento estudantil, a conjuntura não era favorável para organização política devido as inúmeras repressões, porém, se contrapor às diversas opressões cometidas pelo regime militar se fez necessário. Clandestinamente na organização de congressos e publicando material através de jornais e revistas.

A UNE legalmente extinta, funcionava na ilegalidade. A revista Revisão (1967) circulou uma Tese da UNE com o título: “Seminário da União Nacional dos Estudantes sobre a infiltração imperialista no ensino brasileiro”. A proposta era de que se compreendesse o imperialismo científico e historicamente, uma totalidade, como processo histórico. Decorreu uma longa análise do imperialismo para concluir em prol de uma luta de classes de caráter internacional” (SANFELICE, 2008, p. 138)

Segundo o autor, a organização da UNE vinha fazendo uma autocrítica a despeito do papel que ocupara ao longo desse processo, entendendo o limite enquanto Entidade que não caberia a organização ser protagonista da luta contra o regime, mas estar ao lado dos outros movimentos sociais organizados, denunciando e contrapondo a ordem imposta pelo regime.

No âmbito da estrutura do ensino universitário a autonomia de seus membros e da própria instituição já não era respeitada, a exemplo da Universidade de Brasília que teve seu campus invadido por grande aparato policial e diversos documentos extintos, tantas outras Instituições Federais sofreram processos de intervenções federais que por alegação do governo “Difundiam o germe do comunismo.”

Segundo Saviani, 2008, as reformas do ensino aprovadas pelo regime militar começaram pelo ensino superior, mediante a aprovação da Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968, regulamentada pelo Decreto n. 464, de 11 de fevereiro de 1969. A estrutura do ensino foi profundamente modificada.

Com essas reformas implementadas, ocorreu a fragmentação por meio da inserção do sistema de departamentos e a desvinculação dos professores de suas áreas fins, a inserção do sistema de créditos das matérias e a diminuição do tempo de formação de anual para semestral, isto parece ter dificultado a criação de relações afetivas entre os estudantes dentro do sistema de ensino e adequação da educação para as condições do Acordo MEC- ASSAID, já denunciados pelo movimento estudantil (SAVIANI, 2008)

A década de 1960 teve uma relevância histórica para os rumos que a educação nacional tomara. Se nas ruas era possível observar uma efervescência de questionamentos diante dos rumos que o Brasil estava tomando, economicamente o país crescia com o slogan da campanha 50 anos em 5 do governo Juscelino Kubitschek¹, socialmente era solicitado que as camadas mais populares adentrassem em espaços que historicamente lhes foram negados.

Estávamos em 1966, ano importantíssimo na história do movimento estudantil brasileiro, que partiu da temática das liberdades democráticas para a denúncia da intervenção norte-americana na educação e em outros setores da vida nacional” (POERNER , 1995, p. 265).

Nesse sentido, as mudanças no campo educacional também foram configuradas como objetos de intervenções pensando numa nova configuração social do modelo econômico da sociedade capitalista, entraria assim numa perspectiva de formação para preparar para o mercado de trabalho, parcelando o trabalho pedagógico, mas não se objetivava a concepção

¹ Presidente do Brasil do período de 1956 a 1961 responsável por mudar a capital do Brasil do Rio de Janeiro para Brasília e pelo desenvolvimento do plano de metas e construir rodovias por todo o brasil

da formação para o mundo do trabalho. As práticas pedagógicas deveriam ser modificadas, de modo a reproduzir o trabalho na sociedade capitalista, a divisão de classes e tarefas e a fragmentação do trabalho.

A Militância estudantil neste período, além de cumprir um papel dialógico de construção de conhecimento, fez com que a radicalização de suas pautas e o ato de se posicionar durante a ditadura militar alimentasse um outro fazer que não era aquele construído no âmbito institucional. Defendiam uma concepção pedagógica progressista, que não era legitimada na sociedade capitalista.

Segundo Saviani, 1994, a escola como agente educacional passou a ser um instrumento importante para a manutenção das condições de explorados e exploradores, o que coloca os homens em antagonismo .

Os crescentes ataques aos direitos trabalhistas a partir da década de 1970 por meio do avanço do neoliberalismo, sendo o Estado se configurando como gerenciador dos direitos sociais nos campos da educação, saúde e moradia e abrindo espaço para inserção da iniciativa privada nesses âmbitos. Essas medidas pareciam necessárias para que o sistema se reconfigurasse de sua crise de acumulação do capital.

Cabe citar aqui, o assassinato do estudante Edson Luiz de 18 anos em 1968, que ocasionou o aumento da violência contra os estudantes por parte do aparato de repressão policial, o calabouço² teria sido invadido pela polícia com argumento de que de lá sairia uma passeata com forte liderança estudantil. Segundo Poerner,1995, a morte precoce deste estudante possibilitou ao Movimento Estudantil sensibilizar a população e se fortalecer por meio das diversas ocupações e passeatas que foram feitas³.

De acordo com os estudos de Muller, 2014, ao final dos anos 1970, com os primeiros sinais de enfraquecimento do regime militar, a UNE começou a se reestruturar, sendo um dos mecanismos de luta contra os diversos ataques que a classe trabalhadora vinha sofrendo. Organizou-se o congresso de reconstrução da entidade que aconteceu em Salvador em 1979, depois de diversas tentativas reprimidas anteriormente. As reivindicações naquele momento solicitavam mais recursos para a universidade, em defesa do ensino público e gratuito, assim como pedindo a libertação de estudantes presos do Brasil e debate da conjuntura interna do país para se reorganizar o ME.

No ano de 1984, a UNE participou com protagonismo da campanha das “Eleições Diretas para Presidente – Diretas já”, com manifestações e intervenções nos principais comícios populares daquele período. A entidade também apoiou a candidatura de Tancredo Neves à Presidência da República⁴ por ser naquele momento considerado “a expressão da ampla frente que exige o fim destes 20 anos de autoritarismo”.

Em 1985, foi aprovado pelo Congresso Nacional o projeto de autoria do deputado e expresidente da UNE Aldo Arantes, que trazia a entidade de volta para a legalidade. A Instituição participou na constituinte e no movimento pela Constituinte e em defesa da democracia. (POERNER,1995).

A necessidade de criar instrumentos de organização para os trabalhadores para que pudessem contrapor os ataques da restruturação produtiva do capital era emergente e diante

² Restaurante Estudantil que oferecia comida a baixo custo para estudantes de baixa renda, situado no Rio de Janeiro no período de 1950 a 1970

³ Passeata dos cem mil em junho de 1968 de forma pacífica foi um marco com adesão de clérigos, freiras, artistas e intelectuais. Pelo Brasil centenas de mobilizações aconteciam e na UnB se tornava palco de mais uma brutalidade.

⁴ Os apoios políticos referendados não ocorriam de forma consensual, eram fruto de grande disputa entre as forças políticas da UNE, dentre elas citamos o PCB, PCdoB, MR8, PCR, APMLdoB ,MEP e PMDB.

disso, da força da organização da classe trabalhadora, foram criados a Central Sindical dos Trabalhadores – (CUT), o Movimento Sem-Terra – (MST) e o Partido dos Trabalhadores (PT) na década de 1980. As inúmeras greves travadas naquele período partiram do setor metalúrgico e foram derivando para outros setores da sociedade civil, marcando pressão na elaboração da constituição da república de 1988.

A consolidação da constituição de 1988 após um período caracterizado por inseguranças políticas e econômicas pode ser descrito como um marco de correlações de forças existentes naquela década. Se por um lado assegurávamos direitos, por outro ocorria a redemocratização do país e acentuação das medidas de reestruturação produtiva e aprofundamento da crise do capital. (cartacapital.com.br/politica).

Essa abertura econômica e a privatização das empresas estatais vêm refletir diretamente no âmbito educacional, que se orienta por direções internacionais do capital, em especial as agências multilaterais de financiamento, como o Banco Mundial, por meio de tratados e acordos, bem como na ampliação das metas e planos assumidos pelos distintos ministérios e pela política nacional de desenvolvimento.” (SILVA, 2019, p.30).

As ruas do país em 1992 foram tomadas por uma grande onda de jovens com o rosto pintado de verde-amarelo, solicitando o impeachment do Presidente Fernando Collor⁵ por crime de responsabilidade, naquele momento as entidades estudantis se juntaram ao movimento que foi denominado posteriormente de “Caras pintadas” e as manifestações repercutiram em todo País.

Logo a seguir, no governo de Fernando Henrique Cardoso - FHC (1995 a 2002), a agenda do projeto Neoliberal que se apresentou através do “Consenso de Washington⁶” se aprofundou por meio da desregulamentação, descentralização e privatização de diversos segmentos da sociedade. Os interesses que o Estado passou a defender nesse momento eram oriundos das grandes organizações mundiais, onde estariam nas bases das reformas educativas: Banco Mundial – BIRD, Organização Internacional do Comércio – OIT. (FRIGOTO, 2002). Conforme Sanfelice, 2008, em 1966 a UNE realiza seu XXVII congresso em Belo horizonte e dentre as principais pautas podemos destacar a luta pela reforma universitária, a revogação do acordo MEC-ASSAID⁷, a pauta contra a transformação das Universidades Públicas em fundações particulares e a libertação dos presos políticos.

Poerner, 1995, nos remeteu que a mobilização estudantil se deu numa “oposição sistemática” ao governo FHC pela representação conservadora e de instauração de diversos ataques ao direitos sociais. A realização do 44 congresso da UNE teria como destaque a eleição do primeiro presidente negro da entidade Orlando, representada pelo PCdoB e com apoio dos independentes em oposição ao PT e PSTU. A gestão de Orlando seria marcada pelo posicionamento forte em relação contra as privatizações de diversas empresas estatais, sendo a Vale do Rio doce uma delas.

⁵ Primeiro presidente eleito pelo voto popular após o golpe militar, uma tentativa das oligarquias paulistas de levarem seus interesses econômicos e foi o primeiro presidente a sofrer processo de impeachment.

⁶ o conjunto de dez políticas econômicas liberais que passaram a ser sugeridas e aplicadas para acelerar o desenvolvimento de vários países

⁷ visavam estabelecer convênios de assistência técnica e cooperação financeira à educação brasileira. Entre junho de 1964 e janeiro de 1968, período de maior intensidade nos acordos, foram firmados 12, abrangendo desde a educação primária (atual ensino fundamental) ao ensino superior. O último dos acordos firmados foi no ano de 1976.

Os MEC-USAID inseriam-se num contexto histórico fortemente marcado pelo tecnicismo educacional da teoria do capital humano, isto é, pela concepção de educação como pressuposto do desenvolvimento econômico.

Com isso, a luta contra a privatização do ensino continuava por meio da UNE e dos enfrentamentos incisivos contra: a mercantilização na educação, as propostas neoliberais, o Exame Nacional do Curso (Provão) que classificava os estudantes e era uma proposta meritocrática de avaliação.

[...] o Provão se caracteriza por ser um método punitivo de avaliação, Na medida em que divulga conceitos avaliativos sem sugerir mudanças que deem conta de superar as deficiências. Logo, a instituição que buscar uma melhoria não sabe em que se pautar para atingir seus intentos. Outra evidência do caráter punitivo da avaliação governamental é sofrida pelo estudante das instituições “reprovadas” na Avaliação, composta da Prova já citada e da ACO (avaliação das condições de oferta), baseadas no projeto pedagógico da instituição e em sua infraestrutura física.”(SILVAp.30,2001).

A gestão de FHC foi eficaz no que se propunha, o Estado dava conta de atender aos interesses do mercado e no sistema educacional não foi diferente, ocorrendo a ausência de uma efetiva política pública pelo poder gestor da União, o que pode ter ampliado a inserção das iniciativas privadas no âmbito educacional:

Adotou-se o pensamento pedagógico empresarial e as diretrizes dos organismos e das agências internacionais e regionais, predominantemente a serviço desse pensamento como diretriz e concepção educacional do Estado. Trata-se de uma perspectiva pedagógica individualista, dualista e fragmentária coerente com o ideário da desregulamentação, flexibilização e privatização e com o desmonte dos direitos sociais ordenados por uma perspectiva de compromisso social coletivo.” (FRIGOTO e CIAVATTA, 2003).

Segundo Groppo, 2008, enquanto isso, internamente na UNE o que predominava era uma eminente crise ocasionada pela disputa das correntes partidárias pela direção da entidade, as divergências políticas, estruturais e ideológicas a respeito do rumo que a entidade estava tomando se caracterizava desde a crítica aos “acordões” na garantia de cargos dentro do aparato estatal⁸, configurando a militância estudantil como militante profissional às derivações que os encontros estudantis passaram a ter, com caráter festivo.

Ao longo dos períodos analisados podemos observar a diferença de atuação que o movimento estudantil organizado se propôs a fazer. O período da ditadura militar contou com uma concepção teórica mais aprofundada, se tornando preocupação para o governo no período e, apesar da atuação das correntes partidárias, não ocorria um aparelhamento da instituição. Com o passar das décadas era notório como a Entidade se consolidara como um aparato de luta e resistência e diante disso, como poderia ser utilizada como ferramenta de mediação em determinados conflitos de classe, o que pôde ser observado na citação abaixo:

Com o passar do tempo a UNE se distanciara cada vez mais das lutas que a colocara na história brasileira, se tornando uma entidade incapaz de tecer críticas ao projeto político neoliberal que estava sendo implementado no Brasil a partir de 1991, a preocupação muito maior em se perpetuar no poder, fazendo concessões a diversos setores da sociedade civil...” (BRASIL, pág. 58,2012)

E é com uma integração no diálogo com os movimentos sociais organizados e com a grande burguesia⁹ que durante a primeira gestão do Presidente Luís Inácio Lula da Silva

⁸ Caracterização dos jovens que se inserem nos partidos políticos dentro da universidade e continuam após a saída da universidade com cargos dentro do partido e sendo assalariados.

⁹ Através da *carta ao povo* brasileiro o então candidato Lula em 2002 propõe uma política aliança de classe conciliando os interesses do mercado financeiro com políticas sociais.

(2003-2006) na representação do PT, os estudantes reabriram o canal histórico de interlocução com o governo federal, ainda que não tivesse um consenso por meio dos estudantes organizados internamente na Entidade Estudantil, mas contava com o apoio da maioria do ME.

Assim como Jango, Lula nesta fase visitou pessoalmente o local que a UNE se organizou durante longo período. Em 2007, após uma manifestação no Rio de Janeiro, os estudantes ocuparam o terreno de sua antiga sede, na Praia do Flamengo número 132, Rio de Janeiro, RJ. Em 2010, no segundo mandato Presidencial, o presidente Lula inaugurou no local, a pedra fundamental para as obras de reconstrução do prédio da UNE.

Neste início de século 21, a principal luta da UNE e do movimento estudantil tornou-se a melhoria da educação pública de qualidade no país. O Pro Uni, o FIES e A Lei de Cotas foram a porta de entrada, em faculdades privadas e federais, de milhares de estudantes oriundos da escola pública, em sua maioria negros, pardos e indígenas, historicamente excluídos do ambiente acadêmico. A UNE lutou muito e conquistou, em 2014, a aprovação do Plano Nacional de Educação com garantia do investimento de 10% do PIB para o setor. No mesmo ano, também foram obtidas a destinação de 75% dos royalties do petróleo e 50% do Fundo Social do Pré-Sal para a educação. A entidade

está na linha de frente pela implantação efetiva de todas as metas do plano em todo o território nacional e dentro dos prazos estipulados.

[\(https://www.une.org.br/memoria/historia/\)](https://www.une.org.br/memoria/historia/)

Segundo Almeida, 2013, o primeiro conjunto de ações/programas contrários à reforma universitária defendido pelo Governo PT foram: a Lei de Inovação Tecnológica (LIT,) Lei Federal número 10.973 de dezembro de 2004, que viria a ser alterada em 2018, o Programa Universidade Para Todos (PROUNI, criado pela Lei nº 11.096/2005) e o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES, MEC, 2004), amparados pela aprovação de Parcerias Público-Privadas (PPP), que visavam estreitar os laços entre o Estado, que entra como grande financiador e avaliador, e as grandes empresas, que entram com uma pequena parte dos dividendos e uma grande parte dos lucros.

Salientamos que o primeiro processo da contrarreforma foi aprovado com pouca resistência da sociedade civil sobretudo pelo apoio que tinha por meio do aparato que resistia historicamente aos que anteriormente era considerado como ataque a classe trabalhadora.

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007 no governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, definia como um dos seus objetivos dotar as universidades federais das condições necessárias para ampliação do acesso e permanência na educação superior. (FONTE: MEC, 2007). No entanto, o que era mantido era apenas uma relação gráfica quantitativa do ensino, as políticas públicas de permanência estudantil não aconteceram da forma com que era explicitada pelo governo federal e o investimento público no ensino se manteve reduzido durante o período ainda que os números de estudantes tivessem aumentado.

Em 2014, acontecia a abertura de 250 mil vagas de ingresso nas Universidades Federais e de 600 mil matrículas nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, durante o governo da Presidenta da República, Dilma Rousseff. Assim, havia uma proposta de reestruturação e expansão das universidades, mas ocorreu ainda um aumento real e significativo no ingresso de estudantes oriundos de camadas mais populares à educação superior, sem que a estrutura das instituições pudesse dar conta da formação. Com o impeachment da referida Presidenta este processo teve um declínio quanto aos investimentos e metas no MEC. (FONTE:MEC, 2014).

O processo de impeachment de Dilma Rousseff teve início em 2 de dezembro de 2015, quando o ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha deu prosseguimento ao pedido dos juristas Hélio Bicudo, Miguel Real Júnior e Janaína Paschoal. Com uma duração de 273 dias, o caso se encerrou em 31 de agosto de 2016, tendo como resultado a cassação do mandato, mas sem a perda dos direitos políticos de Dilma. (Fonte: Agência Senado, 2016).

Destacamos a participação do Presidente Michel Temer na implementação das políticas de ajustes aos moldes do capital financeiro com cortes de gastos ainda mais incisivos para educação pública, com cortes de bolsa de iniciação científica – PIBIC e Bolsa de iniciação à Docência - PIBID (Silva, 2019) e na consolidação da PEC dos tetos de gastos públicos que teve intensa mobilização dos movimentos sociais e com uma aparente inércia da UNE.

1.2 Pressupostos Históricos do Movimento Estudantil na UFRRJ, sua Contextualização e a Participação dos Discentes:

O processo de construção do movimento estudantil na Rural, nos remete para uma compreensão de pressupostos históricos de criação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro -UFRRJ e suas especificidades, para isso tentaremos traçar alguns panoramas, com base nas fases históricas descritas no item anterior.

A UFRRJ nasce da junção de cursos e faculdades isoladas em 1910 e posteriormente foi elevada à categoria de universidade com a criação da Escola Superior de Agronomia e Medicina Veterinária (ESAMV), sob as bases do decreto que estabelece os eixos fundamentais do ensino de agropecuária e com isso já nos traz uma característica distinta das outras instituições de ensino superior, ela é vinculada ao Ministério da agricultura e não ao Ministério de saúde e Educação, tal fator trazia benefícios com relação aos subsídios que a instituição recebia, mas os problemas seriam advindos da garantia da autonomia universitária. (OTRANTO, 2003).

A ESAMV passou por diversos locais até ocupar a sede definitiva e principal da UFRRJ, situada na Antiga Estrada Rio-São Paulo - BR 465, km 47, Seropédica-RJ, Brasil. Na década de 1937 a política nacional passaria por uma modificação principalmente no que tange à agricultura, o processo de modernização ganharia espaço e minimizaria o poder das grandes oligarquias cafeeiras, o movimento estudantil ia se fortalecendo a partir da União Nacional dos Estudantes.

Nessa mesma década já observamos uma atuação de estudantes da Rural de forma efetiva no movimento estudantil, “O presidente do Diretório Acadêmico da Escola Nacional de Agronomia, Américo Reis, integrou a Primeira (1938-39) e a Segunda Diretoria (1939-40) da UNE” segundo Lino de Paula (2004, p. 34). Segundo a autora, na década de 1940 ocorreu o período de maior politização da UNE, mais especificamente de 1947 a 1950, onde teve a participação mais ampliada em decorrência do envolvimento com as campanhas de cunho nacionalista. Durante um período de 1938 a 1942 a entidade passou a dar uma relevância a ações de sensibilização das políticas de cunho internacional, fazendo campanha contrária ao imperialismo.

Segundo Lino de Paula, 2004, no que concerne a estrutura da UFRRJ em 1948 com a mudança do campus para a Baixada fluminense do Rio de Janeiro, seria instaurado o regime de internato, que contaria com alojamento interno para cerca de 1000 estudantes, restaurante universitário e acomodações para professores pernoitarem. Ainda com a vinculação ao Ministério da Agricultura e com as dificuldades para a garantia da autonomia universitária, o movimento estudantil interno encampou como uma das suas principais demandas naquele momento. Nacionalmente a política brasileira efervesca em 1950, o movimento estudantil

nacional encaparia as pautas em apoio às demandas da passagem de bondes e campanha antitruste¹⁰.

Em decorrência de um cenário favorável as manifestações políticas, a Rural também entraria em uma grande greve estudantil em 1956 que colocaria em xeque a já precária autonomia universitária, os alunos da Escola Nacional de Agronomia entraram em greve contra a severa punição 23 de colegas que haviam “discordado publicamente dos procedimentos didáticos” de um professor e se recusado a “fazer a prova parcial daquela disciplina” (LINO DE PAULA, 2004, p. 36).

Continuando a análise, a autora destacou que o Conselho Universitário da UFRRJ negou a solicitação do Diretório Acadêmico de amenizar a punição e evitar a reaprovação dos estudantes, o que provocou nova greve, e dado o impasse ocorreu uma Intervenção do Ministro da Agricultura que afastou o reitor.

Essa greve estudantil marcaria o movimento estudantil na UFRRJ pois foi a primeira grande manifestação conjunta com toda a comunidade acadêmica e que desvincularia a rural do ministério da agricultura sob o decreto número 48644/1960 Que também garantiu um assento para representação estudantil nos órgãos colegiados (LINO DE PAULA, 2004, p. 37).

A UFRRJ ainda possuía uma configuração de uma instituição conservadora, tal como outras universidades do Brasil, e atendia um perfil tradicional de estudantes, com uma parcela significativa de pessoas oriundas de famílias das grandes oligarquias agrárias, principalmente pela influência da.

“Lei do Boi”¹¹ em 1968. Essa mesma lei que tinha como caráter ampliar vagas para os filhos dos grandes agricultores, criou em contrapartida uma diversificação do perfil de ingresso na universidade. O percentual destinado ao ingresso destes estudantes, abriria precedente para entrada dos pequenos agricultores também, onde as notas eram menores que as dos demais candidatos, no caso da UFRRJ principalmente nos seus cursos mais prestigiados. (MAGALHÃES, 2015)

A década de 1960 foi marcada institucionalmente por diversos avanços e a representação estudantil teria espaço garantido pelo CONSU pelas adequações provindas da LDB (Lei 4024/61) e em 1963 foi criado oficialmente o Diretório Acadêmico Estudantil – DCE da UFRRJ.

Dentro desta perspectiva, e logo após a publicação da Lei de Diretrizes e Bases número 4.024/1961, a UNE passou a desenvolver seminários sobre a reforma universitária que se propunha a construir uma universidade mais humanista e popular. A UFRRJ sediou uma das reuniões nacionais da UNE no ano de 1963, mesmo o conselho universitário tendo expressado preocupação com os rumos que o encontro poderia tomar politicamente. (LINO DE PAULA, 2004)

A oferta ampliada do vestibular da UFRRJ a nível nacional dialoga a respeito da forma com que a universidade populariza seu acesso, a preocupação com relação a permanência do estudante na instituição já se colocava como uma das características que diferia das outras universidades em uma década que o debate a respeito do caráter do ensino

¹⁰ é um dispositivo legal que estabelece condições para a prevenção e repreensão a uma série de infrações contra a ordem econômica no Brasil

¹¹ Lei nº 5.465, de 3 de Julho de 1968 Art. 1º. Os estabelecimentos de ensino médio agrícola e as escolas superiores de Agricultura e Veterinária, mantidos pela União, reservarão, anualmente, de preferência, de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas a candidatos agricultores ou filhos destes proprietários ou não de terras, que residam com suas famílias na zona rural e 30% a agricultores ou filhos destes proprietários, que residam em cidades ou vilas que não possuam estabelecimento de ensino médio.

universitário no país e suas reformas de base, isto mudaria o perfil dos estudantes, que passaram a vir de quase todo o país.

A partir de 1963 a Rural passa a realizar vestibulares em vários estados do Brasil, o que vem a ser uma de suas características fundamentais, a pluralidade dos estudantes. As vagas foram ampliadas até o limite da sua capacidade de assistência estudantil, pois eram ofertados plano odontológico, alojamento, ensino e refeições a preços reduzidos (LINO DE PAULA, 2004, p. 34).

Com isso, houve a ampliação quantitativa e qualitativa dos estudantes provenientes da própria Cidade do Rio de Janeiro e de outros Estados. Entre esses estudantes urbanos muitos já têm alguma experiência política e contribuíram para construção das pautas do ME na UFRRJ. Tais fatores parecem ter influenciado na construção da identidade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro que em princípio, tinha um público de origem principalmente “do meio rural”, pois formava para áreas diretamente ligadas à Agronomia e Medicina Veterinária e mudou o perfil do ingresso.

A autora discorre ainda que diante de um período de aparente inércia do movimento estudantil por conta da grande repressão oriunda da ditadura militar, o fechamento das entidades, muitos representantes presos e grande repressão levaram a luta para a clandestinidade e o ingresso na luta armada. Os alunos da Escola de Agronomia entraram em greve em primeiro de abril de 1964 e a notícia teve repercussão nas páginas do Jornal O Globo sob a afirmação de que eles guardavam um grande material subversivo e armamento, o que teria sido desmentido pelo Reitor da Universidade em documento lavrado pelo CONSU e após revista da segurança militar. (OTRANTO, 2003).

Em atendimento ao decreto de lei 228 de 28/02/1967 que extinguiu as representações estudantis ao redor do país e institui-se punição aos Reitores que não cumprissem com a determinação:

A Reitoria da Universidade Rural solicitou entrega das chaves das salas ocupadas pelo Diretório Acadêmico da Escola Nacional de Agronomia (DAENA) e pelo Diretório Central dos Estudantes de Agronomia do Brasil (DCEAB), está uma entidade nacional sediada na Universidade Rural” (LINO DE PAULA,2004)

A Representação discente por meio do DCE foi legitimada pela Reitoria da UFRRJ em 1974, mas era uma representação que vedava a participação política dos estudantes, seria “tutoriado pela reitoria” e pelo decreto 225 da ditadura militar. Este cenário só veio a ter uma modificação a partir de meados da década de 1970 com a retomada das discussões políticas de forma mais aberta.

Mesmo com toda vigilância na atuação das organizações estudantis, na Rural as discussões de forma mais politizadas ocorreram dentro do Centro de Estudos Geológicos dos Estudantes da Universidade Rural – CEGEUR, sua sede seria fora da UFRRJ, no km 49 e este seria considerado o celeiro das lideranças estudantis, o setor mais à esquerda¹² (Lino de Paula, 2014) a repressão teria vindo logo depois, invadindo a sede e depredando, não intimidando a organização estudantil que logo se espalharia por outros cursos da instituição.

A década de 1970 e a reabertura democrática intensificaram as mobilizações internas na UFRRJ, a implementação do sistema de créditos e as insatisfações em decorrência da burocratização e lentidão dos computadores levaram os estudantes a uma greve, que mesmo

¹² Logo após despontaria CAEF de floresta, CEA de agronomia, após Zootecnia, Biologia e veterinária

¹³ Em 1969, foram abertos os cursos de Licenciatura em Química e História Natural, e em 1970 os cursos de Economia, Administração e Ciências Contábeis, Zootecnia e Geologia

não tendo continuidade demonstrou o poder de organização e a força dos estudantes de geologia neste período.

Enquanto isso a UFRRJ participa no vestibular unificado promovido pela fundação CESGRANRIO em 1978, neste mesmo período ocorre uma ampliação do número de vagas e a criação de novos cursos principalmente na área de licenciatura¹³ sendo um deles o curso de Licenciatura em Educação Física criado em 1976 a partir da Deliberação número 16/1974 do CONSU, que foram impulsionadas pela Reforma Universitária.

Esse crescimento no que diz respeito à importância e conhecimento teve relevância para a construção de movimentos sociais na UFRRJ (de estudantes, de técnicos-administrativos e de docentes), e nesse sentido destacamos a fundação da Associação Docente da Universidade Rural – ADUR em 1979, que desempenha parceria de longa data com os estudantes em suas pautas:

Havia muitos que consideravam um “absurdo que o professor universitário fundasse um sindicato. Eles achavam um rebaixamento participar de um sindicato”.

Esses professores, que não eram poucos, defendiam que todas as atividades dos professores se dessem através da estrutura institucional – departamentos, institutos, conselhos, etc. Essas opiniões refletiam concepções arraigadas, que viam no professor uma elite intelectual que se traduzia numa elite social, posição incompatível com as atividades reivindicatórias” (adur-rj.org.br/história).

Por meio do trabalho de “formiguinha” tal como é relatado nos documentos de memória da Entidade, o que exigiu bastante das lideranças naquele momento, percebeu-se que mesmo numa organização integrada por diversos intelectuais, com acúmulo teórico, apareciam reflexos de uma estrutura social predominante que vai agir “comportadamente” mesmo dentro de uma organização que deveria preconizar avanços com relação a melhoria das condições de trabalho, mas pela conveniência que teria dentro da instituição, evitaria uma ação sindical mais incisiva. A forma com que os acontecimentos transcorreram é que não foi esperada pela diretoria da ADUR, três meses após a fundação da Associação aconteceria um caso que teria grandes derivações para movimento docente e que impulsionaria o movimento estudantil organizado, o qual discutiremos a frente, após descrever de que forma o processo de implementação dos novos cursos e a entrada de um maior quantitativo de alunos fez com que a universidade alterasse a sua dinâmica interna e a política de assistência estudantil.

Com a ampliação das vagas e a falta de recursos para a construção de novos Alojamentos, que não mais comportavam todo o corpo discente, foi criado o regime misto internato/externato⁵⁹. Com essa resolução, uma parcela considerável dos alunos passa a residir no Km 49, nas chamadas ‘repúblicas’, que tornaram-se uma opção cada vez mais procurada pelos estudantes com melhor situação financeira.” (LINO DE PAULA, 2004)

A criação de repúblicas foi uma peculiaridade interessante, pois os estudantes que não eram contemplados com alojamento estudantil interno se dividiram em casas como forma de baratear o custo de vida, aumentando assim as interações sociais nesses espaços. A alimentação no restaurante universitário, que anteriormente era custeado de forma integral pela instituição, passou a ser oferecida de forma parcial e a assistência médica somente era oferecida por meio do posto de saúde localizado internamente no campus, com atendimento ambulatorial.

Se era observado uma crescente mudança na configuração do campus relacionado ao perfil do estudante que estava entrando na universidade com a reforma universitária, havia o questionamento sobre de que forma as políticas de assistência estudantil se tornavam cada

vez mais precárias e a necessidade de consolidar uma representação discente livre das amarras da reitoria “Os estudantes rejeitaram a tutela da Administração Superior, não submeteram os nomes dos estudantes que integram as chapas à aprovação do Conselho Universitário (CONSU0, e foram proibidos oficialmente de eleger seu Diretório.” (LINO DE PAULA, 2004).

As eleições se mantiveram mesmo com a proibição da Reitoria, o DCE contava com uma diretoria mais radicalizada grande parte advinda do Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP)¹³, o que surtia efeitos nas ações do movimento estudantil organizado. A reitoria demonstrava seu poder institucional através de suas ações, vetando a participação do DCE nas reuniões do Conselho Universitário e lacrando a sala onde o Diretório se reunia, então o ME organizava passeatas e ocupava a sala do DCE novamente. (LINO DE PAULA, 2004)

Nacionalmente, o ME da UFRRJ já havia se consolidado por meio das representações na diretoria da UNE e de seus militantes estarem organicamente em diversas correntes de esquerda.

Em setembro de 1979 o estudante George Abdala morre vítima de atropelamento na rodovia Rio São Paulo, no trecho que liga a Universidade ao KM 49. “Os alunos, sob o impacto da morte do colega e inconformados com os graves problemas de segurança, organizaram-se para reivindicar junto à Reitoria por melhores condições de acesso à zona residencial (ciclovia e iluminação), policiamento mais efetivo e aumento do número de médicos no ambulatório da Rural” (adur.org.br/memória)”.

O movimento que inicialmente ocorreu pelo atropelamento de um estudante, derivou na demissão de um professor, Walter Mota, por apoiar a articulação dos estudantes na realização da assembleia, uma decisão arbitrária da Reitoria que culminou na “Greve dos 108 dias”, uma das mobilizações mais importantes do movimento estudantil da Rural, em pleno mandato do General Figueiredo (1979- 1985). Caracterizaremos mais na frente de que forma esta greve repercutira no ME da UFRRJ e a nível nacional. Antes, discorreremos a respeito das mudanças na política de assistência estudantil interna após a reforma universitária do governo militar.

Neste momento o DCE/ UFRRJ contava com presidente sem vinculação partidária, mas que tinha proximidade com o PT contrário a greve inicialmente se tornou voto vencido durante a assembleia que entendeu a necessidade de consolidação da greve estudantil para que as demandas comunitárias fossem atendidas. (Lino de Paula, 2004). Um dos questionamentos apontados em assembleia para que fosse referida a greve seria o esvaziamento da instituição. No entanto, os estudantes da Rural se mantinham na universidade ou no seu entorno em decorrência da dificuldade de retornarem as suas residências de origem seja em detrimento da distância ou por hipossuficiência.

As ações de repressão ao movimento grevista pela Reitoria¹⁴ da universidade serviram como combustível para que o movimento tomasse ainda mais folego e saíssem dos muros da universidade, tomando as ruas do centro do Rio de Janeiro. As reivindicações foram ganhando mais corpo, chamando atenção do Ministro da Educação e a pauta inicial de readmissão do professor Walter não foi atendida, mas mostrou a potência do movimento estudantil na Rural (LINO DE PAULA, 2004).

Em um cenário de dificuldade organizativa dentro das outras universidades públicas, pois o ME ainda sofria com os reflexos da ditadura militar, a UFRRJ protagonizava o cenário

¹³ O MEP (Movimento de Emancipação do Proletariado) era um partido clandestino, com forte presença no movimento estudantil juntamente com as correntes Organizando (RJ) e Resistência e Luta (SP). Em 1977, 11 de seus integrantes são presos, vários estudantes (como Frederico Falcão, atualmente professor do CTUR).

¹⁴ A polícia militar foi chamada para reprimir a assembleia que ocorria na sala de estudos

e internamente os estudantes se organizavam de modo a garantir a refeição de 400 estudantes por meio do bandejão¹⁵ ao passo que lotavam as assembleias estudantis com cerca de 1000 alunos. As intervenções culturais marcadas pela década tiveram grande repercussão na greve também, com apresentação do grupo teatral que tratava de contar a história que antecedeu a mobilização. (LINO DE PAULA, 2004)

A greve Ruralina¹⁶ tomou tal proporção que ganhou destaque em diversos meios de comunicação à época. A ocupação do prédio principal da universidade e os rumos com que o movimento tomara, de radicalidade, foram evidenciados e colocaram em xeque a continuidade do movimento que se deu mesmo com grande duração quase que de forma coesa segundo Lino de Paula, 2004. A convocatória da UNE para ocupar a antiga sede na Praia do Flamengo/RJ depois de 16 anos foi vista como um momento de finalizar a greve em grande estilo. A greve da UFRRJ terminou depois de 108 dias de duração e ressaltou a contribuição que o movimento estudantil teve na consolidação da associação docente. Com o término da greve, foi findada a gestão de independentes no DCE, não vinculados a correntes partidárias.

A análise de Lino de Paula com relação a presidência do DCE de 1983 é muito assertiva quando relata que Eloy, “estudante de origem humilde, filho de trabalhador braçal ocupava um espaço de poder” esse registro refletiu sobre as possibilidades de diálogos que eram permitidas pela classe trabalhadora naquele momento e a dinâmica integrada a tal processo, cabe ressaltar que mesmo com a acentuada entrada de estudantes, o âmbito universitário ainda se mostrava elitizado. A ocupação de reitoria, como mais uma ferramenta de ação do movimento estudantil e a retirada da reitoria reiterou a força que o movimento teve, demonstrou que o ME naquele período se inseriu de forma educativa para ambos os lados, em uma correlação de força.

A gestão de Eloy, integrante do PCdoB, teria sido marcada por diversos avanços no que tange] à representatividade estudantil, que neste momento fora legitimada institucionalmente pelo CONSU e a cessão das instalações da Cooperativa dos Alunos da Universidade Rural – CAUR. A compreensão que este militante trouxe a respeito das ocupações de reitoria fez uma menção sobre analisar o momento histórico no qual a mobilização foi feita, não foi levada em consideração pelo ME, como foi observado: “nenhuma forma de luta pode ser generalizada para todo o movimento social, independente da conjuntura: Cada luta é uma luta, cada instante histórico, é um instante diferente” (Lino de Paula, 2004). Segundo a autora o PCdoB fez a gestão do DCE durante um período extenso, quase uma década, tal como ocorreu na UNE. Os momentos áureos se deram na gestão de Eloy como elucidamos, pois, conta com uma articulação com os outros movimentos organizados na universidade, como a Associação dos Funcionários Universidade Rural-ASUR e ADUR, no enfrentamento conjunto ao corte de verbas para educação. E posteriormente, quando no período eleitoral fez coligação com chapa que representava os interesses dos grandes agricultores (UDR)¹⁷ que já demonstrava a desarticulação de tendências no ME.

A “virada” de década de 1980 a 1990 foi marcada por diversos acontecimentos, na conjuntura nacional ocorria a implementação da constituinte e na Rural as lideranças do ME estavam se modificando e a forma de organização do DCE também, à frente estava uma diretoria que se autointitulava independente, no entanto, era oposição ao aparelhamento do PCdoB. A organização se daria no formato de comissões, que teriam autonomia nas suas deliberações.

¹⁵ Assim apelidado o restaurante universitário por servir as refeições em bandejas

¹⁶ O termo “Ruralino” é designado aos membros da UFRRJ

¹⁷ União Democrática Ruralista

Nesse período, de reconstrução do DCE, a UFRRJ mais uma vez foi acometida pelo falecimento de um estudante universitário, que culminou na ocupação do MEC em 1988.

O fato da Rural, tão afastada, não ter uma ambulância funcionando, em condições de socorrer o estudante e levá-lo ao hospital, naquela hora, fez com que todos os estudantes se revoltassem, foi como um rastilho de pólvora na Universidade. Todos se reuniram no Gustavão.” (LINO DE PAULA, 2004, P.86)

Em assembleia deliberou-se que a responsabilidade pela falta de recursos era do Governo Federal devido ao enorme corte de gastos que este teria feito às Instituições de ensino, e diante disso ocorreu a ocupação do MEC naquele mesmo ano logo, outras instituições de ensino agregaram as reivindicações Ruralinas e o pleito já não era mais só dos estudantes, visto que a pauta era nacional. E mais uma vez, podemos visualizar o protagonismo da UFRRJ no ME.

O apoio do reitor da UFRJ, Horácio Macedo, que organizou uma frente de reitores do Sudeste, para exigir mais verbas do MEC. Quando ocorreu a ocupação do MEC, a Rural vivia uma situação delicada, sob o temor das repercussões negativas do episódio em Brasília, já que o reitor eleito, Hugo Resende, ainda não havia sido empossado pelo MEC. O reitor Adriano Peracchi, pressionado a encampar o movimento manifestou-se favoravelmente aos estudantes.” (LINO DE PAULA, 2004, p. 86)

Diante da pressão dos reitores e do movimento estudantil, o Ministro da Educação, retirou o pagamento de taxas nos RUs e designou mais verbas às IES. Após momentos de visibilidades para o ME Ruralino, a configuração muda em 1990, quando ocorreu uma dificuldade de manutenção do diálogo com os Centros e Diretórios acadêmicos por meio do DCE o que foi configurado por diversos autores um momento de refluxo dos movimentos sociais.

Neste momento destacamos a importância da construção das Entidades que representam cada curso e nos aterremos a descrever em qual momento histórico foi caracterizado a construção da Executiva Nacional dos Estudantes de Educação Física.

1.3 Movimento Estudantil na Educação Física Organicamente

Nossa análise se deu por meio dos registros acerca do movimento estudantil organizado por meio das suas entidades, centros e diretórios acadêmicos universitários e, posteriormente, a Executiva Nacional dos Estudantes de Educação Física, a partir de 1950.

Primeiramente é necessário entender que a concepção¹⁸ de ensino na qual a formação em Educação Física se orienta, dialoga com o momento histórico e econômico em que a sociedade está inserida. Visto tais fatores, pretendemos questionar a concepção de ensino médico-higienista¹⁹ que a formação em Educação Física trouxe em sua origem, ressaltando a crítica do movimento estudantil organizado a essa proposta.

Iniciaremos nossa análise com a Escola Nacional de Educação Física e Desportos – ENEFD da Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Em 1952 à frente da ENEFD estaria uma pessoa de prestígio para a sociedade civil, o empossamento do Professor Peregrino Junior, que abarcava a formação conjunta na área de medicina e cumpriu o papel de ser:

¹⁸ A despeitos das concepções dialogaremos sobre as orientações pedagógicas que o curso é formado

¹⁹ se preocupava em colocar a EF como agente potencializadora de saneamento público, dava ênfase à questão da saúde, e tinha a EF como importante papel de formação de homens sadios e fortes

Um executivo, quero dizer um realizador, passando rapidamente da ideia à ação. É ele porque, titular há poucos meses, tem procurado intensificar a vida da escola, promovendo conferências e ligando-as aos fatos importantes da cultura, com propósito de enriquecer a formação do aluno e por igual, contribuir com alguma coisa para o florescimento dos meios esportivos e artísticos da cidade (MACHADO 2022, p.132).

Segundo Castellani, 1988, a intensificação vista pelos discentes no período foi principalmente, a falta de diálogo com os estudantes, no período da sua gestão e o retorno aos “velhos hábitos militares”, remetidos às medidas coercitivas contra os estudantes naquele período, como por exemplo: exigir que eles se levantassem na presença do diretor e ainda, a suspensão de aulas para os alunos por desobediência.

Castellani, 1988 registrou a aproximação dos estudantes com a UNE avançando as discussões políticas dentro da escola. Essa aproximação possibilitou aos estudantes que visualizassem os problemas internos da universidade e demonstrassem interesse de mudanças. Na ocasião ocorreu um outro evento que seria um dos fatores cruciais que culminaria para a organização do movimento, o caso de um discente do curso: Floriano Manhães, um aluno preto, em participar da aula de natação. Isto porque, o Clube Guanabara, em seu estatuto, não permitia o acesso dos pretos a piscina, e como as aulas eram praticadas no Clube, este aluno ficava incapaz de participar.

Em solidariedade e contra a discriminação de raça e cor, os estudantes da turma se negaram a fazer a aula enquanto ele não pudesse de fato, participar das aulas. A ausência de posicionamento do diretor da Escola de Educação Física da UFRJ incomodou os alunos e fez com que se organizassem por meio do Diretório Acadêmico de Educação Física- DA e iniciaram um movimento de greve para destituir o diretor, causando assim um fervor na Escola e uma manifestação contrária ao Diretor, que contou ainda com o apoio de alunos das escolas de Farmácia, Arquitetura, Medicina e Odontologia. (MACHADO,2008)

A partir destes episódios, os estudantes de Educação Física num encontro do movimento nacional, por meio da representação da UNE e da União Metropolitana de Estudantes (UME) entraram em greve, que se estendeu de 1956 até 1957, como mérito do movimento ressaltamos a criação da piscina no Campus da Praia Vermelha da UFRJ. Isto ocorreu devido ao afastamento do Professor Peregrino Junior de suas funções como diretor e as derivações de organização do movimento estudantil de Educação Física.

A participação da UNE na construção do ME de Educação Física se mostrou forte na década de 1950 para que o Movimento Estudantil de Educação Física - MEEF fosse devidamente consolidado, à medida que a União Nacional dos Estudantes de Educação Física – UNEEF crescia, os debates acerca dos rumos da formação dos estudantes de Educação Física eram ampliados, bem como, a possibilidade de propiciar um ensino de qualidade em toda as escolas.
(MACHADO, 2008)

Logo no primeiro congresso organizado pela UNEEF, exibido na citação anterior, é possível constatar a preocupação dos estudantes com o rumo da Educação Física no país. Desde A exigência mínima para adentrar no curso superior, passando pela criação de disciplinas até a federalização das Escolas. (MACHADO, pág. 124, 2008)

A despeito da forma com que se debatia “o conceito de Educação Física ”naquele período essa temática que vai se prolongar em diferentes momentos, limitava se o discurso as áreas de dança, desportos e ginástica. Ainda assim, a preocupação em torno da formação permanecia sendo pautada em todos os congressos realizados, neste momento

demonstraremos a organização em quatro grupos para o ampliar o debate no evento, notem que as reivindicações abarcam temáticas gerais e específicas, tais como:

Nesse sentido, caracterizamos a importância do diálogo dos Centros e Diretórios Acadêmicos na mediação das pautas com os estudantes de sua base e posteriormente na articulação que é dada por meio da mediação novamente com os CAs e DAs das outras Instituições e nesse estreitamento de relações com a UNE. Essa mediação já é caracterizada como um processo dialético de ensino, como conferido pelo autor:

Conseguimos afirmar, que os diretórios são importantes organizações de formação política dos graduandos. Para mais, muitas vezes, é no interior dos DAs que alguns graduandos travam o primeiro contato com a política e com as lutas internas da Educação Física.” (MACHADO, 2008, p.129).

Com a ditadura em vigência, o MEEF teve dificuldade de se organizar politicamente por conta dos atos institucionais que impossibilitaram esta organização, com isso ocorreu o esvaziamento dos centros e diretórios acadêmicos e o fortalecimento das atléticas de curso, em decorrência do “estímulo” a prática desportiva pelo governo militar. Isso parece ter favorecido a despolitização do discurso dentro do curso de Educação Física, no que se refere a organização estudantil.

Segundo Castellani Filho 1988, as discussões a respeito da necessidade da criação de entidade que abarcasse as demandas específicas dos estudantes de educação física se deram através de um grupo de estudantes compondo o 31º congresso da UNE em Salvador, no ano de 1980 que lançaram a ideia de realização do Encontro Nacional dos Estudantes de Educação Física que teria como objetivo:

Reunir o maior número possível de estudantes de Educação Física, para analisar e discutir os problemas educação física em geral e encaminhar as propostas e ou conclusões para o maior número de diretórios acadêmicos possível e este por sua vez, procurar fazer as discussões em suas escolas. (CASTELLANI FILHO, 1998, p.206)

O I Encontro Nacional dos Estudantes de Educação Física - ENEEF foi realizado em dezembro daquele mesmo ano discutindo temáticas a respeito da conjuntura nacional, a participação do professor e do estudante de Educação Física nas entidades e a problemática dos cursos de curta duração.

Castellani Filho, 1988, fez um registro por meio de uma carta endereçada a Manuel Sergio, professor e filósofo, em um dos trechos menciona que após retornar de um dos encontros, enquanto palestrante convidado:

O que vi e assisti encheu-me de força e de esperança. De repente, ali estavam reunidos cerca de 600 alunos de educação físicas vindas de todas as partes do país, discutindo o compromisso social do profissional de educação física, como uma maturidade e postura crítica jamais vista ou sentida nos inúmeros Encontros e congressos de EF por mim presenciados. Não tenho dúvidas que as pessoas, hoje na condição de alunos, num futuro bem próximo contribuirão decisivamente para a sedimentação de uma nova postura profissional na educação física brasileira. (CASTELLANI FILHO, 1998, p 207).

Neste contexto, estudantes de Educação Física ampliavam suas discussões, com enfoque social e crítico, permeando debates para além do corpo na perspectiva higienista. Ocorreram debates sobre a constituição de um corpo histórico e de sua ocupação na sociedade, como cidadão. A figura 03 ilustrou a divulgação do IX ENEEF.



Figura 03 IX ENEEF – Divulgação

Fonte: <https://bibliotecadigital.ufrgs.br>

A criação da Executiva Nacional dos Estudantes de Educação Física ocorreu no interior do XII ENEEF, na Universidade de São Paulo (USP), acarretando a reorganização do Movimento Estudantil de Educação Física, Ferreira (1994) registra o fato dos encontros estudantis estarem esvaziados, mas que:

Mas, paradoxalmente, o MEEF saiu fortalecido do XII ENEEF. Após exaustivas discussões e vários CoNEEF's (Concelho Nacional de Entidades de Educação Física), na USP foi apresentada uma proposta de estatuto para a ExNEEF (Executiva Nacional dos Estudantes de Educação Física). Na plenária final, após debates e alterações, aprovou-se um estatuto e elegeu-se a ExNEEF. Na ocasião, eu lancei a proposta de um seminário sobre ME e Desporto a ser promovido pela ExNEEF, e que deveria constar do calendário oficial da ExNEEF, ou seja, todo ano, a ExNEEF eleita na plenária final do ENEEF, deveria assumir a responsabilidade de realizar o seminário" (GUINA, 1994, p.6).

Entendemos tal processo como uma das dinâmicas de sistematização das lutas do movimento estudantil organizado de Educação Física, a criação da ExNEEF, possibilitando com que uma nova proposta para que o MEEF se articule. A criação de um estatuto onde o direcionamento da pautas possa ser dado por meio das coordenações a frente da direção da entidade, demonstra o amadurecimento na construção e organização do próprio MEEF.

A Educação Física passará por diversas modificações em sua concepção teórica de ensino, sendo fundamentada por diferentes perspectivas metodológicas que serão aliadas as diferentes dinâmicas sociais e diversos movimentos da área tendo como determinantes o contexto social de diferentes décadas.

Discussindo a respeito do que entendemos sobre a concepção da Educação Física em âmbito escolar, entendemos que a vastidão de conhecimento humano na área abrange a temática da cultura corporal do movimento.

O homem se apropria da cultura corporal dispondo sua intencionalidade para o lúdico, o artístico, o agonístico, o estético ou outros, que são representações, ideias, conceitos produzidos pela consciência social e que chamaremos de "significações objetivas". Em face delas, ele desenvolve um "sentido pessoal" que exprime sua subjetividade e relaciona as significações objetivas com a realidade da sua própria vida, do seu mundo e das suas motivações." (Coletivo de autores, 2014, p.40).

A forma como o corpo se expressa nesta sociedade parece ser fruto de uma dinâmica social que é relacionada com a possibilidade do aluno compreender em que contexto sóciohistórico ele está inserido. Com isso, é importante tratar os problemas sociais e possibilitar o diálogo sobre questões de raça, classe, gênero e saúde pública. O currículo deve ser ampliado na perspectiva dos direitos humanos, cidadania e qualidade de vida.

Os estudos de Hajime Takeuchi Nozaki (1999, 2004 e 2007), remeteram à forma com que a Educação Física se apresentava em diferentes ocasiões da história. Se por um lado, era colocada como um dos instrumentos capazes de auxiliar no “adestramento” de corpos por meio do ensino no período da ditadura militar, por outro é crescente a solicitação de amoldamento às novas nuances do capital, onde possa ser flexibilizada nos parâmetros educacionais. A força dos movimentos estudantis e docentes organizados auxiliam a Educação Física como componente curricular obrigatório da educação básica, na LDB nº 9.394/1996 momentaneamente, foi incorporada aos encontros de área as discussões por meio das concepções de ensino e seus desdobramentos.

Os estudos de Takeuchi Nozaki, 1999 demonstraram os desdobramentos, configuramos a forma com que os setores mais conservadores da Educação Física vão ganhando corpo mediante a um cenário que favorecia aos mesmos dialogarem com os trabalhadores a respeito da “diversidade do campo de trabalho” na área, possibilitando um reordenamento do mundo do trabalho. A criação da Associação dos Profissionais de Educação Física - APEFs por Steinhilber, em 1995 parece ter demonstrado de que forma esse setor já se organizava para que pudessem difundir a ideia da regulamentação da profissão como algo benéfico ao trabalhador.

Se formos relacionar ao processo histórico de ação do MEEF, compararmos as APEFs a criação das atléticas de curso. As associações cumpririam o papel de despolitizar o trabalho do Profissional de Educação Física; a ideia era garantir o maior número de profissionais contribuindo com a anuidade do conselho e a atuação deles no âmbito não formal de trabalho, assegurando cada vez menos seus direitos. O que na realidade já prepararia o caminho para a “aceitação” do que viria logo a frente.

O Projeto-Lei número 330/1995, consolidado através da Lei 9696/1998 regulamentou a profissão de Educação Física, criando o Conselho Nacional de Educação Física – CONFEF. Essa lei não diz respeito a garantir os direitos desses trabalhadores pelos quais o Estado deva se responsabilizar, mas sim precarizando ainda mais a profissão, colocando os trabalhadores em disputa, fragmentando o campo de atuação entre Licenciados e Bacharéis em Educação Física.

Na sociedade civil o investimento mínimo pelo Estado nas áreas de saúde, educação e lazer em consonância aos valores altos que acabariam por serem feitos para favorecer as reformas solicitadas pelo Banco Mundial nas quais segundo a LDB “por finalidades desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania, e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (Lei nº 9.394/1996, art. 22). Junto as concepções pós-modernas de sociedade, estão as políticas neoliberais avançando na vida dos trabalhadores tais como desemprego e o aumento da terceirização dentro dos serviços públicos.

Tais interferências serão pautadas nos ENEEFs e aprofundando quais intervenções podem ser feitas enquanto movimento estudantil, da mesma forma como foram debatidas as ações da UNE neste cenário de atrocidades vivido pelos trabalhadores. Ressalta-se que alguns instrumentos de luta da classe trabalhadora são cooptados pelo governo para que possam auxiliar no processo de mascaramento de uma realidade tendo como intencionalidade aprovar reformas de base, descaracterizando a criticidade da formação.

O apoio por meio da UNE nas contrarreformas universitárias, como o REUNI, afastou aos poucos a classe trabalhadora das Universidades Públicas jogando-a às particulares através do financiamento estudantil, que enriquece mais os grandes empresários e endivida os filhos dos sujeitos que não conseguem adentrar no sistema público de ensino por conta da carga horária de trabalho. A ExNEEF rompe com a UNE no entendimento que não cabia mais uma entidade que não se debruça a contrapor um projeto que ataca os estudantes e trabalhadores.

Por outro lado, outros movimentos ganharam corpo no sentido de agregar valor à luta contra esses ataques nesse sentido, salientamos a construção do Movimento Nacional contra a Regulamentação – MNCR em 1999.

Desta forma, compreendemos que o movimento estudantil para além somente de contrapor um projeto hegemônico, se coloca frente a construir espaços que formam e constroem socialmente outras possibilidades por meio de seus encontros estudantis e suas intervenções na sociedade. Mencionado isso, no quadro 01 podemos visualizar por meio dos temas propostos nos encontros que esse diálogo vai perpassar desde a análise a questões específicas do curso ao cenário político no qual ele está inserido ao longo das décadas, observamos historicamente as principais reuniões do ENEEF e seus temas de discussões, locais que ocorreram e anos de base.

Quadro 01 – ENEEFs – Ano/Local/Tema de Discussão

Ano/ Edição	LOCAL	Tema
1980 – I	Bahia	Conjuntura política nacional e a participação dos profissionais de EF nas entidades.
1981- II	Goiânia	Conjuntura Nacional e Educação Física de Base, Legislação e Currículo e Mercado de Trabalho.
1982- III	Vitória	Política Nacional. Democratização da Universidade
1983 -	Brasília	Educação Física na Sociedade.
1984 – IV	JF- MG	
1985- V	Florianópolis – SC	Educação Física ou a arte de Adestrar humanos
1988- IX	Recife	Condições para uma nova prática
1993- XIV	Goiânia	Educação física: Onde anda?
1994- XV	UFPB- João pessoa	Retrospectiva e Perspectiva em educação Física
1995 – XVI	UFU- Uberlândia	Qualidade do Ensino: políticas públicas, sociedade e educação
1996- XVII	UFMT – Cuiabá	Legalidade ou Legitimidade: qual a nossa prioridade
1997- XVIII	Belém	Como e onde se insere a Educação física diante da nova ordem mundial
1998- XIX	UNB- Brasília	Educação Física na corda bamba: Da formação a atuação profissional
1999- XX	Pernambuco	Capitalismo x Socialismo: Quem está em crise: Repercussões do papel social da Educação Física
2000- XXI	UFRRJ-RJ	Educação física e movimentos sociais: Consolidando relações para a transformação social
2001- XXII	UFES-Espírito Santo	Educação física e reforma universitária: Resgatando diretrizes do MEEF e propondo intervenções.
2002 - XXIII	Pará	Reforma ou Revolução: A Educação Física frente ao avanço Imperialista
2003 – XXIV	UFPR-Curitiba	Discutir cultura para mudar a estrutura
2004- XXV	UNB – Brasília	Desconstruindo o discurso da inclusão para transformação Social

2005		
2006- XXVI	UFG-Goiás	Do operário em Construção à cultura Corporal. Do Mundo do trabalho à ciência do Berimbau
2007- XXVII	Paraíba	“Socialismo ou Barbárie: o Movimento Estudantil de Educação Física rumo à superação do Capital”
2008 – XXIX	ESEF – Porto Alegre	Professora e Professor regulamentado e a Educação física se ajoelhando para o mercado. Vamos a Lua para acabar com esse reinado
2009-XXX	São Paulo	Educação física em tempos de crise: A formação para além dos muros da Universidade
2010-XXXI	UFC- Universidade federal do Ceará	As cartas estão na mesa: na universidade precarização, no esporte grande ilusão. Qual a carta na manga?
2011-XXXII	UFSM- Santa Maria	Formação unificada e universidade: O movimento estudantil disputando os rumos da sociedade
2012- XXXIII	UEFS-Feira de Santana	Se o presente é de luta o futuro nos pertence
2013- XXXIV	UFES- Espírito Santo	Megaeventos em tempos de precarização da universidade: O MEEF discutindo qual prioridade
2014- XXXV	UFRGS- Porto Alegre	Dos megaeventos eu abro mão, das ruas ecoa a luta de uma nova geração
2015- XXXVI	UEPA- Pará	Para Ver-o-Peso do debate a ação: O MEEF nas ruas e universidades contra a precarização
2016- XXXVII	UFRJ- RJ	Em tempos de luta entre cidades rebeldes e cidades olímpicas, o MEEF contra as opressões. Socialismo ou barbárie!!

Fonte: Elaborado pela autora (2023), a partir dos Cadernos de Texto do ENEEF, grifo nosso – delimitação da pesquisa.

A partir do levantamento do quadro 1, a pesquisa aprofundou o período de análise delimitado de 2012 a 2014 para realizar a revisão sistemática dos Cadernos de Textos dos Encontros Nacionais de Estudantes de Educação Física (**ENEEFs**). Esse período foi escolhido em decorrência das discussões a respeito da fragmentação curricular em Educação Física e a intensificação nas discussões por meio do MEEF nos cadernos de debate.

Diante do que foi apresentado no quadro 01 percebemos que as temáticas dos encontros nacionais perpassaram os acontecimentos econômicos e sociais ao longo de diferentes décadas e dialogaram com diversos temas. Um fato marcante na história dos ENEEFs foi a ocupação do Conselho Nacional de Educação - CNE em 2004 pelos estudantes de Educação Física que compunham o ENEEF, naquele mesmo ano que teve como principal solicitação a unificação curricular.

Em julho de 2004, o Encontro Nacional de Estudantes de Educação Física (XXV ENEEF) foi em Brasília, e como ato público do encontro, ocupou- se a sede do CNE. A ocupação tinha como pauta a revogação que instituiu as DCN (no 07 de 2004) e a reabertura de discussões, dessa vez de forma democrática, sobre propostas de Diretrizes” (MENEGHEL,2013).

Diversas ocupações de Reitoria se sucederam nas Instituições Federais em face da implementação das reformas de base para o ensino superior, proposta pelo Governo federal, a primeira delas foi na UNICAMP, a deflagração da frente de lutas contra a reforma universitária, no final de 2006.

O acúmulo que o movimento estudantil de Educação Física evidenciou acerca da discussão sobre o currículo aliada às diversas manifestações estudantis em diferentes estados,

demonstra o protagonismo adquirido enquanto movimento social combativo. A manutenção do diálogo com as esferas do MEEF é corroborada abaixo:

Uma proposta curricular deve se questionar sobre os objetivos do curso de formação, buscando uma maior articulação entre teoria e prática, garantindo a interdisciplinaridade assim como reconhecer, identificar e respeitar as diferenças de seus alunos, sistematizar os saberes pedagógicos de modo a facilitar o processo ensino e aprendizagem, incentivar a pesquisa em prol da construção social, direcionando sempre para ações crítico transformadoras. Dando ênfase as questões político-sociais do processo de formação para a superação das barreiras impostas pelo sistema capitalista que privilegia uma minoria em detrimento a exploração/alienação da grande maioria. (EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES DE EDUCAÇÃO FÍSICA – EXNEEF, 2003, p. 02).

Nesta perspectiva, entendemos que a construção do espaço formativo se dá através da interação e construção com e dos estudantes e podemos perceber ao longo deste trabalho as diferentes intervenções do Capital, do Estado enquanto mediador dos interesses e dos movimentos sociais. Cabe salientar que entendemos que papel do movimento estudantil não se dá somente pleiteando melhorias para a instituição de ensino, por vezes o primeiro contato com discussões políticas se dá nos seios desses espaços, fomentando o diálogo mediante aos questionamentos do cotidiano e na perspectiva classista, do estudante que trabalha, as derivações serão diversas e não abarcadas pela assistência estudantil universitária. (MACHADO,2018)

A seguir, ilustraremos atividades de intervenções do Centro Acadêmico de Educação Física (CALEF) no período delimitado de 2012- 2014 que possibilitaram o acesso dos estudantes a algumas discussões.

1.3.1 Centro acadêmico do curso de licenciatura em educação física (CALEF) atuação – no período de 2012 A 2014

Inicialmente gostaríamos de destacar que devido a pandemia do Covid-19, às restrições de tempo e dificuldades na coleta de dados de campo, como anteriormente previsto, a pesquisa teve uma limitação temporal e metodológica, e se restringiu a analisar o período de 2012-2014, momento em que a pauta da formação de professores de Educação Física na UFRRJ ganhou um destaque, devido às imposições do Conselho Regional de Educação Física - CREF 1 (RJ) que passou a limitar a atuação no mundo do trabalho do egresso da UFRRJ, ferindo o princípio da autonomia universitária. O curso de Licenciatura em Educação Física da instituição habilitava o egresso (professor), a atuar em todos os espaços formativos na área, em consonância com o perfil descrito e aprovado pelo MEC na renovação do reconhecimento do Curso de Licenciatura da UFRRJ em 2012. Este foi um dos motivos que inspirou a nossa delimitação temporal, além deste aspecto, somaram-se aspectos epistemológicos e conceituais sobre a formação de professores na área. Entendemos que Educação Física é etiologicamente e epistemologicamente um espaço de atuação da ‘educação,’ em todos os espaços da sociedade.

Entretanto, queremos destacar que o CALEF tem uma história institucional de lutas e conquistas que merece ser aprofunda em outras pesquisas, que possam levantar sua criação, sua história institucional na universidade e o seu papel decisivo na luta pelos direitos dos estudantes de Licenciatura em Educação Física da UFRRJ. Esse trabalho não deu conta desta historicização anterior ao período delimitado, relevante para futuras investigações.

Outro fator que justificou a escolha da delimitação temporal da pesquisa na UFRRJ, se deu por ser um momento que o centro acadêmico apresentou uma participação na construção de documentos e espaços formativos que visavam discutir o currículo e sua concepção de ensino na formação de professores na área.

Neste período de 2012-2014, o CALEF já contava com uma representatividade ativa no curso de Educação Física na UFRRJ por embates diante da concepção ensino e por desenhar ao longo dos anos um histórico de combatividade diante de diversas pautas no curso e na universidade de forma geral, já denunciando a fragmentação curricular. A pauta da fragmentação curricular do curso era uma questão em nível nacional como observado, entretanto, a UFRRJ ainda se mantinha como resistência pela manutenção do currículo que ainda abarcava, em sua concepção teórica, as duas modalidades de formação.

Com o avanço das políticas neoliberais implementadas pelo governo Lula, a regulamentação do trabalho era eminente. No Rio de Janeiro o Conselho da área foi o primeiro a ser estabelecido – CREF 1 sendo uma referência para os demais conselhos por abarcar os donos das grandes academias, demonstrando a força política e econômica que provinha na sociedade. A correlação de forças mudara, percebíamos que os diversos ataques a manutenção de direitos e em vias de sediar os megaeventos da área esportiva, o CREF começa a intensificar sua fiscalização aos egressos da UFRRJ alegando que eles não estavam com a formação adequada às diretrizes Curriculares dos Bacharelados em Educação Física de 2004, isso por conta da atuação dos egressos nos ambientes não formais de trabalho (academias e clubes).

Para o movimento estudantil organizado coube a oposição aos megaeventos esportivos, pois significava que havia recursos disponíveis para prover financiamento para realização destes eventos e expropriar diversas pessoas das suas residências, mas, o investimento na educação foi reduzido em 50% no ano de 2011, que culminou em greves dos docentes nas universidades públicas e as ocupações em diversas IES pelos estudantes (EXNEEF, 2012)

Em meio a este cenário, o centro acadêmico intensificava o trabalho formativo por meio da ocupação das cadeiras de representação discente no Departamento de Educação Física da UFRRJ, se posicionando acerca não só da manutenção da carga horária curricular, mas também na construção de um novo currículo. Neste sentido, destacamos a construção da semana acadêmica de 2012 com a temática de discussão “O currículo de Educação Física e a construção da identidade”. Na programação do evento visualizamos espaços com diversas temáticas que corroboravam na elaboração do currículo do Curso de Licenciatura em Educação Física e dialogavam em uma perspectiva crítica de conhecimento com importantes teóricos das áreas e com oficinas que nos convidam a imersão prática na cultura corporal do movimento. (Fonte: Facebookcalefrural.com.br).

As preocupações dos egressos e discentes do curso ainda no ano de 2012, diante da intensificação das medidas coercitivas ao exercer a profissão pelo sistema CREF/CONFEF culminaram na realização de assembleia convocada pelo centro acadêmico mobilizando a Pró-Reitoria de graduação, coordenação do curso, membros do corpo docente, comunidade discente e representante do CREF 1 para esclarecimentos em decorrência da elegibilidade da formação da UFRRJ. (Fonte: Atas Centro Acadêmico de Educação Física).

O Conselho Regional de Educação Física do Rio de Janeiro(CREF -RJ) trazia elementos que contrapunham a formação plena dos estudantes e limitavam a atuação dos nossos egressos, mesmo diante do curso da UFRRJ ter sido reconhecido pelo MEC como um curso de formação plena.

Ademais a função do CREF-CONFEF seria regular o exercício da profissão, cabendo às Instituições de Educação Superior (IES) e ao MEC regular as ações de formação acadêmica, currículo, carga horária e perfil profissional. O MEC legalmente é o responsável

pelo reconhecimento dos cursos de Graduação no Brasil, pelas condições de oferta descritas no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) das IES, respeitando as prerrogativas de autonomia universitária. Assim, não cabia ao sistema CREF-CONFEF inferir na formação profissional e no perfil do habilitado.

Formou-se uma comissão constituída pela coordenação docente do curso de Educação Física, um professor representante, representante da Pró-Reitoria de Graduação e o representante do CALEF para encaminhar a pauta formalmente a Brasília e documentalmente como fruto desta reunião fez uma consulta formal ao MEC, Conselho Nacional de Educação – CNE e Câmara da Educação Superior (CES) pedindo posicionamento sobre a questão.

A resposta do CNE foi feita através do **Ofício 75/2014 em 19/03/2014**. O parecer foi favorável à UFRRJ quanto à adequação da formação e perfil pleno da licenciatura de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) de 2010 do MEC. O CNE argumentou que cabia à UFRRJ no seu PPC definir o perfil de formação e ao MEC- INEP reconhecer o curso. Fatos legitimados.

Em 2014 o CNE mandou reexaminar o Parecer 274 de 2011 do MEC-CNE-CES (que tramitava) para tentar regular e esclarecer a questão. Entretanto o documento tramitou e quando o parecer estava prestes a ser homologado (unificando os cursos de Licenciatura e Bacharelado de Educação Física) em 2015, houve o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff. Assim, no Governo do Presidente Temer esse processo foi extinto e outro surgiu propondo rumos contrários aos interesses da maioria das universidades públicas.

Ressaltamos que na época deste embate entre CNE/UFRRJ e CREF-RJ, a carga horária(CH) mínima dos cursos de Licenciatura na área ainda era de 2800h e com a integralização em três anos, com base na Resolução 01/2002 e 02/2002. A partir de Resolução 02/2015 do MEC, a CH mínima de qualquer licenciado passou a ser de, no mínimo, 3.200h e quatro anos. Isto fortaleceu o argumento em favor da Licenciatura ampliada pois a formação contemplava competências do Bacharelado e Licenciatura em Educação Física. Nas Universidades Públicas, em geral a CH na área já era superior a 3.200 h e 4 (quatro) anos, no mínimo. Na UFRRJ, por exemplo, o curso de LICEF era em horário integral e tinha a CH de no mínimo 3700h de atividades acadêmicas.

Destacamos ainda que o curso de Licenciatura incorpora nas diretrizes todas as competências do Bacharelado e mais aquelas exigidas ao ambiente escolar. Portanto, a Licenciatura amplia a atuação profissional e não deveria restringir agindo em sentido contrário. Em contrapartida, o bacharelado de Educação Física limita a atuação do profissional e exclui o ambiente escolar da formação e atuação do Bacharel.

Entretanto, o CREF – RJ não acatou a decisão legal do CNE-MEC que a UFRRJ encaminhou na tentativa de garantir os espaços de atuação de seus egressos; impedindo os egressos de atuarem nos espaços profissionais para além da escola. Esse fato fez com que o Centro Acadêmico (CALEF) da UFRRJ retornasse essa demanda para discussão com a comunidade estudantil, por meio de assembleias e espaços formativos, destacando-se as semanas acadêmicas.

Destacamos ainda que mesmo não cabendo ao conselho regular a atividade formativa, os anseios latentes pelos estudantes eram que à medida que intensificavam as discussões, havia a restrição ao campo de trabalho dos egressos. O CREF-RJ entrou na justiça contra a decisão do CNE que foi favorável à UFRRJ, na tentativa de restringir a atuação do egresso a todos os espaços de atuação profissional, buscando uma correlação de forças favorecia ao capital e a divisão do trabalho entre Licenciados e Bacharéis de Educação Física. Entretanto, o movimento estudantil permanecia lutando para que a garantia de um currículo que abarcasse as duas áreas formativas, saltava na comunidade a necessidade pela garantia a condições de subsistência da nossa classe, ainda que precarizada.

A mobilização ativa do CALEF no decorrer dos anos, ampliou a representatividade nos espaços deliberativos da UFRRJ; A promoção de ‘agitação’ e divulgação de materiais formativos fizeram com que a visibilidade do CALEF se expandisse para as diversas instâncias da UFRRJ e da comunidade acadêmica.

O debate acerca da regulamentação da profissão e a construção curricular vai se manter em tantos outros espaços do MEEF na UFRRJ e é o que vai manter o diálogo mais próximo da comunidade estudantil, no entanto, a necessidade de abranger a temática dos eventos nos quais o Brasil seria sede se faz necessário.

A copa do mundo de futebol do ano de 2014 estava por vir e na área de Educação Física se permeavam debates acerca de legitimar ou não um evento de grande porte. A reflexão discorria sobre possíveis benefícios que trariam ao Brasil. Não distante deste debate, a UFRRJ, Campus sede – Seropédica sediou o Encontro Regional de Educação Física – EREEF em 2013 com a temática “A Universidade em crise: a Copa do Mundo é Nossa?”. Neste evento estiveram presentes aproximadamente 130 discentes do Curso de Educação Física de diferentes instituições da região sudeste do Brasil e debateram a crise na universidade pública, a falta de recursos materiais, o destino das verbas e outros assuntos. As oficinas foram realizadas em áreas cedidas pela Reitoria da UFRRJ que pode ser visualizada no **anexo 4**, o Departamento de Educação Física na época decidiu não ser possível utilizar as dependências específicas do curso para a realização do evento. Segue na figura 04 com um *print* da programação desse evento.

Hora	Quinta	Sexta	Sábado	Domingo
7 - 8	Café	Café	Café	Café
9 - 12	Mesa de abertura/ credenciamento	Práxis	Mesa II	GE Estatuto
12 - 13	Almoço	Almoço	Almoço	Almoço
14 - 17	Mesa 1	GD	GE Reorganização	Plenária Final
18 - 19	Janta	Janta	Janta	Janta
20	I Coreef	GTT	II Coreef	Plenária Final
22	Cultural	Cultural	Cultural	

Mesa 1 – Megaeventos
Fala 1: Análise de Conjuntura - Maurício Mileo.
Fala 2: Conjuntura Megaeventos - Leila Leal (Adriana Penna suplente).
Fala 3: ME, Megaeventos e Formação - Rian Rodrigues.

Mesa 2 – Universidade, Crise e Copa
Fala 1: Reformas e greve - Nina (Kátia Lima suplente)
Fala 2: Reorganização dos Professores - Regiane Costa (Mauri de Carvalho suplente)
Fala 3: Reorganização do ME e formação - Rafael Lajes (Vinícius Meneardo Suplente).

Grupos de Trabalhos Temáticos (GTT)
Universidade - Matheus Castro; Esporte (Marcelo Melo, suplente Christopher Gaffney); Opressões (Julia Leite); SÓP (Vera Salim); L.A. (Nina (U).FRGS)

Práxis:
Futebol (Diego UFRJ); Surf (Alex UFRJ); Danças Folclóricas (Rian UFRJ); Jogos populares (Lenny UFRJ); Treinamento de Força (Vinicius UFES).
Inscrições: www.ereefrural2013.blogspot.com

Figura 04 – Folder do Evento: Encontro Regional de Educação Física – EREEF em 2013 UFRRJ

Fonte: XII Encontro Regional de Estudantes de Educação Física UFRuralRJ (ereefrural2013.blogspot.com)

Demonstramos a partir da imagem, de forma sucinta, como se deu a metodologia de construção dos eventos articulados pelo MEEF. Ocorre que normalmente a explanação do problema a ser discutido vinha em forma teórica no espaço MESA. As oficinas articulavam as discussões feitas e historicamente acumuladas nas práxis e retornavam aos espaços de debates, em grupos menores (Grupos de Discussões e Temáticos) e posteriormente eram levadas à plenária. As atividades encerravam-se no fim do dia em um momento de descontração que permitia aos participantes vivenciarem a cultura local da UFRRJ e de sua comunidade.

Ainda em 2013, o CALEF passou por uma mudança de gestão. Seriam debatidas as formas de organização dessa entidade, a dificuldade de aproximação dos estudantes e a imagem que era construída das pessoas que compunham o movimento estudantil. Nem todos os professores no Departamento de Educação Física apoiavam o CALEF. Alguns estudantes ainda estavam desarticulados. Era preciso caminhar conjuntamente com a comunidade estudantil. A falta de legitimidade da imagem do estudante, principalmente o estudante que era trabalhador, alunos com idade avançada para cursarem nível superior de ensino e as estudantes-mães durante o processo de graduação.

O discurso meritocrata parecia favorecer e manter a legitimidade de um cenário pela manutenção da ordem, onde não se leva em conta a realidade do discente nem seu conhecimento somente é uma via expositiva e reprodutivista. Foi preciso reconhecer as necessidades e se aproximar dos estudantes, respeitando seus direitos e possibilidades de participar no MEEF.(Fonte: facebookcalefrural.com.br).

Em meio a esse panorama, com um quantitativo mínimo obrigatório para consolidar a chapa e apoiadores, o CALEF organizava a semana acadêmica. No ano de 2014, o tema: “Um pouco mais de Educação Física” abarcava e articulava o conteúdo pertinente a **um currículo de licenciatura** que traz elementos do lazer, do fitness, do esporte e da teoria. A semana acadêmica teve um público relevante como nos mostrou os registros no **anexo 3**. Eram espaços importantes para os estudantes que estavam ingressando e para todos. Era essas ocasiões que a comissão organizadora, membros do centro acadêmico ou pessoas que estavam próximas às discussões pudessem se reoxigenar. Eram momentos acolhedores, apesar das demandas exigidas na construção e realização do evento.

Mais um evento que se destacou pelo caráter lúdico e de interação dos estudantes, dialogando por meio da cultura corporal do movimento e da interação promovida pelo próprio evento, entendendo que os espaços formativos do MEEF podem ser dados por meio do diálogo com a formação articulada ao lazer. O INTEREF que se tratava de uma Competição Inter períodos do curso, organizada pelos estudantes e para eles. O evento incluía atividades desportivas e ainda jogos populares como pique bandeira e queimado, numa proposta pedagógica cultural, inclusiva e participativa que diversifica as atividades de cooperação e competição no Curso além de integrar os discentes nas arbitragens do jogos demonstrado no **anexo 6**.

O Movimento Estudantil, a respeito da necessidade de incorporar à construção curricular, principalmente de um currículo em uma perspectiva emancipatória de educação e sociedade, debatia e as discussões se sobrepuseram em entendimento de classes sociais²⁰, das quais as diversas opressões aos grupos historicamente oprimidos ainda são predominantes, mediante a este fator façamos uma análise sobre de que forma a universidade abarca o debate sobre opressões.

Esse debate só vem à tona por meio das ferramentas de luta historicamente referenciadas e ainda assim, em movimentos com ampla frente combativa. Visto isso, explicitando que ainda que com os limites desta pesquisa para aprofundamento dos fatos, é importante caracterizarmos as questões objetivas que acarretaram os acontecimentos que descreveremos como espaços formativos a seguir.

1.3.2 CALEF – UFRRJ e o debate sobre racismo

²⁰ Perspectiva marxista de classes : a dois grandes grupos de interesse de classe contrários um ao outro: o grupo dos que possuem os meios de produção também denominado burguesia, e o grupo dos que possuem apenas sua força de trabalho, também denominado proletariado. O trabalho não usou o materialismo histórico dialético como metodologia.

Não existe nenhuma possibilidade de descrever o que vou contar aqui sem que não nos remeta a muitas das piadas naturalizadas em diversos espaços daquele departamento, o ano foi 2014 e a vítima naquele momento era uma companheira, que ao ser agredida verbalmente durante um jogo de handebol, teve a alegria que o jogo proporcionara retirada. Ainda sem acreditar no que tinha escutado, em uma turma de licenciatura no ensino superior, a agressora agiu com naturalidade ao ser questionada pela vítima.

Mesmo devastada a vítima procurou a coordenação do curso para que houvesse algum tipo de reação sobre a atitude da estudante e ao contrário, notando o direcionamento dado pelo professor que estaria no cargo de coordenador na época concederia, saudando a menina branca e dizendo que o que havia acontecido não se passava de uma brincadeira de mau gosto e não haveria nenhuma punição para a agressora. Fazemos menção a este caso por entender que não é isolado e faz parte de um projeto de ensino que visa formar apenas para a reprodução de conteúdo e não refletir e criticar as práticas pedagógicas segregadoras implementadas por meio de um sistema que busca deslegitimar a bagagem histórica dos estudantes, para tanto nos utilizamos dos conceitos de Paulo Freire sobre educação e na legitimação das práticas opressoras:

A educação como prática de dominação, que vem sendo objeto dessa crítica, mantendo a ingenuidade dos educandos, o que pretende em seu marco ideológico (nem sempre percebido por muitos dos que realizam), é doutriná-los no sentido de acomodação ao mundo da opressão.” (FREIRE, 1987, p.65).

Ainda por meio dessa análise, entendemos que se faz necessário contrapor a lógica da educação bancária, essas contraposições raras as vezes advém do ensino formal, o que destacamos é que a condução que foi dada ao caso somente legitimou a opressão sofrida pela discente.

Naquele momento eu era uma das integrantes da gestão do centro acadêmico e a vítima uma das pessoas que por muito nos auxiliou durante o processo de nos estabelecermos enquanto gestão, ainda assim ouso dizer que paralisamos diante daquele incidente, o que fizemos foi acolher e orientar mesmo que de forma precária as ações futuras.

Nossa companheira fez um relato do que aconteceu naquele dia e uma das camaradas do movimento negro da UFRRJ presenciou a reunião com a coordenação do curso que em nenhum momento se colocou de forma crítica na situação. A forma crítica se deu a favorecer a agressora e negligenciar a vítima e houve registro de ocorrência feito na delegacia local como mencionado abaixo:

Ele iniciou dizendo que havia acontecido uma coisa muito grave contra Beth, ela havia recebido uma intimação da polícia e que ela não tinha condições de arcar com os custos de um advogado, e que ela havia passado em um concurso público, que sua mãe estava desesperada com essa situação, uma vez dita pela autora que a sua família era “negra” e que não tinha cabimento daquilo estar acontecendo com ela. (Avelino, 2022, p.80)

Não houve indignação por parte do corpo docente ou pela instituição, sequer conseguimos dar conta de forma efetiva das ações enquanto MEEF, a dificuldade organizativa do centro acadêmico e as condições que nos permitissem levantar nossas vozes, naquele momento acredito que nos faltou força para agirmos e isso irá perpassar por alguns outros episódios, que estão relacionados também a uma dificuldade de renovação dos quadros de militância.

Discorremos sobre os silenciamentos que ocorreram ao longo de todo um percurso e quando ousamos gritar de que forma somos acometidos, haverá períodos que os nossos

corpos falarão antes mesmo que possamos verbalizar quaisquer situações e em outros, apenas nos permitiremos ouvir os sons que queríamos e deveríamos, mas não conseguimos. Por isso:

Enfrentar o racismo, sexism, machismo e discriminações na universidade foi desbridar um tecido já machucado, mas que precisava ser tratado e curado. Ao longo do processo de formação, mais do que aprender a dar aulas de educação física no ambiente escolar, aprendi sobre dar nomes aos processos que nos atravessam no cotidiano social. (AVELINO 2022 p. 86).

Nesse sentido, trazemos um conceito utilizado por Evaristo, 2017, evocando o lugar de fala da mulher negra, como mecanismo para que possamos compreender as nossas práticas sendo construídas por meio de condições adversas e que nos possibilitem avançar numa perspectiva antirracista de ensino.

O CALEF expandia suas pautas, por meio das próprias condições nas quais fomos colocados enquanto sujeitos e demonstrando que após 60 anos ao caso de racismo ocorrido na ENFD- UFRJ, combustível para a organização do MEEF, a concepção de ensino ainda precisa ser inclusiva.

A próxima sessão dialogará a respeito do movimento feminista sendo uma meta de ação importante presente nas pautas do ME, com o CALEF, e na relação da relevância deste tema para as pautas de formação de professores na UFRRJ.

1.3.3 CALEF e o movimento feminista na UFRRJ

Em 2016, a insegurança histórica dos estudantes na universidade começava a ficar mais latente, principalmente pelas mulheres, que sofriam tentativas de abusos frequentes. Os relatos emergiam de forma quantitativa e o movimento feminista, que não tinha uma expressão significativa na universidade, começou a despontar.

Diante desses fatos, uma manifestação em especial repercutiu no curso de Educação Física, após relatos de um abuso cometido por um estudante do curso, as ações do movimento feminista mediante a este fato que foram pichações escritas: “Educação Física – Cadê o respeito ao corpo?” apareceram negativamente nas redes sociais e percebeu se que a valorização do patrimônio se dava de forma mais significativa do que o abuso cometido.

Em abril do mesmo ano, seríamos devastados por uma notícia: Isadora, militante feminista e colega do curso teria retirado sua própria vida. Naquele momento a gestão do centro acadêmico era constituída por mulheres em sua maioria. Mulheres que conheciam Isadora, que participava dos grupos de pesquisa, das salas de aula, dos almoços no bandejão e dos corredores longínquos do alojamento. Alojamento este que o foi o mesmo local que Isadora teria sido violentada três anos atrás.

Assim, mulheres e camaradas ouviram o relato de Isadora na época e buscaram, dentro dos seus limites, auxiliar quando ela gritou por socorro. Após o ocorrido nos reunimos enquanto gestão e foi avaliada a necessidade de sairmos juntas ecoando aquele grito que estava preso em nossas gargantas, em conjunto com o movimento, numa manifestação coletiva intitulada: ‘Me avisa quando chegar’. A passeata andou pelo Campus de Seropédica da UFRRJ, finalizando o ato no departamento de Educação Física, onde ao lado da família de Isadora e de muitas companheiras, gritamos por Isadora e tantas outras. Cabe ressaltar que alguns professores se recusaram a paralisar suas aulas.

Para nós, ainda ficou um desconforto, perdemos uma pessoa que lutou e não silenciou, diante de todo o sofrimento que ela teve, buscou auxílio em espaços que ela acreditou que seria ouvida. Nós precisávamos registrar o quanto aquela mulher resistiu naquele espaço que negligenciou sua dor. Esse é um questionamento que trouxemos como pesquisadoras -educadoras para nossa reflexão. A figura 05 ilustrou esse episódio.



Figura 05 – Mística por Isadora
Fonte: <https://www.facebook.com/calef.rural/photos>

Cantamos a música ‘Genie o Zepelim’, de autoria de Chico Buarque de Holanda, realizamos uma mística dois dias depois do Ato que participamos. Entramos no departamento munidos de surdos e caixas como podem observar na imagem 04 e solicitamos que os alunos esvaziassem as salas de aula, a contragosto de alguns professores em respeito a Isadora, como podem observar nas imagens abaixo.

Após a mística, convidamos todos a participarem de uma roda de conversa sobre Opressões, contamos com a presença de professores que se sensibilizaram e de muitos estudantes, que emocionados deram seus relatos, demonstrado a partir da figura 06.



Figura 06 - Grupo de Discussões (GD): Opressões – CALEF UFRRJ
Fonte: <https://www.facebook.com/calef.rural/photos>

Essa tragédia fez com que o movimento feminista tomasse grandes proporções dentro da universidade, exigindo um posicionamento da instituição e, mais especificamente, do curso de Educação Física. A menina Isadora foi uma estudante que procurou o auxílio do CALEF após ter sido abusada e isso ficou registrado através dos e-mails trocados naquele período. Este fato mobilizou os estudantes do curso de Educação Física. Importante ressaltar a

relevância que teve a construção da mística e a reorganização do centro acadêmico a partir desse fato. Fonte: <https://www.seropedicaonline.com/securanca-publica/jovem-cometeu-suicidio-3-anos-e-meioapós-tentativa-de-estupro-na-ufrrj-em-seropedia>.

Ao trazermos esse registro relacionamos primeiramente a problemática de gênero ainda constituída na sociedade, que consiste em uma relação de desigualdade e separação consolidada pela sociedade capitalista. A análise reivindicada pela EXNEEF ao longo dos textos produzidos foi decorrente do acúmulo de discussões do movimento estudantil. Por meio disso é caracterizada a exploração do trabalho pelo capital como a principal categoria de análise. (LEITE e MOORE, 2015).

A formação em Educação Física quando não faz um recorte por meio de análise social de que modo essas opressões simbolizam na manutenção de estereótipos, nesse sentido mencionamos a divisão por gênero no momento da prática desportiva que ainda é um dos elementos presentes quando as atividades são implementadas, discutida pelo MEEF nas reuniões de colegiado e corroborando para integração dos discentes nos espaços do curso.

Neste sentido abordamos no estudo a necessidade do diálogo do corpo na relação com a Educação Física, com a dinâmica que ele se insere socialmente e não somente na concepção mecânica da elaboração dos movimentos. Desta forma, nos remetemos à concepção de educação que estamos inseridos e nas intervenções enquanto futuros educadores, destacamos a importância do movimento estudantil organizado no debate sobre atividades de opressão, como uma bandeira de luta.

Percebeu-se então que as discussões do centro acadêmico não eram pautadas somente na especificidade curricular, por entender que os debates não são descolados de uma realidade. A partir de análises das relatorias o debate central era permeado pelos cortes de gastos que seriam implementados pela PEC 241/2016, que estaria sendo votada pelo senado influenciariam da vida da classe trabalhadora e consequentemente, na universidade.

Em âmbito formativo, entendemos que as intervenções do centro acadêmico durante esse período, possibilitou aos estudantes a tomada de decisão política, se articulando através da própria conjuntura como perceberão ao longo da sessão.

1.3.4 CALEF e ocupação em 2016 – protestos contra O Projeto de Emenda Constitucional (PEC) -241/2016

Os estudantes do Curso de Educação Física buscavam respostas para esses fatos e a entidade deflagrou uma greve estudantil em 2016 a partir de uma assembleia convocada pelos estudantes do curso, que não era uma prática comum, pois as assembleias normalmente eram articuladas pelo centro acadêmico. Esse fato decorreu em uma das maiores ocupações da história da universidade Rural, e a Educação Física, mais especificamente o Centro Acadêmico de Educação Física, protagonizou a ocupação, pois o DEFD (Departamento de Educação Física e Desporto) foi o primeiro a ser ocupado. No dia seguinte a esta ocupação, outros cursos mobilizaram os departamentos de seus respectivos cursos e a UFRRJ ganharia destaque em diversos jornais.

As atividades não foram paralisadas em muitos institutos e departamentos, com o Curso de Educação Física não seria diferente fazendo com que fosse criada uma comissão de diálogo deflagrada a partir da assembleia estudantil do curso. O Projeto da Ementa Constitucional

241/2016²¹congelaria por 20 anos o orçamento destinado aos gastos públicos, não levando em conta o aumento populacional e consequentemente o aumento do número de pessoas

²¹ PEC 241/2016 ou PEC 55/2016 – PEC DOS GASTOS PÚBLICOS

dependentes dos serviços públicos, atestando assim um progressivo sucateamento da educação pública, em consonância a isto havia a eminent reforma do ensino médio que reduz o conteúdo de filosofia e sociologia nos currículos, negando acesso ao conhecimento no ensino público secundarista.

As atividades diárias da ocupação dos estudantes na UFRRJ foram relatadas no **apêndice 1** desta pesquisa, apresentando ao final uma síntese do ato.

Nesta perspectiva, contra a PEC 241/2016, o CALEF decidiu pela ocupação da UFRRJ, conforme a figura 7.



Figura 7 - Ocupação DEFD – UFRRJ – 2016

Fonte: <https://www.facebook.com/calef.rural/photos>

Essas pautas que eram trazidas a partir de um movimento nacional e dialogando com pautas específicas do curso como as condições de trabalho dos docentes e de ensino foram levadas para reunião departamental e, de forma majoritária, houve entendimento que as instalações do departamento e praça de desportos seriam ocupadas pelos estudantes, como podem visualizar na imagem abaixo.

A respeito da organização da ocupação foram formadas comissões que teriam sua composição modificada ao longo dos dias, buscava-se manter um membro efetivo do centro acadêmico em cada comissão com intuito de orientar a respeito do funcionamento delas. Pode se dizer que as comissões nasceram das condições materiais que se encontrava a ocupação, seriam elas: limpeza, segurança, formação e diálogo.

Na figura 8 foi possível visualizar a programação da ocupação feita pelos estudantes.

Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências.<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127337>

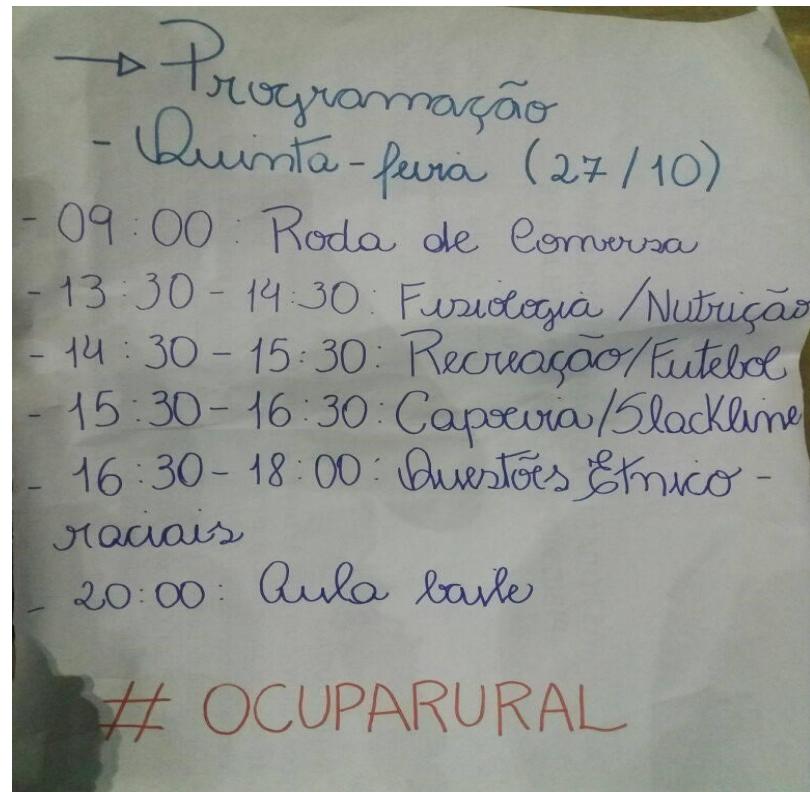


Figura 8 – Programação de Atividades do CALEF – Ocupação – 27/10/2016

Fonte: <https://www.facebook.com/calef.rural/photos>

Ocorreram ao longo dos dias articulações com os outros cursos e foram ministradas diversas rodas de conversa, oficinas e pessoas da comunidade externa se colocando à disposição para contribuir para o bom desenvolvimento da ocupação. Aconteceram desafios e conflitos que só puderam ser superados por meio de organização coletiva e para tanta a importância de respaldo teórico da comunidade estudantil e de documentos que legitimavam a manutenção do MEEF naquele espaço.

A figura 09 ilustrou a representação que o CALEF UFRRJ teve em uma das maiores caravanas dos movimentos sociais para manutenção dos direitos da educação pública.



Figura 9 – Caravana do CALEF à Brasília

Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora

Em 2016, a UFRRJ foi representada enviando seis ônibus na Caravana à Brasília e mesmo com o desgaste de mais de vinte dias de ocupação dos estudantes, mantivemos uma estrutura sólida para garantir a manutenção da mesma e enviamos representatividade enquanto CALEF nesta caravana e, após intermináveis horas de deslocamento no ônibus para Brasília, firmamos nossos pés e fomos duramente reprimidos pelo governo PT para garantia de direitos básicos para nossos pares.

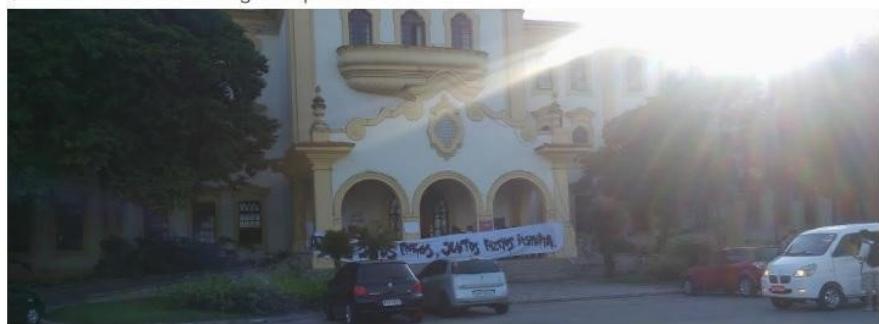
O registro em atas das atividades que embasavam o movimento estudantil poderia vir a ser um fator de repressão futura, tanto por parte do governo, quanto por parte das direções/reitorias das IES. Isto parecia dificultar o processo. Pressupunha-se que mesmo com embasamento político, existia uma certa inexperiência do ME no que se referia ao registro em atas do processo das atividades do ME e sua dinâmica histórica e social de luta.

A Figura 9 ilustrou o Ato de ocupação da UFRRJ em 2016 pelos estudantes da instituição.

PEC 241 (PEC 55) e a ocupação na UFRRJ

Alunos ocupam P1 em protesto à Emenda Constitucional do teto dos gastos públicos

Foto: Fernanda Barbosa



Fernanda Barbosa

Na noite do dia 25 de outubro, o plenário da Câmara dos Deputados concluiu a análise em segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241, que limita os gastos públicos pelos próximos 20

anos. Os debates com uma avaliação da conjuntura interna e nacional. Ao abrir a sessão, a reitora e presidente do Consu, Ana Dantas, destacou que a Reitoria está em diálogo com os alunos que ocuparam o prédio principal e

à greve dos técnicos, à ocupação dos estudantes e garantiu a não retaliação aos participantes das manifestações. No texto da moção publicada no portal da UFRRJ na internet no dia seguinte à reunião, destaca-se:

Figura 10 - Ato De Ocupação da UFRRJ em Novembro - 2016

Fonte:<https://portal.ufrrj.br/novo-rural-semanal-destaca-a-ocupacao-dos-alunos-daufrrj/JORNAL>

Rural

Semanal-Ano XXIII-Número 17-6-12 novembro de 2016.

Apesar de ter sido o ano de 2016 marcado por demasiados ataques aos movimentos organizados, entendemos como fundamental o percurso de lutas travadas pois possibilitou uma maior visibilidade ao ME, permitindo que as pautas fossem discutidas de acordo com a conjuntura social e agregou força à militância dos estudantes. Nesse contexto, faço menção a construção de dois eventos importantes para o MEEF neste mesmo período, a semana acadêmica do CALEF RURAL com a programação disponível no **anexo 1** e o ENEEF RIO registrado fotograficamente no **anexo 2**.

A luta de estudantes demonstrou-se viva e integrada às pautas dos Sindicatos e Associações pela democracia, pela justiça social, pela educação pública e gratuita, pelas verbas para educação pública, pela ciência, pela vida e pela inclusão. Entretanto, por limitações de tempo e face à pandemia do Covid-19-2020-2022, este estudo não aprofundou períodos posteriores por estarem fora do objeto de análise, mas reconhecemos a importância e o mérito das lutas em defesa da democracia, das eleições, da ética e do estado democrático de direito.

Muitas pautas e lutas foram abandonadas nos Governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro, com corte de verbas para educação, desmonte da educação pública, corte de bolsas, mudanças na aposentadoria com perda de direitos e outros fatos. A eleição do Presidente Lula em 2022 para o terceiro mandato (2023-2026) ainda com críticas do movimento estudantil entende se como abertura de diálogo relacionado às assistências na educação pública do Brasil e de retomada dos projetos sociais e educacionais relevantes, inclusivos e com pressupostos de gestão democrática. Pautas emergentes começaram a ser debatidas já na transição do governo, como prioridade ao combate à fome, fortalecimento do emprego e renda, valorização da gestão pública, retomada de concursos, valorização da carreira docente, apoio aos movimentos sociais organizados, retomada de obras paradas nas instituições educativas e outras pautas congêneres voltaram a fazer parte do cotidiano das

instituições. Esses aspectos não serão aprofundados nesta investigação pois não fazem parte da delimitação, sugerimos para futuras pesquisas.

O capítulo dois trouxe à luz, fundamentos legais acerca da formação dos Professores de Educação Física no Brasil, a fim de dialogar com as pautas dos movimentos estudantis na área e mediar os conhecimentos no capítulo três, a partir da análise sistemática de fontes.

2 CAPÍTULO 2

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL – O CURSO DA UFRRJ – A LUTA HISTÓRICA DO CURSO DE LICENCIATURA DA UFRRJ.

O objetivo deste capítulo foi descrever as principais diretrizes e políticas de formação de professores em Educação Física no Brasil, contextualizando-o face ao debate sobre a formação de professores na UFRRJ.

Os estudantes do curso de Licenciatura em Educação Física participaram da luta histórica dos movimentos sociais no Brasil, referente ao curso com a perspectiva da licenciatura ampliada e formação unificada. Esta pauta foi aprofundada na análise deste estudo. Para atender os objetivos da pesquisa, o foco principal foi o período de 2012-2014 (fase de embate no Conselho Nacional de Educação e CREF-RJ), embora se busque levantar outros marcos históricos.

O perfil do professor Licenciado em Educação Física segundo as diretrizes curriculares do MEC (2010):

O Professor da Educação Básica, licenciatura plena em Educação Física, deverá estar qualificado para a docência deste componente curricular na educação básica, tendo como referência a legislação própria do Conselho Nacional de Educação para a formação deste profissional. A definição das competências e habilidades gerais e específicas que caracterizarão o perfil acadêmico-profissional do professor da Educação Básica, licenciatura plena em Educação Física, também deverão pautar-se em legislação própria do Conselho Nacional de Educação. (MEC, 2010, p. 14)

Os cursos de Licenciatura no Brasil nesta fase escolhida para o estudo (2012-2014) seguiam as resoluções gerais de formação de professores para a Educação Básica (RESOLUÇÃO 01/2002 e 02/2002 -MEC), além das competências das áreas específicas de cada curso, no caso da Educação Física, a Resolução 007/2004.

Para o Curso de Formação de Professores da Educação Básica, Licenciatura Plena em Educação Física, as unidades de conhecimento específico que constituem o objeto de ensino do componente curricular Educação Física serão aquelas que tratam das dimensões biológicas, sociais, culturais, didático-pedagógicas, técnico-instrumentais do movimento humano. (MEC, 2010).

Com base nos objetivos desta investigação justificamos os principais argumentos para subsidiar o parecer a favor da licenciatura como espaço ampliado de formação e atuação profissional no mundo do trabalho, princípios estes defendidos pelo movimento estudantil.

2.1 O Curso de Educação Física da UFRRJ nesta Luta Histórica:

Para auxiliar esta compreensão, levantamos alguns aspectos históricos do curso de Licenciatura de Educação Física da UFRRJ. O curso foi criado em 03 de março de pela Deliberação 16/1974 de 09/08/1974. O Curso de Licenciatura em Educação Física da UFRRJ foi criado através da Deliberação Número 16/1974 do Conselho Universitário da UFRRJ. O reconhecimento do curso se deu através do Parecer Número 1.211/1979 do Conselho Federal de Educação (CFE). DECRETO 1.704/1979 do MEC.

A Renovação do Reconhecimento do curso se deu através da Portaria Número 286/2012 de 21/12/2012 do MEC, publicada em 27/12/2012. Portanto, o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), o perfil e a matriz curricular contemplam as exigências legais para

habilitação do Licenciado em Educação Física, dentro do perfil apresentado pela UFRRJ, ou seja, de formação ampliada, integrada, crítica, habilitando o licenciado a atuar em todos os espaços segundo a regulamentação das Diretrizes Curriculares Nacionais do MEC e com base no parecer avaliativo do Curso feito pela Comissão de Especialistas do INEP/MEC realizada em 2012.

O curso de Licenciatura em Educação Física da UFRRJ passou por vários fluxos de matrizes curriculares:

Fluxo 01 – vigente até 2006.2 - com base na RESOLUÇÃO CFE Nº 3 DE 16 de julho de 1987. Neste momento, a Rural estava discutindo a unificação na formação das licenciaturas em todas as áreas – período de reflexão. (Fonte: PPC do Curso de Licenciatura em Educação Física da UFRRJ, 2010).

Fluxo 02 – vigente de 2007.1-2009.2 - Fluxograma de transição - atendendo a deliberação 01/2002 e mantendo as competências específicas da área de Educação Física. Devido à demora do fórum de licenciatura em implementar uma resolução na UFRRJ, o colegiado de EF – ampliou a formação em 1000h, construindo um currículo de transição, solicitando o atendimento da legal exigido nos cursos de licenciaturas, a saber: 400h de Prática de Ensino, 400 h de Estágio Supervisionado e 200h de atividades complementares, se antecipando aos demais cursos, a fim de cumprir a Resolução CNE/CP Número 01/2002 de 18/02/2002 e Resolução CNE/CP Número 02 de 19/02/2002. Neste momento, a UFRRJ continuava a discussão do currículo de formação de professores, sendo que a adequação dos outros cursos, atendendo ao disposto legal, só viria a ocorrer em 2010.1. (Fonte: UFRRJ, PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO -PPC do Curso de Licenciatura em Educação Física, 2010).

Fluxo 03 – vigente de 2010.1- 2019.2 atendendo a unificação proposta pela UFRRJ, no Programa Institucional de Formação de Professores para Educação Básica, Deliberação nº 138, 11 de dezembro de 2008 (UFRRJ - Secretaria dos Órgãos Colegiados). Poucas alterações ocorreram no currículo, pois o Curso de Licenciatura em Educação Física já tinha antecipado a reformulação com base na legislação vigente. A preocupação principal do colegiado na área foi adequar a carga horária de formação, para evitar questionamentos de órgãos reguladores e fiscalizadores.

Destacou-se para os objetivos e linha temporal deste estudo, que o curso de Licenciatura em Educação Física da UFRRJ no período 2012 - 2014, atendia ao Fluxo 3 de formação e ao disposto nas Resoluções CNE/CP Número 01 de 18/02/2002 e Resolução CNE/CP Número 02 de 19/02/2002. Atendia também às competências legais, perfil e carga horária (CH) previstas na Resolução número 07 de 31 de março de 2004, do Conselho Nacional de Educação, da Câmara de Educação Superior. Destacamos que os dispositivos legais previam uma carga horária (CH) mínima de 2800 h para a Licenciatura e 3200 h para o Bacharelado e o curso da UFRRJ tinha um total de 3.635h e era realizado em turno integral.

Devido ao recorte temporal proposto na investigação, o fluxo 04 da UFRRJ (2020) não foi analisado nesta pesquisa.²³

A partir deste momento vamos aperfeiçoar as características legais formativas do Curso de Licenciatura em Educação Física da UFRRJ no período delimitado. Em 2012 o curso foi aprovado e teve a renovação de reconhecimento feita pelo MEC, apresentando no seu Projeto Pedagógico de Curso (PPC) um perfil de formação abrangente, atendendo às competências de formação previstas no artigo 6º da Resolução n º 7 de 31 de março de 2004, contemplando as áreas de conhecimento e atuação previstas para o exercício profissional, compatíveis com a **formação do Licenciado na atuação ampliada**, capaz de ocupar os espaços profissionais

formais e não formais, conforme previsto no perfil nas Diretrizes Curriculares do MEC, abaixo explicitadas:

PERFIL DO EGRESO (MEC): O Licenciado em Educação Física é o professor que planeja, organiza e desenvolve atividades e materiais relativos à Educação Física. Sua atribuição central é a docência na Educação Básica, que requer sólidos conhecimentos sobre os fundamentos da Educação Física, sobre seu desenvolvimento histórico e suas relações com diversas áreas; assim como sobre estratégias para transposição do conhecimento da Educação Física em saber escolar. Além de trabalhar diretamente na sala de aula, o licenciado elabora e analisa materiais didáticos, como livros, textos, vídeos, programas computacionais, ambientes virtuais de aprendizagem, entre outros. Realiza ainda pesquisas em Educação Física, coordena e supervisiona equipes de trabalho. Em sua atuação, prima pelo desenvolvimento do educando, incluindo sua formação ética, a construção de sua autonomia intelectual e de seu pensamento crítico. (MEC, CNE, CES, 2010, p.31- grifo nosso).

O Perfil da UFRRJ estava, portanto, adequado e regular, abrangendo todas as áreas da Educação Física. No seu PPC especifica que:

O Licenciado em Educação Física deverá ser formado para esclarecer e intervir, profissional e academicamente no contexto social, político, histórico-cultural, científico e da cultura corporal, a partir de conhecimentos da natureza técnica, científica, pedagógica e cultural. Para tanto, se faz necessário um domínio de competências de natureza técnico-instrumental estruturadas a partir de atitudes crítico-reflexivos. O desafio da Instituição é formar cidadãos, docentes qualificados para o trabalho em equipes multidisciplinares e cada vez mais competentes, participantes autônomos e comprometidos com a melhoria da qualidade de vida da população. O profissional deve ser altamente capacitado para atender com qualidade e responsabilidade a clientela com a qual trabalhará futuramente. (BRASIL, UFRRJ, 2010)

Segundo o MEC (2010), em relação aos ambientes de atuação do **Licenciado em Educação Física**, destaca-se que esse profissional-educador trabalha como professor em instituições de ensino que oferecem cursos de nível fundamental e médio; em editoras e em órgãos públicos e privados que produzem e avaliam programas e materiais didáticos para o ensino presencial e a distância. Além disso, atua em espaços de educação não-formal, como clubes, academias de ginástica, clínicas, hospitais, hotéis e parques; em empresas que demandem sua formação específica e em instituições que desenvolvem pesquisas educacionais.

Também pode atuar de forma autônoma, em empresa própria ou prestando consultoria. (MEC, 2010, p.31-grifo nosso).

Portanto segundo as DCNs do MEC (2010), o campo de atuação profissional do egresso do Curso de Licenciatura em Educação Física da UFRRJ está adequado, qualificando o professor a atuar em todos os espaços sem restrição. O campo de atuação do licenciado em Educação Física é delimitado pela ação de educar, pela capacidade profissional de organizar, planejar, administrar, avaliar e atuar pedagógica, científica e tecnicamente no âmbito da

²² Fluxo 04 iniciou-se em 2020.1 – e foi aprovado em 2023, de forma a atender a separação entre Licenciatura e Bacharelado em Educação Física e ao Programa Institucional de Formação de Professores na UFRRJ, com mudança expressiva de currículo e de concepção de formação baseada na Deliberação número 140/2019 de 12 de novembro de 2019 e nas Diretrizes curriculares que instituíram as Diretrizes Curriculares Nacionais (Resolução Número 06/2018, de 18/12/2018, do MEC/CNE/CES dos Cursos de Graduação em Educação Física e deu outras providências

cultura do movimento humano e de forma global, dentro de uma visão de formação ampliada, atuar pedagogicamente no ensino da Educação Física em espaços formais e não formais, de acordo com as demandas da sociedade.

Neste sentido, a formação de Licenciado em Educação Física é concebida como meios e fins educacionais, tendo na docência da educação básica os seus principais campos de atuação, mas não exclusivo.

O Curso de Licenciatura em Educação Física contém um perfil e ambientes de atuação do licenciado e atende às competências definidas para o Graduado em geral, no que concerne aos conhecimentos específicos. No caso do curso da UFRRJ isto foi contemplado, com o parecer da Comissão de Avaliação do MEC em 2012.

Em contrapartida, segundo as DCNs do MEC (2010), o ambiente de atuação **do Bacharel em Educação Física** é restrito: atua em clubes; em academias de ginástica; em empresas de artigos esportivos; em clínicas; em hospitais; em hotéis; em parques; nos meios de comunicação. Também pode atuar de forma autônoma, em empresa própria ou prestando consultoria. (MEC, 2010, p.30). Assim, o Bacharel na área não pode atuar na educação básica por não apresentar os requisitos legais de formação e atuação.

Outros argumentos a favor da formação ampliada do curso de Licenciatura em Educação Física da UFRRJ são: I) **Da autonomia universitária**. - Art. 207 da Constituição Federal-. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. II); **Das questões da LDBEN** Lei 9394/1996 – quem forma e habilita é a universidade. Destacamos que este não é o papel dos conselhos Profissionais.

Segundo art. 43 da LDBEN (1996) – A educação superior tem por finalidade: II – formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua. No art. 46 a referida lei dispõe que “a autorização e o reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de instituições de educação superior, terão prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação”.(BRASIL, 1996).

Segundo o Art. 53 Lei 9394/1996. No exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades, sem prejuízo de outras, as seguintes atribuições:

I – Criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior previstos nesta Lei, obedecendo às normas gerais da União e, quando for o caso, do respectivo sistema de ensino; II – Fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes; [...] VI – Conferir graus, diplomas e outros títulos; [...] - Parágrafo único. Para garantir a autonomia didático-científica das universidades, caberá aos seus colegiados de ensino e pesquisa decidir, dentro dos recursos orçamentários disponíveis, sobre: I – Criação, expansão, modificação e extinção de cursos; II – Ampliação e diminuição de vagas; III – Elaboração da programação dos cursos; IV – Programação das pesquisas e das atividades de extensão; V – Contratação e dispensa de professores; VI – Planos de carreira docente. (BRASIL, 1996, grifo nosso)

Destacou-se ainda segundo o art. 62 da LDB número 9394/1996 que a formação de docentes para atuarem na educação básica far-se-á em nível superior, em Curso de Licenciatura, de Graduação Plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos 5 (cinco) primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal.

Desta forma várias Jurisprudências foram favoráveis aos argumentos da UFRRJ, conforme explicitado no **anexo 6** desta pesquisa. Destacamos três jurisprudências, onde

foram demonstradas a pertinência na formação, a abrangência do currículo e a formação do professor para a vida. A Educação Física é uma atividade educativa por essência, seja a atividade desenvolvida em escola, curso, universidade, academia, clube, espaços não-formais e outros. Em todos os espaços a cultura corporal do movimento e a formação integral do educando em todas as idades desde crianças, adultos, até pessoas idosas. Enquanto atividade formativa, ela objetiva um processo de ensino-aprendizagem para a vida.

Gostaríamos também de ilustrar outras defesas desta formação ampliada .A Professora Celi Nelza Zulke Taffarel, Professora Titular da Universidade Federal da Bahia, foi uma debatedora em nível nacional da pauta de formação de professores de Educação Física. Criticou as atuais diretrizes curriculares, a divisão na formação e a atuação do Sistema Conselho Federal de Educação Física/Conselhos Regionais de Educação Física (CONFEF/CREF). Explicou as raízes históricas que determinaram esta situação, reconhecendo tendências. Apresentou várias publicações científicas que sustentaram a proposição de diretrizes curriculares para um curso de **Licenciatura Plena, de caráter ampliado**, em contraponto às atuais diretrizes propostas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e pelo Sistema CONFEF/CREF, que fragmentaram a formação entre bacharéis e professores de Educação Física.

Segundo Cruz, 2009, as reformulações curriculares da Educação Física brasileira, com base no modo de produção capitalista no Brasil, podem ser localizadas nos seguintes marcos temporais, com as respectivas reformulações curriculares, normatizações, modalidades e perspectivas de duração do Curso, conforme apresentado no quadro 02:

Quadro 02 – Reformulações curriculares específicas do curso de educação física

Ano	Decreto / Resolução	Modalidade	Duração do curso
1939	Decreto-Lei 121/1939	Licenciatura em Educação Física	02 anos
1945	Decreto-Lei 8270/1945	Licenciatura em Educação Física	03 anos
1969	Resolução CFE 69/1969	Licenciatura em Educação Física e Técnico Desportivo	03 anos
1987	Resolução CFE 03/1987	Licenciatura e/ou Bacharelado em EF	04 anos
2004	Resolução CFE 07/2004	Graduado em Educação Física	04 anos

Fonte: Cruz (2009).

Observou-se no quadro 02 que em 2004 ocorre a fragmentação na formação de professores de Educação Física, criando a figura do graduado na área. Entretanto segundo a LDB 9394/1996, curso de graduação implica em cursos de Bacharelado, Licenciatura e Tecnólogos. Portanto a Licenciatura é um curso de Graduação que na sua constituição histórica contemplava competências do Bacharelado e Licenciatura. Na verdade, a Resolução 07/2004 tem um erro conceitual na sua caracterização e em sua dimensão legal, pois refere-se ao Bacharel e as competências específicas e comuns ao Graduado na área (Bacharel e

Licenciado). É citada pelos órgãos reguladores como a Resolução que criou o Bacharelado em Educação Física.

Destacamos para as finalidades deste estudo, a importância da participação do ExNEEF na compreensão, discussão desta pauta e na luta pela formação unificada:

A Executiva Nacional dos Estudantes de Educação Física (ExNEEF) que, no Manifesto “Educação Física é uma só! Formação Unificada Já”, Gestão 2010/2011, apresenta 10 “motivos para sermos a favor da Licenciatura Ampliada”. Entre estes motivos constam: Formação ampla para atuação nos demais âmbitos dos campos de trabalho; sólida base científica; Cultura Corporal como objeto de estudo; Unidade entre teoria e prática; Indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão; Articulação de conhecimentos; Avaliação; Formação continuada; Prática pedagógica como caracterização da área; Projeto alternativo de universidade –outra concepção de formação, de homem, de mundo e de universidade. (TAFFAREL, 2012, p.103).

Continuando a análise, Taffarel (2012) destacou em seu estudo que a Educação Física se caracteriza historicamente pelo trabalho pedagógico da docência no campo da cultura corporal, ou seja, a ação pedagógica no trato com o conhecimento da cultura corporal. Em qualquer campo de trabalho, a ação pedagógica é a base da formação acadêmica e dos estudantes. A autora apontou a necessidade de considerarmos o princípio de estruturação do conhecimento científico no currículo.

A docência, entendida como trabalho pedagógico, é, portanto, a IDENTIDADE PROFISSIONAL do professor de Educação Física e isto pode ser verificado pelos fatos, quando nos reportamos à ação profissional e identificamos seu sentido, significados, finalidades, meios e métodos ao longo da história. (TAFFAREL, 2012, p.113).

A comunidade científica²³ publicou vários artigos argumentando a importância da formação plena, unificada e ampliada dos professores de Educação Física no Brasil. Motivo de embates, de diferentes concepções e lutas históricas em defesa de uma formação crítica e ampliada para o mundo do trabalho. Em contrapartida o Sistema CREF-CONFEF argumentava na contramão deste processo defendendo interesses corporativos, divisão da carreira e criando um nicho de atuação de interesse das instituições privadas e do mercado de trabalho não formal.

A figura 11 apresenta uma assembleia realizada na UFRRJ em 2014 para discutir esse momento histórico e deliberar junto com a comunidade universitária acerca da formação de professores na área e a trajetória a ser seguida pelo curso.

²³ Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte- CBCE, ExNEEF,CNE



Figura 11 – Assembleia Rural – Participação dos Docentes – 2014

Fonte: <https://www.facebook.com/calef.rural/photos>

Destacamos a Assembleia ocorrida na UFRRJ em 2014 no ginásio de desportos que fundamentou pela legalidade e legitimidade o currículo da UFRRJ, contou com a presença dos professores do curso, Pró-Reitoria de graduação, coordenação e estudantes. Na figura 12 apresentamos uma nota do CALEF da UFRRJ acerca desta pauta

Calef Rural
28 de março de 2014 · ...

E a rural dá mais um excelente passo! De acordo com a resposta ao e-mail do CALEF o CNE respondeu favorecendo nosso currículo e basta a UFRRJ criar um documento e enviar para o CREF. Com o CNE ao nosso favor não existe mais dúvidas sobre nossa capacidade de trabalho nas demais areas de atuação da Educação Física tornando injustificável qualquer ideia de criação de um bacharelado conforme o CREF apontava como única possibilidade para nós ruralinos.

O momento é de nos orgulhar de sermos ruralinos e nos orgulhar de ter uma formação unificada e de qualidade! Agora basta vestirmos essa bandeira e esperar a resposta do CREF, que agora cabe apenas a esse conselho a emissão da carteira profissional dando direito ao amplo campo de trabalho da EDUCAÇÃO FÍSICA.

Professores, estudantes e técnicos-administrativos UNIDOS SOMOS MAIS FORTES!FORÇA NA LUTA!!! [Ver menos](#)

Figura 12 – Nota do CALEF – Rural

Fonte: Fonte: <https://www.facebook.com/calef.rural/photos>

O CALEF publicou uma nota nas redes sociais, argumentando a resposta positiva do CNE-MEC quanto ao curso de Licenciatura em Educação Física na concepção da licenciatura ampliada oferecido pela UFRRJ, mantendo a posição da universidade e do movimento estudantil conforme figuras que estão dispostas **nos anexos: 1, 2, 3, 4 e 5** que ilustram a dinâmica e luta de resistência do CALEF na UFRRJ na pauta de formação de professores de educação Física e outras lutas históricas, eventos, atividades de mobilização e debates que corroboraram na formação destes educadores.

3 CAPÍTULO 3

O MOVIMENTO ESTUDANTIL NO BRASIL E AS PAUTAS DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA - ‘O CADERNO DE TEXTO S DA EXNEEF’.

Neste espaço pretendemos caracterizar como foi a organização do MEEF e destacar a importância dos espaços de construção de ideias. O objetivo deste capítulo foi contextualizar o movimento estudantil no curso de Licenciatura em Educação Física destacando a participação dos discentes no debate sobre a formação de professores, no período de 2012-2014, a partir do Cadernos de textos da Executiva Nacional do Movimento Estudantil (EXNEEF).

Foram a partir dos Diretórios e Centros Acadêmicos que a sistematização dos questionamentos começou a tomar forma e conteúdo, quando nas salas de aula foram levantadas as hipóteses, mas não havia abertura suficiente para as exposições de pensamentos que por vezes nos eram negadas e ainda a falta de oportunidade de fala, por sermos na época estudantes.

As semanas acadêmicas têm caráter fundamental para articular os eixos de discussões e por serem espaços que conseguem contribuir para que as especificidades do curso e escola estejam em interação. Mas, essas instituições nem sempre cumprem o papel de diálogo com a executiva de Estudantes de Educação Física, mas têm importância no diálogo do Centro Acadêmico com a estudantada.

Os COREFs e CONEFs são os conselhos onde ocorrem a estruturação dos Encontros Regionais e Nacionais da EXNEEF, tem caracteres deliberativos, nesses espaços são levadas as pautas específicas das Instituições de Ensino e é feita uma análise da conjuntura nacional, elencando as principais questões sociopolíticas a partir dessas demandas, onde são sistematizadas as pautas dos estudantes, para que possam ocorrer os devidos encontros.

Os conselhos são abertos para a comunidade estudantil, mas os coordenadores indicados pela base estudantil que deverão articular as necessidades das escolas dentro dos espaços deliberativos. As IES que sediarão os espaços formativos, são definidos a partir da plenária final de cada encontro seja ele regional e/ou nacional.

O Encontro Regional de Estudantes de Educação Física (EREFs) é o evento de cada região²⁴ do país, ocorre uma vez ao ano, antes do nacional. Este encontro por ter um menor número de pessoas se torna mais agregador, é um espaço que permite que haja uma troca imensa entre pessoas de escolas relativamente próximas, que discutirão particularidades de cada instituição e suas similaridades.

O ENEEF é o momento que todos os estudantes das universidades as IES se articulam, um momento de disputa política entre as correntes políticos partidárias que se inserem dentro da EXNEEF de interações e de ampliar conhecimentos através das bandeiras de lutas, conforme ilustrado na figura 13.

²⁴ Subdivididas entre: Sul, Sudeste, Centro- oeste, Nordeste, Norte



Figura 13 – Atividades de Mobilização do ME – Feira de Santana (2012)

Fonte: <https://www.facebook.com/calef.rural/photos>

É importante que destaquemos a idealização dos encontros, que foram elaborados a partir da base dos estudantes, para os estudantes. A necessidade de se construir pelo diálogo e a partir de uma metodologia dialética em todos os momentos e nesse intuito destacamos a importância das oficinas denominadas Mesa da Práxis e do Ato que é onde é levado para a sociedade tudo que foi discutido durante esses espaços. Na imagem acima pode ser observado os dois momentos citados.

A partir desta análise de conjuntura do MEEF, a pesquisa vai discorrer a análise do CADERNO DE TEXTO da EXNEEF, realizando a revisão sistemática de fontes destas publicações. Ressalta que esse veículo foi escolhido por representar fatos históricos do ME no período definido na delimitação da pesquisa – 2012- 2014, em função dos embates na pauta acerca da formação de Professores de Educação Física no Brasil entre os interesses em garantir as demandas do mercado instrumentado pelo CREF/CONFEF e as universidades públicas que defenderam um curso unificado, no qual o egresso estivesse apto a atuar em todos os espaços da sociedade, como professor de Educação Física, seja na escola, no clube, na academia, ou em outros espaços, um educador pleno.

3.1 Os Cadernos de Debates dos Encontros Da Executiva Nacional Dos Estudantes De Educação Física (EXNEEF)

Segundo Carvalho 1994, o Caderno de Debates dos Encontros foi criado pela necessidade de democratizar o conhecimento construído pelos estudantes nos espaços

formativos da Executiva Nacional dos Estudantes de Educação Física. Sua primeira publicação foi a partir da gestão de 1993/1994.

Sobre os cadernos, Valente, 1995 relata sobre o sentimento de transformação do que é considerado por muitos, como natural que seria construído uma ferramenta muito importante para a formação de muitos líderes estudantis.

É de um grupo de pessoas imbuídas de ideias que nasceu esta publicação. Um grupo que acredita que sonhos deste tipo podem se realizar sem se perder a garra, a convicção, a esperança, a sensibilidade e o prazer, no processo de estabelecer o novo.

(VALENTE, CADERNO DE DEBATES EXNEEF, vol. II, pag. 6, 1995)

A elaboração das publicações fica a cargo da coordenadoria de Ensino Pesquisa e Extensão da EXNEEF que seria responsável por enviar cartas convites a ex-estudantes, militantes e professores que contribuíram para a construção da EXNEEF.

Observamos ao longo das publicações direcionamentos conforme temáticos discutidos nos Encontros nacionais de educação Física - ENEEF, as principais bandeiras da executiva ou temáticas relacionadas ao questionamento social.

O cunho desse caderno se manteve no sentido de contemplar a diversidade de ideias, ou seja, o debate propriamente dito, aborda questões não só pertinentes a área de educação física, como também registra a história do movimento estudantil a nível geral e a de outros movimentos sociais. (CADERNO DE DEBATES, pag. 6, 1995).

Para tanto, fizemos uso dos Cadernos de Debate nos eixos: Formação, Universidade e Licenciatura Ampliada para que possamos elucidar a importância do movimento estudantil na constituição de uma formação integradora e crítica e sua relevância no debate a respeito da construção curricular diante do que foi apresentado no capítulo anterior, sobre a fragmentação do curso em licenciatura e bacharelado.

Os textos selecionados foram lidos, sistematizados e debatidos pelas pesquisadoras. A seguir apresentamos o modelo da matriz analítica sintética utilizada na seleção dos artigos dos Cadernos de Debates que discutiam o tema e foram descritas no quadro 02, na perspectiva metodológica da abordagem qualitativa, no período considerado e com base nos objetivos da pesquisa.

3.2 Cadernos de Debates da ExNEEF e sua Função Formativa

Nesta pesquisa, de forma a atingir os objetivos, analisamos quatro periódicos dos Cadernos de Debates da ExNEEF distribuídos nos anos de 2012 a 2014 que apresentam a síntese das contribuições dos ENEEFS destes mesmos anos, para os Centros Acadêmicos das Instituições de Ensino Superior a Nível Nacional, buscando compreender de que forma eles influenciam na formação sociopolítica dos estudantes, importante destacarmos que grande parte dessas publicações foram produzidas por militantes do movimento estudantil, muitas das vezes que estavam na coordenação da executiva nacional naquele momento.

O Caderno de Debates intitulado “ExNEEF 20 anos – Se o presente é de luta o futuro nos pertence” do qual a gestão de 2011/2012 foi responsável pela concepção, demarca um ano histórico onde 57 instituições públicas Federais e Estaduais de ensino público estariam paralisadas em estado de greve, na gestão do Partido dos Trabalhadores. Em seu editorial, a publicação apresenta um posicionamento contrário as reformas de base e discutiu o projeto de sociedade que o movimento estudantil de Educação Física defendia na época, um movimento que reafirmava o compromisso como parte integrante da classe trabalhadora e que

pressupunha que as suas bandeiras só se fortaleceriam quando fosse superada a concepção da sociedade capitalista, defendendo em contrapartida a concepção do socialismo.

Nesse editorial foram encontrados um total de nove textos produzidos ao longo da gestão que compunha as coordenações da ExNEEF no período de publicação do caderno, analisaremos três deles que continham as palavras-chave formação e movimento estudantil, sistematizando a concepção de prática pedagógica.

O primeiro texto que analisamos teve por objetivo de discutir o currículo na educação física, para tanto Taffarel, 2012, “Critica a formação em Educação Física, em defesa de novas diretrizes” problematiza a conjuntura econômica e social em cada marco temporal com a implementação das regulamentações e diretrizes na educação, quais são seus direcionamentos e a quem servem tais mudanças.

A autora analisou desde a primeira lei que regulamentou a Educação Física na década de 1930 aos demais pareceres das décadas de 1940, 1960, 1980, 2000 e discorreu que as legislações estavam relacionadas com as mudanças nos cenários políticos e econômicos para atender os interesses do sistema capitalista.

Portanto a recomposição do aparato legal corresponde as tendências econômicas entre as quais podemos reconhecer a de desregularmentar o mundo do trabalho, controlando, ajustando, enquadrando a força de trabalho por outros mecanismos entre os quais a regulamentação da profissão e a desregulamentação do trabalho, a flexibilização, a terceirização, a privatização. (Taffarel, pag78 ,2012.).

As alterações previstas nas deliberações incidiram em um esvaziamento teórico nos currículos que não favoreceram a classe trabalhadora, como nos mostrou a autora, pois representam mecanismos que legitimam um processo de sucateamento da educação.

A regulamentação do CNE número 07/2004, trazida pela autora, representou um marco regulatório, no que se permeia a discussão de fragmentação curricular, pois a legislação remeteu à formação do egresso de Educação Física, como Graduado ou Tecnólogo em Educação Física com atuação em ambientes não escolares e, para os formados em Cursos de Licenciatura, a condição de atuação em ambientes escolares. Essa separação de formação fragmentou a profissão que é essencialmente de docência.

Na análise, Taffarel, 2012 fez também a crítica ao CONFEF, entidade responsável por fiscalizar o trabalhador em Educação Física, regulamentada através da Lei Número 9696/1998 através de análise a publicação feita na revista da entidade datada do ano de 1999 onde faz menção à diretriz 07/2004 e solicitando o enquadramento das instituições de ensino. Destaca-se que o CONFEF não tem respaldo para este tipo de enquadramento, pois somente cabe as instituições de ensino, segundo artigo 207 da constituição, orientar/formalizar o mesmo, reforçando assim a luta do MNCR e MEEF contra as ingerências deste conselho. Cabe às IES definir o perfil de formação humana e profissional e ao MEC-CNE-EINEP, regular a formação e reconhecer os cursos e diplomas da educação superior. Cabe ao conselho a função de regular o exercício profissional e não a formação. Essa lei foi alterada pela Lei 14.386/2022.

Destaca-se que segundo Brasil (2022), no Art. 5º-A compete ao CONFEF:I – Organizar e promover a eleição do seu Presidente e do Vice-Presidente; (Incluído pela Lei nº 14.386, de 2022). II – Editar os atos necessários à interpretação e à execução do disposto nesta Lei e à fiscalização do exercício profissional, limitada esta, quanto às pessoas jurídicas, à regularidade do registro e à atuação dos Profissionais de Educação Física que nelas prestem serviços; (Incluído pela Lei nº 14.386, de 2022). III – adotar as medidas necessárias à consecução de seus objetivos institucionais; (Incluído pela Lei nº 14.386, de 2022). IV – Supervisionar a fiscalização do exercício profissional no território nacional; (Incluído pela Lei nº 14.386, de 2022). FONTE: BRASIL, 2022, Lei nº 14.386, de 2022).

O CONFEF utiliza de propaganda massiva com a divulgação de suas revistas e de todo aparato ideológico das academias na tentativa de difundir um projeto de formação mais aligeirado, onde demonstra que a necessidade dos trabalhadores é de um currículo mais enxuto e mais voltado para a necessidades do mercado de trabalho, aspecto este questionado pelo movimento estudantil e pesquisadores na área.

A respeito de um currículo mais enxuto, descreve-se uma formação que não abarque epistemologicamente as questões sociais, o currículo deveria dar conta de formar apenas para responder às questões do mercado:

A condução de uma política educacional sob os parâmetros do Banco Mundial evidencia o papel periférico que o Brasil está fadado a desempenhar: formar mão-deobra que o qualifique a ser um país montador de autopeças, exportador de commodities e dependente de tecnologia externa.” (GAWRYSZEWSKI, 2008, p. 52)

Tais medidas começam a ser implementadas para dar conta das condições do banco mundial em um processo de implementação do projeto neoliberal. A regulamentação da profissão é uma das consequências, influindo diretamente na concepção de educação. Como observamos na citação abaixo:

Esta política de mercantilização da educação, não pode ser apreendida como um elemento isolado, mas se insere num movimento mais amplo do capital em busca de novos mercados de exploração lucrativa e que se expressa em acordos comerciais como o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA, em inglês) e a, por enquanto, fracassada, Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).” (GAWRYSZEWSKI, 2008, p. 44)

Taffarel (2012) no texto fez a crítica, dialogando com diversos currículos vigentes nas universidades e elencando os principais problemas das IES, dentre eles podemos elencar:

Excessiva carga horária, ênfase no currículo biologicista enfocado na área médica, com ênfase na perspectiva de saúde de matriz patogênica, currículo desportivizado, sem caráter terminal, estágio e prática de ensino previstos no final do curso, sem TCC com caráter científico, currículo sem eixos, pilares, módulos ou sistemas de caracteres complexos, sem auto-organização dos estudantes, sem unificação teórica metodológico. (Taffarel, p. 86, 2012).

Neste ensejo, a autora nos trouxe sugestões de uma proposta curricular para contrapor a fragmentação nas diretrizes do MEC que separaram a formação de licenciados e bacharéis. A teoria trouxe a proposição da multidisciplinaridade, com enfoque na cultura corporal do movimento. Seus principais eixos eram: sólida articulação entre teoria e prática, conteúdo multidisciplinar, 400 horas de prática de ensino tendo como objetivo aproximação a prática docente e 400 horas de estágio supervisionado, a formação científica começando nos períodos iniciais, o currículo com inserção nas redes públicas (Ensino, saúde, esporte, lazer, alto rendimento) e a avaliação permanente como parte integrante das atividades curriculares, de responsabilidade coletiva a ser conduzida pelo projeto político-pedagógico da IE.

Compreender que possibilitar ao discente a inserção nos espaços que ele irá atuar enquanto educador, faz com que ele possa mediar o conhecimento adquirido nas disciplinas do curso, criando uma interação com a profissão.

Após conceituar a Educação Física como campo de atuação eminentemente pedagógico através da docência se utilizando da cultura corporal do movimento, Taffarel (2012) defendeu a formação do professor na área, com a identidade profissional do em Licenciatura Plena,

numa perspectiva ampliada; o Professor de Educação Física atuando em vários espaços de intervenção educacional e profissional.

1. A cultura científica de base em ciências humanas, exatas, sociais, biológicas e das artes, de modo a contribuir para a formação humana de emancipatória e ominilateral, para a adequação e enriquecimento da ação profissional ética, bem como para possibilitar que a cultura corporal, tematizada nas relações clássicas e emergentes da educação física, seja compreendida e analisada a partir da articulação, das suas dimensões, científica, técnica, moral, estética, política e pedagógica.
2. O desenvolvimento das capacidades psicológicas superiores, a capacidade teórica que se desenvolve na inter-relação e internalização de signos, culturalmente desenvolvidos e historicamente acumulados.
3. A capacidade para analisar criticamente o real e agir para transformar, tendo como horizonte a superação do modo de produção capitalista.
4. O domínio tanto de meio de produção como de conhecimentos clássicos essenciais relacionados a cultura geral e a formação específica que são objetos das atividades humanas e profissional, adequando as a necessidade de emancipação sociocultural dos seres humanos e ao desenvolvimento democrático da sociedade.
5. A consideração crítica das características, interesses e necessidades das pessoas nos momentos de planejamento, aplicação e avaliação dos programas de intervenção do profissional.
6. A sistematização e a socialização da reflexão sobre a prática profissional.
7. A capacidade de argumentação e modo, a saber, justificar e articular sua visão de mundo e sua prática profissional com a construção do projeto histórico para além do capital, bem como balizar sua ação profissional à luz as críticas produzidas a partir dos campos de conhecimento e afins. (Taffarel, 2012, p 94).

Esses foram alguns pontos propositivos a respeito da política de formação global do professor de Educação Física, que deverá estar diretamente ligado com o específico da ação do professor. A autora citou também os princípios norteadores da proposta do curso de Licenciatura de Educação Física ampliada, destacando o artigo 5 da mesma que constitui em: trabalho pedagógico como base da identidade do professor, profissional de Educação Física, compromisso social da formação na perspectiva da ominilateralidade, sólida e consistência formação teórica, formação política, elevação de consciência de classe, articulação entre ensino, pesquisa e extensão, indissociabilidade entre teoria e prática e o tratamento coletivo e interdisciplinar de conhecimento

A autora concluiu o texto abordando a necessidade de se contrapor ao projeto hegemônico de sociedade colocado pelo CONFEF e da relação sobre essência e a modificação da mesma a partir de condições objetivas.

O Segundo texto que analisamos na revisão sistemática de fontes desta pesquisa foi intitulado “Licenciatura ampliada” das autoras Meneguel e Dos Santos (2012), coordenadoras da EXNEEF no período da publicação do caderno de debates; iniciam o texto contextualizando o cenário da campanha “Educação Física é uma só. Formação unificada já” encampada pela Executiva Nacional de EEF desde 2009, demonstrando a necessidade do estudante entender o processo de fragmentação curricular a partir da sua implementação e do acúmulo referente aos trinta anos de construção do MEEF.

O Brasil enquanto país de capital financeiro dependente segue diretrizes de organismos multilaterais, implementando políticas neoliberais. Na prática, os recursos públicos são direcionados em geral em benefício das grandes instituições financeiras, podemos perceber isso a partir da década de 1990 com o grande incentivo a implementação dessas políticas pelo governo do Ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, como demonstrado no capítulo 1.

As autoras relatam que o governo do Partido dos Trabalhadores daria continuidade a implementação através da inserção de políticas assistencialistas e de consenso de classes aplicadas, mascarada pela Reforma do Estado, como justificativa à crise que era inerente ao sistema capitalista.

Foi neste contexto que apontamos o Plano Nacional de Educação – PNE (2001) como uma das demandas fundamentais para que a educação também seja inserida nesse bojo, o de restruturação. A alteração da Lei de Diretrizes e Bases – LDB número 9394/1996 se modificou e se tornou LDBEN, tal mudança não se deu apenas na nomenclatura, ocorrendo a extinção da formação pelos currículos mínimos e a formação a partir de Diretrizes Curriculares Nacionais.

Dentro da lógica de acumulação do capital, e das restruturações produtivas também precisa alterar a formação dos trabalhadores para poder superar as crises então ligada ao novo padrão de acumulação, a formação a partir das DCN possibilita maior flexibilidade pois elas são orientações a serem seguidas, logo, mais fácil de serem flexibilizadas e postas a serviço do mercado (Pugher, Lovatto e Portella, 2012, p.138)

Com as diretrizes em vigor, muitos cursos iniciaram o processo de fragmentação curricular dualizando o processo de trabalho já em âmbito formativo e salientando que a produção de conhecimento passou a ter características mais técnicas, retirando profundidade e essência dos métodos de ensino. Esse cenário colocou em vigência uma política nacional que visava estabelecer um perfil profissional que tenha competências e habilidades capazes de dar conta dessa fase do processo de acumulação.

A respeito do perfil profissional desenvolvido a partir da regulamentação do trabalho, podemos direcionar para um outro aspecto, a forma com que as academias irão se apropriar da cultura corporal do movimento como mercadorias vendidas nas academias (Takeuchi Nozaki, 2007) e o papel do professor nesse processo.

Para alcançar o objetivo, as Universidades Federais aderiram ao programa e apresentaram ao ministério planos de reestruturação, de acordo com a orientação do REUNI. As ações previam, além do aumento de vagas, medidas como a ampliação ou abertura de cursos noturnos, o aumento do número de alunos por professor, a redução do custo por aluno, a flexibilização de currículos e o combate à evasão. Anunciava que ampliariam as vagas nas universidades públicas e que as universidades receberiam um orçamento maior.

Na prática o que se pôde observar com o REUNI em algumas instituições foram salas que não suportariam o quantitativo de estudantes, programas de assistência estudantis precários, redução nos orçamentos destinados as instituições públicas e, em consonância a estes elementos, a criação do Programa Universidade para Todos (ProUni) que foi criado em 2004, pela Lei nº 11.096/2005 e teve como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. Destaca-se que o programa foi alterado pela LEI Nº 14.350, DE 25 DE MAIO DE 2022, visando aperfeiçoar a sistemática de operação do Programa Universidade para Todos (Prouni).

Em 2006, eram oferecidas 122.003 vagas nos cursos de graduação presencial das universidades federais. Em 2010 foram oferecidas 199.282, configurando um aumento de 77.279 vagas, que corresponde a 63% no período de 2006 a 2010 (ANDIFES, 2010, p. 10).

Essa expansão demandou mais recursos e condições concretas de oferta da educação superior, inclusive o curso de Licenciatura de Educação Física da UFRRJ que era ofertado em horário integral na Instituição e seguia as orientações específicas para a licenciatura em

Educação Física, nos termos definidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica.

No âmbito da Educação Física e da regulamentação do trabalho ocorre uma interação direta, a mediação que houve entre as universidades particulares e o sistema CONFEF/CREF por meio do incentivo a formação “continuada” em suas campanhas veiculadas através de suas revistas, descontos em universidades particulares para licenciados em Educação Física. Os acordos eram feitos de forma a contemplarem os estudantes que não continham as duas habilitações (licenciatura e bacharelado), estabelecendo assim as “parcerias”. (PENNA, 2006)

Na Educação Física observou-se um avanço do CONFEF em fomentar a proposta de fragmentação curricular dentro das áreas não formais, coibindo o trabalho na sua forma mais cruel de fiscalização, sendo estimulado pelos grupos econômicos de instituições privadas, representações parlamentares e nas confederações de esportes, ofertando cursos promovidos pelos conselhos com as devidas parcerias, como observado abaixo:

A consolidação do conselho pode ser visualizada em nível do Rio de Janeiro, quando inserido em um espaço que por lei ele não tem legitimidade, no momento quando nos concursos públicos do magistério, para atuar nas escolas básicas do município e Estado são solicitadas carteira de habilitação profissional (PENNA, 2016) o que teria sido marcado por diversas mobilizações do Movimento Nacional Contra a Regulamentação e MEEF.

Para a sociedade cível e aliado a um cenário onde o desemprego e a intensa perda de direitos sociais eram evidentes, o discurso vendido pelo sistema CREF-CONFEF, era muito bem recebido pois atribuía a abertura de mais campos de trabalho para o profissional egresso que passava tempo “excessivo” nas universidades “Enquanto os conservadores querem discutir questionar, os progressistas querem ocupação dos espaços. Querem mercado para poder trabalhar.” (STEINHILBER, 2004, p.52)

Os conservadores descritos pelo presidente do CREF seriam os que pensariam nas melhores condições de trabalho para os egressos. Assim o conselho popularizava seu discurso, por meio do “acesso” ao trabalho, sem esclarecer que este seria em condições precárias.

Em contrapartida, autoras Meneguel e dos Santos (2012), trouxeram a proposta de currículo formulada pelo movimento estudantil com base nos trinta anos de organização enquanto executiva de estudantes, a proposta de licenciatura em caráter ampliado que se delineava a partir de quatro pilares: formação humana ominilateral. História enquanto matriz científica. Trabalho enquanto princípio educativo e Organização conhecimento de forma espiralada

O caderno de debates da gestão 2012-2013 foi construído em meio a realização de diversos eventos esportivos e movimentos que tiveram como elemento propulsor o aumento das tarifas dos transportes públicos. O editorial deste caderno faz menção às manifestações ocorridas ao longo de produção desta publicação e a gama de conhecimento produzido pelo MEEF desde sua primeira publicação em 1995.

Para que pudéssemos aprofundar nosso debate, iniciamos a análise com texto denominado “A luta pela formação unificada – em defesa da Licenciatura ampliada” dos autores Roque e Silva (2013) foram militantes da EXNEEF e estudantes de Educação Física.

Os autores apresentaram um cenário político e econômico a partir da década de 1970 que dialogava com o texto analisado anteriormente. Em meio a uma crise econômica mundial o capitalismo encontra mecanismos para que o sistema pudesse se manter, diante desses desdobramentos as Reformas se mostraram como principal resposta desse sistema para sua manutenção para a classe trabalhadora, a implementação delas iria incidir de forma mais cruel na base da estrutura: na educação, na saúde e no trabalho.

Em face desse contexto podemos perceber através do texto que o movimento estudantil de Estudantes de Educação Física se colocou ao lado dos trabalhadores de modo a enfrentar as ingerências desse processo de fiscalização do Conselho de Educação Física. A

proposição dos estudantes era da formação de um indivíduo em sua concepção integral, plural e crítico.

Roque e Silva, 2013 reafirmam a necessidade do comprometimento do MEEF em expor as contradições dos estudantes de Educação Física por meio de diálogos com as entidades de base e na produção de materiais de divulgação da EXNEEF na escola. Nesse sentido, apontamos aspectos do que foi construído desde a concepção em 2009 da campanha “Educação física é uma só”, a campanha foi construída com a intenção de expor os desdobramentos que a fragmentação curricular estava causando nos cursos de Educação Física, em nível nacional, trouxe elementos que possibilitam a unificação do curso por meio das diretrizes.

Ainda a respeito da análise de Roque e Silva (2013), mencionam que embora a centralidade da discussão no ENEEF de 2013 fosse a implementação dos megaeventos e seus desdobramentos e entendendo que a adesão da proposta de licenciatura ampliada só se daria a partir da superação do modo de produção capitalista, o MEEF delibera em sua plenária a manutenção da campanha por entender que mantém o diálogo e a aglutina muitos estudantes pela sua centralidade.

O Texto “Situação política e reorganização do movimento estudantil: Debates e contribuições” do Caderno de Debates 2014, nos leva diretamente para as jornadas de junho de 2013 dialogando em dois momentos: No primeiro momento foi discutido quais foram os elementos fundamentais para a eclosão das manifestações e o perfil dos manifestantes. Após análise do cenário que antecede e os fatores que desencadearam, os autores descrevem os desafios a fim de uma reorganização da base.

A vida na cidade ficava cada dia mais cara, a tarifa dos transportes públicos aumentava e suas condições eram insalubres, as praças que outrora eram utilizadas como espaços de lazer e de organização social hoje são palcos de intensas repressões, os gritos que ecoavam da juventude eram gritos de socorro de uma geração que estava cada vez mais sem expectativa.

Nessas circunstâncias que Rodrigues e Bailardin (2014), coordenadores da EXNEEF e ainda estudantes naquele período, nos fazem refletir sobre quais alternativas organizativas a esquerda brasileira trazia naquela conjuntura.

É da inexistência de um projeto das organizações de esquerda e da referência de um Partido dos Trabalhadores que mascarava as políticas públicas ofertadas para dar conta de implementar as demandas do Banco Mundial que parte um movimento com pautas que dialogam diretamente com os anseios dos trabalhadores, mas que também nega o que foi construído historicamente pelos Partidos historicamente organizados.

Nesse bojo destacam-se uma disputa em três frentes: “Um setor da classe dominante extremamente conservador que apelou para repressão, e a criminalização nas suas diferentes formas, o setor governista que optou pela reforma política, conseguindo assim conter a continuidade do movimento; E o setor da esquerda tradicional que optou como saída as eleições.”

(Rodrigues e Bailardin, pag. 18, 2014)

Esse movimento de massa caracterizado como plural e pedagógico pelos autores pareceu trazer consigo a reivindicação da institucionalidade, mas não vai questionar o projeto classista que tem como principal objetivo uma manutenção de uma ideologia hegemônica, talvez possa vir daí um dos principais conflitos. São esses jovens que partiram para a construção do movimento estudantil nas universidades. Os anseios individuais que eram legítimos ao questionar uma superestrutura onde o estudante as vezes é explorado e expropriado do conhecimento.

O acesso ao conhecimento, ao lazer, a saúde e moradia não é negado aos filhos dos que detém os meios de produção. Para nós, sujeitos alheios a isso, é legitimado o empreendedorismo, a lógica do fazer individual do fazer melhor sem a superestrutura a nosso

favor. Essa juventude com anseios (Re) produzidos pela lógica do capital é a que chega no ME.

Nesse texto é remetido o papel da vanguarda progressista e/ou revolucionária e faz um contraponto com o que construímos na EXNEEF durante esse percurso. Observamos a manutenção de uma superestrutura que é engendrada por conceitos e se mantém quase que em um papel de militantes profissionais. É reafirmado o rompimento com União Nacional dos Estudantes que teve um papel fundamental na organização dos estudantes desde a sua fundação, mas passou a ser alheia aos acontecimentos desde a gestão PT onde tiveram um papel de apaziguamentos das lutas a partir de grandes acordos com o governo.

Neste sentido foi reforçada a necessidade da manutenção de conversas com a base dos estudantes e para tanto reforçar o papel da vanguarda do movimento, entendemos que as pessoas que compõem o movimento estudantil há algum tempo e com isso obtiveram elevado conhecimento político, que o mesmo deve ser difundido e não apropriado como forma de manutenção de cargos de direção para tanto, entende-se como fundamental que os diálogos sobre permanecia estudantil, segurança nos campis e política públicas sejam permeados em busca da aproximação dos estudantes de seus diretórios e centros acadêmicos.

A exemplo da campanha “Educação Física é uma só” da EXNEEF que cada vez mais interagiu com a juventude e com outras executivas de curso, e que para além da especificidade faz uma análise conjuntural de todo o percurso feito para que pudéssemos chegar aonde estamos em 2023 enquanto executiva.

O texto “Formação em Educação Física” do mesmo volume XVI Oliveira, Miranda e Roque (2014) discorrem sobre as críticas que foram feitas à Educação Física desde a década de 1970 que desencadeou a elaboração das concepções de Educação Física que revisitamos até o momento atual.

Esse cenário, remeteu a proposta de currículo elaborada pelos estudantes e professores ao longo dos anos de EXNEEF para contrapor uma formação pautada em atender as expectativas do mercado, consolidada pela implementação da contrarreforma universitária. Os autores relataram que a partir de 1998 quando a educação é inserida no Rol de serviços pela organização mundial do comércio é quando começa a se acentuar a política de mercadorização e com isso, a flexibilização dos currículos, como apontamos implementação da contrarreforma universitária, e adaptação dos métodos pedagógicos para suprir a alta demanda de estudantes nas salas de aula.

Especificamente na Educação Física, observamos a fragmentação curricular e a crescente fiscalização do sistema CREF E CONFEF no âmbito do trabalho. A Campanha “Educação Física é uma só” que serviu como elemento de aproximação dos estudantes nas universidades é repensada e considera-se que “não é possível compreender e concentrar esforços unicamente na disputa específica, local pelo currículo sem levar em conta o contexto da universidade, pois são debates que se articulam e que se perpassam.” (OLIVEIRA, MIRANDA E ROQUE 2014, p.51).

Com isso observamos que mesmo com sentido agregador, os currículos e as regionalidades eram importantes para mobilizações. No texto foi remetido que naquele momento os esforços eram destinados para a elaboração de uma proposta curricular na instituição, os militantes da entidade haviam conseguido diante de muita luta e organização uma relação paritária dentro do espaço de discussão, mesmo em um momento que era resgatado regulamentações da época da ditadura militar para justificar o protagonismo docente na construção curricular.

Dando prosseguimento seguimos para o caderno de debates volume XVII Roque e Teles (2015) na publicação intitulada “Formação em Educação Física: Com a palavra os estudantes.” Os títulos das publicações parecem simples, mas ressalto a importância do significado da publicação já na sua apresentação, pelo próprio enunciado.

Quais os conceitos que são atravessados nesta e em outras publicações? Respondo ainda com a humildade de me apresentar enquanto estudante e, quão carregado de conteúdo essa e as demais literaturas apresentadas aqui estão. Não poderíamos falar de movimento estudantil sem dar a palavra aos agentes da própria história partindo de uma necessidade material de questionamentos da formação que nos é concebida.

Kuenzer, 1999, ressaltou que as demandas de formação de professores vão responder as configurações de mudanças ocorridas por meio das correlações de força do mundo do trabalho e nas relações sociais.

No espaço educacional ocorre disputas de interesses da hegemonia, sabendo do papel que a educação pode ter na perspectiva de emancipação do homem. Os elementos fundamentais para que tais mudanças possam ou não ocorrer se dão através do aparato legal, mais precisamente na educação física a partir de 2004 quando ocorre a alteração da diretriz normativa do curso.

No âmbito da universidade pública citamos o quanto a contrarreforma universitária influenciou na precarização do ensino público em detrimento da valorização da rede privada de ensino.

E neste mesmo bojo, os autores nos trazem mais um elemento a ser pensado, a inserção das empresas privadas nas instituições públicas com o argumento de poder auxiliar no desenvolvimento delas com investimento em maquinários. É interessante a metodologia que se é utilizada e facilmente agregada para quem não dispõe de elementos suficientes para contrapor esta ideologia e observa apenas na superficialidade.

Em um primeiro momento parece esvaziado o aparato de organização política da classe trabalhadores e aos poucos são flexibilizados os direitos que foram adquiridos fruto de muito organização política. Os instrumentos que são responsáveis por agregar conhecimento são sucateados e os espaços de lazer que outrora eram gratuitos, agora são pagos.

Quando o sentimento que permeia é de sufocamento as ruas são tomadas, mas os gritos ecoam com pautas que estão no alcance do campo de visão, e duramente são novamente sufocados pela repressão até que é nos dado o que foi solicitado e mais um pouco, hoje podemos entrar em um espaço que em um outro momento era elitizado, mas permanecemos sufocados pela falta, a mesma que nos era negada nas ruas, a manutenção em um espaço que é nosso, o chão que construímos, mas não saímos. Não saímos, pois, o que nos cabe já não é nosso, nos foi tomado e mais uma vez nos sentimos sufocados.

Neste sentido que é reafirmado em quais parâmetros a universidade pública era compreendida, em um espaço que tinha um currículo constituído de forma sólida e consistente que valorizava a formação do indivíduo de forma integral através de acesso ao ensino qualitativo, bases de pesquisa e extensão proporcionando a vivência em todos os âmbitos reafirmando assim o compromisso social da universidade.

Dentro da concepção que o movimento estudantil reivindica é importante que possamos:

Refletir sobre tais exigências ao se tratar de formação de professores, coloca na ordem do dia o reforço de investimento público na infraestrutura das universidades; condições de trabalho e valorização dos trabalhadores em educação dentro das IFES; acesso de todos às ferramentas e métodos de produção, aplicação e reflexão em torno do conhecimento. (Roque e Teles, p. 26, 2015)

Compreendemos que para além disso, uma formação que nos faça criticar a realidade que nós estamos inseridos com isso, dialogamos pela necessidade de contrapor um currículo verticalizado e engessado e é reiterado o papel dos espaços de exposição de ideias de formas horizontais que podem ser entendidos pelos Centros e Diretórios acadêmicos de curso, espaço que há muito nos foi negado e é mais uma vez saudado pelo MEEF, pois somente a partir deles pode se pensar em discussões mais orgânicas.

“Assim, olhando para o potencial formativo da Campanha e do Movimento Estudantil de Educação Física (MEEF), não se trata de uma” formação complementar ao currículo” como as vezes se afirma nos cursos de formação, mas sim uma formação que contrasta com o currículo e que escancara a impossibilidade da universidade enquanto institucionalidade ser o espaço de formação ampla.” (Roque e Teles, 2015, p. 29).

No sentido de buscar uma dinâmica dialética de construção de saberes, foi ressaltada a importância dos centros e diretórios acadêmicos de cursos, que buscam a partir de uma necessidade material, dialogar com o corpo discente e expressar essas demandas de modo que as vozes sejam ouvidas e organizadas. Para tanto o MEEF enquanto entidade de luta se mostrou importante na capacidade de articulação com outras representatividades dos movimentos sociais, pois compreende uma dinâmica política e social.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma doce amiga fez com que me recordasse qual era a nossa função em determinados espaços, locais que não acreditávamos que podíamos fazer parte talvez por vezes martelarem na nossa cabeça, consciente ou inconscientemente que nós não éramos capazes ou por não termos pessoas que nos representassem sejam por vestimentas, nas suas falas mais rebuscadas, na forma de se portar ou pelo seu tom de pele. Essa pesquisa ajudou no sentido de aproximar e, mesmo com as limitações, mostrar que somos capazes de compreender a realidade por meio das nossas subjetividades.

Nesse sentido, remeto a inquietação que deu origem a esse trabalho: a perspectiva pedagógica através do movimento estudantil. Por meio da caracterização do ME, buscamos demonstrar de que forma a atuação desse movimento possibilitou com que os estudantes e outros setores da sociedade pudessem dialogar com questões sociais que por vezes pareceriam distantes.

Não me distanciando da reflexão que me foi trazida, farei menção ao que na minha concepção se destacou por meio de nossas análises neste trabalho que se deu pela facilidade que o movimento estudantil tem para dialogar com os diferentes setores da sociedade e isso parece ser percebido em diferentes períodos da história, com suas singularidades, defendendo as pautas educacionais e sociais em permanente luta e disputa, sem se afastar do pensamento dialógico.

Para tanto foi necessário falarmos sobre as representações sociais e as singularidades dos movimentos sociais historicamente construídos sendo um dos objetivos desta pesquisa. Neste prisma, destaco que o ‘Movimento Estudantil’ (ME) fundador da UNE, se fortaleceu e não é o mesmo. O ME que vemos em 2023 parece estar relacionado com a conjuntura política, social e econômica do momento presente.

A fundação do ME no Brasil entendemos ser dada a partir de uma mudança econômica no país e um dos fatores principais foi a revolução industrial, em nível mundial, e a inserção de uma classe que anteriormente era agrária para os grandes centros comerciais urbanos. Isso parece ter provocado a necessidade de uma reestruturação da capacidade de produção fabril e dos trabalhadores. Esse contexto favoreceu para que os trabalhadores se organizassem por meio de sindicatos e centrais sindicais em busca de melhores condições de trabalho e, no sentido de dialogar com pautas que eram emergentes, nesse período a União Nacional dos Estudantes ganhou espaço.

As instituições de ensino públicas eram locais ainda privilegiados e seu acesso era permitido somente as classes sociais dominantes. As discussões a respeito de acesso dos estudantes, foram iniciadas a partir da abertura econômica e da democratização. Podemos citar a participação do movimento estudantil na consolidação da proposta em 1962 para ampliação das vagas nas universidades e as diversas caravanas de formação como marcos históricos.

A energia que poderia ser visualizada em diversos registros fotográficos e com a elucidação por meio dos documentos analisados nos permitiu compreender a importância da organização social e estudantil. Destaca-se que por tempos a forma de contextualizar acontecimentos se dava pelo registro teórico e com uma riqueza de detalhes. Naquele momento a forma de divulgação panfletária ou não se dava principalmente pela escrita e não era digital. Com o avanço da informática e das mídias digitais nós observamos um novo rumo, principalmente por meio da fotografia e das mídias eletrônicas.

Ambas são dignas de serem pautadas e analisadas por meio do perfil do estudante que acessava as instituições de ensino e quais eram os estímulos que aquelas gerações tinham. As informações chegavam por intermédio de livros, jornais, panfletos e rádios, e posteriormente

pela mídia e internet. Tais fatores parecem influenciar a consistência teórica que as publicações teriam e as referências seriam pautadas em função do contexto sociopolítico.

Dito isto e remetido ao contexto histórico entendemos que o acesso ao movimento estudantil em determinado momento vai ser dado por uma categoria da elite, que irá se modificar ao longo das lutas e implementação de políticas públicas que facilitarão o acesso a uma parcela que outrora foi excluída.

Entretanto, o estudo destacou que não bastou garantir o ingresso dos estudantes à educação superior, mas os desafios seriam a permanência e a conclusão do curso. Isto posto queremos destacar a categoria de análise ‘representatividade estudantil’ que se deu pela necessidade de pautar as discussões que os estudantes de camadas sociais não privilegiadas tinham e sua realidade. O propósito foi a inclusão dos estudantes e pensar coletivamente como subsidiar a permanência nesses espaços do ME e defender a manutenção de suas vidas e de seus familiares.

A presente pesquisa mergulhou no universo do movimento estudantil no curso de Educação Física, Enfatizo a atenção para as condições que viriam a permear os passos do movimento estudantil neste curso, as pautas, o posicionamento dos estudantes frente ao caso de racismo sofrido por um colega de turma na UFRJ, o que nos pareceu crer que a inserção de estudantes negros incomodou uma parcela da sociedade, pois a estrutura da universidade era mantida a partir de práticas conservadoras e para manter o status quo da classe dominante economicamente e que se repetirá em décadas a frente, como registramos nessa pesquisa. Nesse contexto, destaco a representatividade que nós estudantes pretas temos nesses espaços.

A manutenção dos estudantes dentro desses espaços parece ter sido por vezes desgastante, pelo fato das políticas públicas ainda serem, em geral, ineficientes diante de um contexto que reprime cotidianamente a expressão dos atores sociais e nesse aspecto estamos dialogando através da especificidade dos estudantes. Muitas vezes havia a dificuldade de identificação das pessoas que trabalham dentro das instituições em subempregos como funcionários terceirizados que por vezes foram silenciados, direta ou indiretamente, e ainda descrevendo a especificidade de gênero, as professoras que mesmo ocupando um local privilegiado eram as vezes silenciadas em reuniões de departamento pelos seus colegas.

A opressão assume aspectos sutis e pela forma que por vezes foram banalizadas socialmente se tornam apenas dissabores cotidianos no sentido de agregar significado ao combate as opressões. Nos espaços construídos pelo MEEF são fomentados o diálogo e o acolhimento, dando apoio para solução desses casos. Esse desenvolvimento deveria se dar de forma contínua, através da formação continuada, e com secretarias ou órgãos específicos para prevenções e punições efetivas para os agressores.

A representatividade que elucidamos aqui tem papel fundamental e é preciso que destaquemos classe social, raça e gênero e de que forma, senão por meio da organização coletiva, tais debates são elencados. Esse movimento propiciou que essas discussões saíssem dos muros de uma determinada Instituição e de um curso em específico. Neste sentido, os contextos que favorecerão a organização estudantil nem sempre foram/serão os mais confortáveis e por vezes eles nos farão renunciar a benefícios.

Os contextos sociais e políticos aliados à conjuntura econômica do país parecem ser fundamentais para fortalecer o movimento estudantil e me reporto à especificidade da UFRRJ para trazermos algumas questões.

A capacidade de articulação interna dos estudantes, em princípio pelo Vestibular interno da UFRRJ e depois em decorrência do Sistema de Seleção Unificada (SISU), fez com que a universidade recebesse alunos de outros estados. A residência estudantil no campus ou no seu entorno, seja por meio de repúblicas ou pelo próprio alojamento, nos pareceu um fator positivo para vivência nos espaços do movimento estudantil.

Dialogar sobre uma universidade pública na baixada fluminense do Rio de Janeiro nos parece demonstrar um contexto de resistência como sinalizado pela autora Lino de Paula (2004); remeter a história desta instituição centenária é ir mais distante, buscando refletir como se deu e ainda se dá a mudança de concepção sobre essa instituição e como a implementação dos cursos de licenciatura nos pareceu contribuir para uma concepção de universidade mais inclusiva, principalmente pela inserção dos cursos noturnos, facilitando o ingresso de estudantes que trabalham no período diurno adentrarem na Universidade pública e estudarem no noturno.

Remeter a representatividade ao papel da UFRRJ na periferia possibilita pensarmos de que maneira conseguimos acessar e retornar com o conhecimento adquirido por meio da universidade em nossos territórios. As alternativas teóricos/práticas advindas das licenciaturas parecem ainda não dar conta dos conflitos do cotidiano de ensino e nesse sentido, os movimentos organizados podem se constituir em alternativa de aproximação com a realidade, para propor organização social, planejamento participativo, análise de políticas públicas e de metodologias de ensinos, no sentido de propor críticas e qualidade social ao processo.

A especificidade do curso de Educação Física nos auxiliou a permear algumas discussões e nesse contexto faço menção a criação do curso na UFRRJ em 1978 e a concepção de ensino que começava a ser discutida por críticos da área na década de 1988 que questionava suas origens militarista e higienista, na perspectiva de doutrinação de corpos para uma educação física que deveria incorporar os elementos da cultura corporal do movimento, do corpo livre e dos saberes construídos através do meio que estamos inseridos.

Ao trazermos as ações do CALEF Rural neste período, pretendemos demonstrar que a atuação do movimento estudantil e a forma com que direcionou suas ações fez com que a UFRRJ se posicionasse de forma mais firme na defesa de seu currículo e possibilitou com que a luta fosse travada também contra o CONFEF, sendo respaldados pela EXNEEF e por todo seu acúmulo.

Apesar de tecermos críticas ao currículo de educação física, destacamos a importância da vivência a partir do ‘chão da escola’ e nesse sentido a integração feita pelas disciplinas Práticas de Ensino e Estágio Supervisionado, que parece ter permitido ao estudante refletir sobre a prática pedagógica e ainda ter proporcionado vivências importantes para o questionamento da realidade.

No entanto, percebemos que tais reflexões não se davam de forma isolada e desse modo remetemos a importância da organização estudantil como um dos instrumentos fundamentais para auxiliar no processo formativo de futuros professores e com isso, a publicação do ‘Caderno Debates’ nos trouxe alguns elementos para discutirmos sobre a prática pedagógica.

As possibilidades de implementação de um currículo que desse conta em articular a formação humana, profissional e o conhecimento crítico foram elencados em diversos textos que analisamos nos cadernos de debates.

O Caderno do MEEF no período histórico recortado ressaltou os embates institucionais, do MEEF, MEC e do sistema CREF-CONFEF nas discussões sobre a formação, a concepção do currículo e o perfil profissional. Ainda que não tenhamos conseguido implementar o currículo reivindicado pelo MEEF, representando uma concepção de educação integral e crítica, valorizando a formação em Licenciatura de Educação Física na perspectiva ampliada e crítica, que possibilitasse uma concepção de sociedade por meio dos nexos trabalho – sociedade – formação, já configurava um avanço. O questionamento da realidade possibilitou ao ME que vivências fossem modificadas e transformadas. Assim, nesse processo o MEEF transitou e transita de forma a articular e organizar essas intervenções.

A educação reflete parte dos conceitos atribuídos à sociedade capitalista, que parece entender as práticas de forma dissociada e fragmentada, pois, por vezes, o sistema desumaniza nossa prática, nossas relações de afeto e nossa trajetória de vida. Isto pode se manifestar nas ações de formação profissional, no currículo, no ensino-aprendizagem e no contexto social.

A atuação do ME nos espaços institucionalizados reconhece a particularidade do estudante não evidenciada em cada espaço formalizado e com isso agrega sentido para as práticas pedagógicas e nos proporciona ferramentas para que possamos acolher, fundamentar e, se houver necessidade, avançar em uma tentativa de mudança. Na perspectiva formativa, percebemos que nossa prática é fundamentada por uma concepção mais humanizada que se posiciona em defesa da universidade pública, gratuita, de qualidade social e contrária à fragmentação da profissão e à separação dos profissionais de uma mesma área em subclasses, reduzindo seu papel, gerando conflitos e nichos de mercado.

A instrumentalização por meio dos “Cadernos de Debates” ressaltou que o MEEF abarca desde as temáticas debatidas nos Encontros Nacionais e Regionais até a possibilidade de discussão das especificidades de cada universidade, fomentando debates teórico-práticos de forma contextualizada.

Com relação aos limites desta pesquisa, devemos mencionar que em primeiro momento esse estudo se basearia em um registro por meio da história oral dos atuantes no movimento estudantil e caracterizar os pressupostos históricos de criação do MEEF na UFRRJ, o que foi impossibilitado em decorrência do período da Pandemia de Covid 19 a qual fomos acometidos e mediante aos atravessamentos do trabalho formal da pesquisadora. Ressalto desde já a importância do investimento em programas como o PPGEA, possibilitando a permanência dos inscritos no programa através do financiamento das suas bolsas

Compreendemos que historicamente essa separação de classes e subclasses parece representar um projeto contínuo e cada vez mais cruel que parece ter a intencionalidade de nos esvaziar, de modo que fiquemos alheios a processos na tentativa de nos endurecer em face as atrocidades que ocorrem no dia a dia. Mesmo em meio a esse contexto, nos mantemos vorazes na tentativa de construir um outro projeto de sociedade e com isso reafirmo através dessa pesquisa que mesmo sem a compreensão de militância organizada, muitos de nós carregamos em nossa trajetória a militância por meio da luta travada no cotidiano e faço uso das palavras de Mauro Iasi para que possamos refletir sobre os próximos passos da nossa categoria “Quando os trabalhadores perderem a paciência...”

5 REFERÊNCIAS

AVELINO, J.N. **Entre Insubordinações e Insolências: Uma etnografia sobre violências de raça e Racismos em ambiente educacionais**, 2022 DISSERTAÇÃO. 91p.

ARAÚJO, M. P. N. **MEMÓRIAS ESTUDANTIS 1937-2007. DA FUNDAÇÃO DA UNE AOS NOSSOS DIAS. RJ.** Fundação Roberto Marinho, 2007. 308p.

BARBIERI, ALINE FABIANE, ANA BEATRIZ PORELLI, AND ROSÂNGELA APARECIDA MELLO. **Abordagens, concepções e perspectivas de educação física quanto à metodologia de ensino nos trabalhos publicados na Revista Brasileira de Ciências do Esporte (RBCE) em 2009.** Motrivivência 31 (2008): 223-240.

BRANDÃO, Carlos R. **A pergunta a várias mãos: a experiência da pesquisa no trabalho do educador.** São Paulo: Cortez, 2003.

BRASIL, 2007. **DECRETO Nº 6.096, DE 24 DE ABRIL DE 2007.**

BRASIL, https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm

BRASIL, MEC. **PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA DA UFRRJ, SEROPÉDICA, RJ, 2008.**

BRASIL, MEC-CNE-CES-Resoluções 01 e 2- de 2002.
http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces09_02.pdf

BRASIL, MEC-CNE-CES. Resolução 02/2015 2/2015
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=136731rcp_002-

BRASIL, MEC-CNE-CES. Resolução 07/2004.
https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN72004.pdf?quer_y=P

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação Física no Brasil: a história que não se conta.** Papirus Editora, 1988.

CASTELLANI FILHO, Lino et al. Metodologia do ensino de educação física. Cortez Editora, 2014.

CADERNOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA.
<http://131.255.84.97/index.php/cadernoedfisica/issue/view/1264>

DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **O desafio da Pesquisa Social**, 2011. RJ, Vozes, 2011.
BRASIL. Presidência da República. Decreto 6096 de 24 de abril de 2007. **Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais -REUNI.** D.O.U., Brasília, 25 abr. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm>. Acesso em: 14 julho 2023.

BRASIL, MEC. DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, CNE- CES (2010).

BRASIL, CFE,RESOLUÇÃO CFE 69/1969
https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CEE-SP_RES_9_195_1969.pdf

BRASIL, CFE..RESOLUÇÃO CFE 03/1987 <https://old.cev.org.br/biblioteca/resolucao-cfe-no-03-de-16-de-junho-de-1987>

BRASIL, MEVC. CNE. RESOLUÇÃO CFE 07/2004
https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN72004.pdf?quer_y=P

BRASIL, DECRETO DE LEI 8270/1945 <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8270-3-dezembro-1945-457382-norma-pe.html>

Brasil, DECRETO DE LEI 1212/1939 https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del1212.htm

BRASIL, Vinicius de Moraes. O MEEF e a construção de uma concepção de prática pedagógica: uma análise a partir dos cadernos de debates. 2012.

CONFED. Estatuto do Conselho Federal de Educação Física. Rio de Janeiro, nov. 2010a. disponível em: <http://www.confef.org.br/extra/conteudo/default.asp?id=471> Acesso em: 14jul. 2023.

CONFED. Licenciatura e/ou Bacharelado: opções de graduação para intervenção profissional. Revista da Educação Física, Rio de Janeiro, ano VI, n. 19, mar. 2006.

CONFED. Carga horária o curso de bacharelado em Educação Física. Revista da Educação Física, Rio de Janeiro, ano IX, n. 32, jun. 2009.

CONFED. O Sistema CONFED/CREFs informa. Revista da Educação Física, Rio de Janeiro, ano IX, n. 38, dez. 2010b.

CRUZ, Amália Catharina Santos. O embate de projetos na formação de professores de Educação Física: além da dualidade Licenciatura-Bacharelado. 2009. 151f. Dissertação (Mestrado em Educação) -Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

DIAS, Fernanda Braga Magalhães. A fragmentação da formação de professores de educação física: minimização da formação sob a ordem do capital. 2011. 293f. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Caderno de Debates. A Licenciatura Ampliada e as Lutas do MEEF. Vol. 13, julho/2011.

EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Caderno de Debates. Becos da memória. Pallas Editora, 2017.

FARIA, P. M F DE, CAMARGO, D. **Metassíntese: Revisão Sistemática qualitativa na área da educação.** . Revista Brasileira de Educação, v. 27 – ANO 2022.

ExNEEF 20 anos – **Se o Presente é de Luta, o Futuro nos Pertence.** Vol. 14, agosto/2012.

FIGUEREDO, Michael (Ed.). Estudantes da Rural ocupam reitoria da universidade contra a PEC do teto dos gastos. _Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/estudantes-darural-ocupam-reitoria-da-universidade-contra-pec-do-teto-dos-gastos-20358642.html>Acesso em: 05 jul. 2022.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. *Educação & sociedade*, v. 24, p. 93-130, 2003.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6^a. Ed. São Paulo: Atlas, 2008. 200p.

GAWRYSZEWSKI, Bruno. CONFEF: organizador da mercantilização do campo da Educação Física. 2008. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Educação)-Programa de PósGraduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

KUENZER, Acacia Zeneida. **As políticas de formação: a constituição da identidade do professor sobrante.** *Educação & Sociedade*, v. 20, p. 163-183, 1999.

LEMOS, Lovane Maria. **Formação profissional e a inserção de egressos do Curso de Educação Física da UNIJUI no mercado e no mundo do trabalho:** 1995-2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação Física) -Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2008.

LENAN SANDELOWSKI, M.; DOCHERTY, S.; EMDEN, C. ***Qualitative metasynthesis: issues and techniques. Research in Nursing and Health***, s.l., v. 20, n. 7, p. 365- 371, 1997. [https://doi.org/10.1002/\(SICI\)1098-240X\(199708\)20:4<365::AIDNUR9>3.0.CO;2-E](https://doi.org/10.1002/(SICI)1098-240X(199708)20:4<365::AIDNUR9>3.0.CO;2-E)

LINO DE PAULA, Lucília Augusta. **Movimento Estudantil da UFRuralRJ: memórias e exemplaridade.** Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Educação, 2004. Volume único, 316 p.1. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Educação. RJ.

MACHADO, Rogério Tauã Mello. Disputas em torno da formação em educação física: as DCN para o Curso de Graduação em Educação Física (2004-2018). 2022.

MATHEUS, M. C. C. **Metassíntese qualitativa: desenvolvimento e contribuições para a prática baseada em evidências.** Acta Paulista de Enfermagem, São Paulo, v. 22, n. spe1, p. 543-545, 2009. <https://doi.org/10.1590/S0103-21002009000800019>.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade.** 30 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. Cap. 1, p. 9-30.

MENEGHEL, Marina El Hajjar. Educação física é uma só! Formação unificada já! a campanha do movimento estudantil de educação física na ESEF/UFRGS. 2013.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. 4^a ed. São Paulo: Loyola, 2002.

MORSCHBACHER, Márcia. **Reformas Curriculares e a formação do (novo) trabalhador em Educação Física: a subsunção da formação à lógica privada/mercantil**. 2012. 247f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Escola Superior de Educação Física, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012

NASCIMENTO, Marcus Jary. **A Participação Política da Juventude Goiana no Movimento Estudantil Universitário: A Crise de um Projeto Social (1960-1985)**. Editora, 2002.

OTRANTO, Célia Regina, (2003). **A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e a Construção da sua Autonomia**. Tese de Doutorado. UFRRJ, CPDA,2003.

POERNER, Arthur José. **O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros**. Rio de Janeiro, Booklink Publicações Ltda. 2004

PENNA, Adriana Machado; A ORIENTAÇÃO DA PROF^a DR^a, Sob; TREIN, Eunice. Sistema CONFEF/CREFS: a expressão do projeto dominante de formação humana na Educação Física. 2006. Tese de Doutorado. Dissertação de Mestrado em Educação apresentada à Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense. Niterói.

SANFELICE, José Luís. A UNE na resistência ao golpe de 1964 e à ditadura civil-militar. MARCO, Jorge; SILVEIRA, Helder Gordim da; MANSAN, Jaime Valim. Violência e Sociedade em Ditaduras Ibero-Americanas no Século XX: Argentina, Brasil, Espanha e Portugal. Porto Alegre: EdiPUCRS, p. 61-78, 2015.

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do regime militar. Cadernos Cedes, v. 28, p. 291312, 2008.

SAVIANI, Dermeval et al. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, p. 151168, 1994.

SILVA, Elizandra Garcia da. A expansão da Universidade Federal do Amazonas: implicações a partir do financiamento em tempos de crise. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), v. 24, p. 26-44, 2019.

STEINHILBER, Jorge. Pontos, contrapontos e questões pertinentes à regulamentação do profissional de Educação Física. Motriz. Journal of Physical Education. UNESP, p. 52-63, 1998.

TAFFAREL, Celi Zulke. **FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA: DIRETRIZES PARA A FORMAÇÃO UNIFICADA**. BRASIL, UFBA, RELATÓRIO CNPQ, 2012. <https://periodicos.ufsm.br/kinesis/article/view/5726/3395>. Acessado em 14jul2023. DOI: <https://doi.org/10.5902/010283085726>

TAKEUCHI NOZAKI, HAJIME. ARTIGOS O MUNDO DO TRABALHO E O REORDENAMENTO DA EDUCAÇÃO FÍSICA BRASILEIRA. REVISTA DA EDUCAÇÃO FÍSICA. SP, Marília, UEM 10(1):3-12, 1999.

TAKEUCHI NOZAKI, HAJIME. *Educação Física e reordenamento no mundo do trabalho: mediações da regulamentação da profissão.* 2004. 368f. Tese (Doutorado em Educação)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

TAKEUCHI NOZAKI, HAJIME. *Trabalho e Educação na atualidade: mediações com a Educação Física brasileira. Educação.* Revista do Centro de Educação, vol. 40, núm. 1, janeiro-abril, 2015, pp. 183-200. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, RS, Brasil.

politécnica. Revista Brasileira de Educação. v.12, n.34, p. 137. 181. jan./abr., 2007.

6 APÊNDICES

Apêndice I

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCACÃO FÍSICA E DESPORTOS



RELATO DA OCUPAÇÃO DO GINÁSIO POLIDESPORTIVO DA UFRRJ - PELOS ESTUDANTES DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA DA UFRRJ- (2016) E A PAUTA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

PARTICIPAÇÃO MOVIMENTO ESTUDANTIL DA UFRRJ NA PAUTA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA – AS PROPOSTAS DO CENTRO ACADÊMICO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA – CALEF

(Análise do Apêndice I) – RELATO SINTÉTICO DAS REUNIÕES DOS ESTUDANTES DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UFRRJ – OCUPAÇÃO 2016-SEROPÉDICA 2016.

RELATO DAS REUNIÕES DOS ESTUDANTES DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UFRRJ

UFRRJ, 26/10/2016

1ª. NOITE DE OCUPAÇÃO NO DEFD em razão das medidas previstas pelo Governo Federal

(PEC 241/2016 (proposta de emenda à Constituição que estabelece o teto para os gastos públicos (PEC 241) foi apresentada pelo governo Temer em junho de 2016 como a principal medida para ajustar as contas públicas do país) e MP 746/2016 - ESCOLA SEM PARTIDO). Reunião Noturna – Pauta Principal:

Análise da conjuntura em uma abordagem geral e específica à Educação Física • Relação das reformas e seus reflexos na universidade no presente e para o futuro • Reforma do Ensino Médio e a Estruturação do currículo.

Informes Gerais:

- Liberação do espaço (Ginásio) para os atletas (atlética) para a realização dos treinos desportivos.
 - Conversa com a Atlética de forma que eles compreendam o motivo da Negação
- Articulação com a ocupação do Estudantes no P1 – Prédio Central da UFRRJ e a comunidade de Seropédica Encaminhamentos:
- Assembleia às 9h e a partir dela estabelecer uma negociação com a Atlética
- Formação das Práxis – 2 Teóricas e 2 práticas

RELATO DAS REUNIÕES DOS ESTUDANTES DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UFRRJ – UFRRJ, 27/10/2016

2º DIA DE OCUPAÇÃO NO DEFD em razão das medidas previstas pelo governo (PEC 241/2016, MP 746 /2016 – ESCOLA SEM PARTIDO).

Roda de Conversa (Turno da Tarde) – Com a presença do treinador Raphael

- Proposta da Atlética com o movimento – Esporte por Esporte
- Proposta do Movimento – Utilização do treino comunitário, com atividades concomitantes com a finalidade do movimento onde as oficinas seriam juntas com o treino.
- Maior aproximação dos Treinadores (Técnicos) com o movimento ○ Treino onde existe uma metodologia e embasamento teórico ○ Ocupação dos espaços pelos atletas
- Deliberação da nova assembleia com os treinadores
- Inicialmente foi deliberado que não haveria treino, ainda mais com a atitude ameaçadora do time de basquete e futebol, porém, com a mudança de pensamento deles e com o apoio e associação ao movimento com uma relação entre as duas partes, poderia haver uma mudança com a deliberação anterior.
- Assembleia na Segunda Feira – movimento e atleta (atlética) no turno da noite

2ª NOITE DE OCUPAÇÃO DO GINÁSIO (DEFD) – reunião noturna: informes gerais

- Reunião às 17h com os companheiros do P1 – Os companheiros, que permanecerem no alojamento ou no movimento do ginásio, unirão força com os companheiros do P1, principalmente na segurança, realizando rondas no ginásio de forma periódica;
- Assembleia segunda feira às 9h – A atlética reunirá os técnicos e após eles irão “negociar” o espaço do ginásio desde que concomitante as atividades do movimento;

OBS.: Foi deliberado em assembleia, a não utilização para treino, porém, com a maior reflexão das partes, deliberamos a realização das atividades concomitante ao movimento.

- Maior comunicação e esclarecimentos entre os técnicos e o movimento em razão da desarticulação entre os técnicos e os atletas;
- Estudantes Secundaristas do Instituto Rangel Pestana contribuindo e somando forças para o movimento, SEGUNDA PELA MANHÃ MAIOR ORGANIZAÇÃO DAS BRIGADAS

CRONOGRAMA FINAL DE SEMANA

SEXTA FEIRA – 11H fechar o ginásio, para auxiliar os companheiros do P1 e agilizar o almoço DOMINGO – Retorno às atividades e concentração no turno da tarde para montagem do cronograma da segunda feira.

UFRRJ,28/10/2016

3º DIA DE OCUPAÇÃO no DEFD em razão das medidas previstas pelo governo (PEC 241/2016, MP 746/2016, ESCOLA SEM PARTIDO).

Conversa com a Professora Amparo no turno da Manhã

- A conversa com a professora, prosseguiu de forma a estruturar mais o movimento, a fim de definir:
 - Pautas
 - Metodologia utilizada para enfrentar
 - Quem e o que é o “inimigo”? como ele atua?
 - Qual a orientação dada aos professores? (remanejo das aulas para o ginásio na forma de oficinas concomitante ao movimento).

UFRRJ 30/10/2016

5ª NOITE DE OCUPAÇÃO no DEFD em razão das medidas previstas pelo governo (PEC 241/2016, MP 746 /2016, ESCOLA SEM PARTIDO)

Informes Gerais

- Diálogo P1: Conversa Com a UJC, após o ENEM há a proposta o CTUR ser ocupado também;
- Chapas concorrentes à reitoria – pichações com a sigla MLP (carro suspeito com o adesivo da UFRRJ, que teria pichado a fim de desestabilizar o movimento) Quinta Feira assembleia no P1 e possível esvaziamento
- UJC disposto a propor uma reunião com os estudantes de educação física.

Reflexão sobre a ocupação até aqui

- Focar em poucas causas em vez de muitas (Igor) – reivindicação própria – intenção --- Definir a pauta, metodologia, o que enfrentamos, orientações
- A força dos estudantes
- Maturidade política

Cronograma de Segunda Feira – 31/10/2016

Alvorada – 6:00

Em frente do Departamento – 7:35

Mobilização – 8:00

OBS.: Assembleia da Atlética – 9:00

Roda de conversa Secundaristas – 9:00h – 11 h

Oficina de Biomecânica – 13:30

Oficina de tênis – 13:30

Roda de Conversa Relações étnico 15:00

Soltinho ou dança do ventre– 19:00 às 21:00

22h Reunião

OBS: CONVIDAR OS PROFESSORES PARA PARTICIPAREM DA RODA DE CONVERSA COM OS SECUNDARISTAS, DEIXAR CLARO O QUE ELES PODEM OU NÃO FAZER.

Cronograma Semanal

Mobilização Estudantil

Data da Próxima Assembleia

Utilização do forminho (ginásio pequeno e adaptado) pela Companhia - ok

Propostas

- Festival de modalidade esportiva – realizar uma lista com quem quer jogar, ressaltando a importância da modalidade. Aprovado
- Discussão ao treino, para que eles treinem e assumam uma responsabilidade com o movimento (quem participa, treina). Aprovado anterior
- Diálogo com as pessoas sobre ciência (Roda de conversa)
- Uma vez que a educação física não esteja atingindo o real objetivo dela, a proposta é chamar outros cursos (alunos) para dialogar conosco, para ter maior aproximação com os outros cursos, e que possa acontecer oficinas de cada área. Aprovado
(belas artes, filosofia)
- Oficina alternativa de forma a chamar todos como competição de Poker- Aprovado
- Determinar tempo de Duração de debate e treino Antes Diálogo com Ciência

UFRRJ 31/10/2016

6ª. NOITE DE OCUPAÇÃO no DEFD em razão das medidas previstas pelo governo (PEC

241/2016, MP 746 /2016, ESCOLA SEM PARTIDO)

Informes Gerais

- Reunião do CONSUL

Deliberação de flexibilização das faltas

Toda semana tem reunião do CONSUL para abordar as pautas do Movimento

-Institutos ocupados – IV, ICE_ PITAGORAS, IE - prédio central, IE-DEFID

-Institutos trancados – DG, IB. NO IM (Campus Nova Iguaçu) – Foi deliberada a desocupação ATLÉTICA – Foi deliberado que o horário entre os horários de 16 às 17 h será elaborada oficinas ou rodas de conversas 17 às 19 h é o horário de treino Aulas de Terça – Oficina de Material Alternativo.

Marcar Assembleia Quinta Feira às 13h

Pautas: Avaliação da Ocupação / Abertura dos Laboratórios / Porque fechar (PEC, MP, NOSSA FORMAÇÃO)

Pessoas de terça?

Cronograma

Prática de Ensino - 8h

Materiais alternativos às 10h

Rugby 15 às 16

Conversa com Ex-alunos - 18h Repasse do dia Propostas:

-Trazer os estudantes do Dutra

-Conversar com os professores que apoiam em trazer as aulas para o ginásio Poliesportivo.

-Definir uma comissão de Diálogo

-GTT de formação (O que são as siglas)

-Cultural

UFRRJ 01/11/2016

7º DIA DE OCUPAÇÃO no DEFD em razão das medidas previstas pelo governo (PEC 241/2016, MP 746/2016 – ESCOLA SEM PARTIDO).

Reunião com os professores no turno da manhã (Camila e Wesley) – A princípio houve receio quanto a aproximação dos discentes, porém, foi surpreendente a posição dos docentes, apoiando o movimento, mesmo que haja receio quanto ao cronograma e reposição das aulas. Como o movimento é estudantil, as deliberações devem vir dos estudantes.

Roda de Conversa com os professores no turno da manhã com os professores: Amparo e José Ricardo

- Problematizar para além da Educação
- Greve: Estratégia que tem que ser organizada, é uma organização/mobilização que envolve toda a classe trabalhadora
- Exercer a democracia requer diálogo
Ataque e silenciamento (opressão) à cidadania (classe trabalhadora), educação e do processo democrático.
- Greve setorizada e greve geral – Compreensão de que no momento a setorização não “afeta” / “gera” o efeito desejado
- Colocar como pauta o ocorrido no mutirão de forma a pensar o coletivo na sociedade e pensar ações
- Questão individual – O que realmente nos afeta? Será que a construção coletiva nos afeta? O coletivo requer diálogo e negociação
- 3 seguimentos e funções (dinâmicas) diferentes
- Quinta Feira – Reunião na ADUR

Roda de Conversa com os Professores (Fabiane, Aldair e Sissi)

- Informes Gerais

- Reunião dos professores (Calendário de aula suspenso para oficina concomitante ao movimento)

Proposta: Discutir sobre os impactos pós PEC – E ao? Depois da PEC (Setorização (horistas, Os)

Reunião com os atletas – Foi feito a crítica quanto ao movimento, mas conseguimos sanar todas as dúvidas.

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES:

Quinta Feira no turno da Manhã – Esclarecimento dos professores com os alunos Nno turno da

Tarde – Assembleia Geral . Oficina de Basquete às 16h . Intervenção da companhia de Dança – 17:00 e Reunião 20h.

CULTURAL – Samba dos Borras

Sexta Feira

Formatura dos Titânicos às 9h – OCUPA GUSTAVÃO

Oficina de primeiros socorros – 13:00 – no aguardo

Roda de conversa – leitura da PEC: 13 às 15h

Oficina dos esportes – 16h, Treino – 17h

Segunda Feira

Roda de Conversa sobre Marginalização: 9h

Roda de conversa sobre gênero e sexualidade 13h

GAYmada: 14 às 16 h

Aula Baile – Kelmer

Oficina modalidade esportiva 16h

Treino 17h

Terça Feira

Aula Bail, SiPibid – 13h às 17 h

Hegemonia e Legitimidade no campo de atuação da Educação Física – 13 às 15

Intervenções da com a temática Imagem corporal – 15 às 17 Oficina Cheer 16h

Oficina de Rugby – 17

Treino – 17h

Quarta Feira

Apresentação da Executiva e Ge Meef - 08h

Esporte de aventura – escolha e desafios 10h ,

GTT (grupo teórico) de formação – 13h

Ocupações e movimentos sociais Henrique– 15h, Oficina modalidade esportiva 16h Treino 17h .

Quinta Feira :

Oficina de treinamento funcional – 9h,

Roda de Conversa – A PEC está aí, E aí? - 13h.

Oficina de volei 16h, Aikijujutsu - 17h

Sexta Feira

Primeiros socorros – 9h

Intervenção comp. De Dança – 13h

Planejamento do Encontro de Ex-alunos dia 19 no sábado

8º DIA DE OCUPAÇÃO no DEFID em razão das medidas previstas pelo governo (PEC 241, MP 746, ESCOLA SEM PARTIDO)

Em Razão do Feriado, optamos por manter o ginásio trancado e os alunos ocupantes descansarem e resolverem questões pessoais.

No turno da Manhã

- Treino do Time de Futsal feminino No turno da Noite
- Retorno de alguns ocupantes ao ginásio

UFRRJ,03/11/2016

8º DIA DE OCUPAÇÃO no DEFID em razão das medidas previstas pelo governo (PEC 241/2016, MP 746/2016, ESCOLA SEM PARTIDO)

AUDITORIA COM OS PROFESSORES

- Esclarecimento inicial do porquê da ocupação (Camila)
- Encaminhamento: Permanência das pesquisas em laboratório –Motivo – Penalidade de entrega com correção monetária por conta do investimento dele.
- Quem toma decisões são os alunos devido a necessidade de esclarecimento do atual momento. Movimento necessita de pessoas, o movimento não é esvaziado.
- Afirmação da pauta sobre as notas e faltas por parte dos professores (calendário acadêmico) suspensão. Afirmação de apoio por parte dos professores.
13/11/2016 reunião marcada pelo CONSU – Conselho Universitário UFRRJ
- Calendário Acadêmico em conjunto com o CONSU juntamente com os integrantes da ocupação (estruturação)
- Pedido para que em pauta sobre as burocracias para o exercício do trabalho (nossa atuação no mercado) e consequência desta ocupação para quem e para quem já está no mercado de trabalho e necessita de documento.
- Discutir sobre o assunto e além do assunto em pauta, influência positiva com a união dos alunos, meio de sensibilização para que os alunos estejam presentes.
- Importância da Educação Física? Você sabe ter o esclarecimento desta importância? O embasamento teórico é importante “entrar em discussão”

Pedido ao corpo docente:

- Revisar a metodologia de trabalho não só na pedagogia e sim em que foi contratado, ensino, pesquisa e extensão, conversa sobre a postura que os alunos se apresentam; cobrar o melhor de cada aluno.
- Reflexão sobre os pontos positivos e negativos sobre a PEC (Vale salientar)
- Relação aluno x Professor – A formação requer uma visão ampliada
- Indignações também com as condições estruturais que bloqueiam ensino, pesquisa e extensão e que esta discussão também salienta
- Divulgar o calendário do próximo dia para que se possa acompanhar ativamente
- **Proposta: Documento sobre o que está discutindo e pautado. Gerar documento que nos paute perante a lei**
- Qual a visibilidade estamos tendo para com os integrantes da sociedade
- Qual o motivo da ocupação qual visibilidade temos com o movimento
- “toda democracia tem perdas e ganhos ainda no individualismo, mas as individualidades ficam prejudicadas mediante a decisão do coletivo em massa” (Fabiane)
- “Temos um sentimento de dívida e não de superioridade perante a sociedade” (Leo) ● Pauta na autocrítica perante o curso construir conceito perante a atual realidade.
- Encaminhamento – Atos para com a sociedade
- Discutir sobre as defesas de monografia

- Gerar documentos que paute perante a lei
- O que é PEC e MP
- A leitura minuciosa tanto da PEC quanto da MP, um documento argumentado porque regulamentos e que se faça o encaminhamento para sociedade.
- Façamos um documento em conjunto e que se leve para outras instâncias representando o argumento de rejeição
- Como discutir sobre o espaço de esporte e laser dentro da Universidade (Condições precárias)
- Esclarecer sobre os formandos, meios para que não prejudique o processo de conclusão de curso.

ASSEMBLEIA GERAL DOS ESTUDANTES

- Avaliação Geral do movimento:
- Avanços e perdas
- Abertura dos Laboratórios ou não / Defesas de monografia
- Eventos marcados (Sipibid)
- Caminhada no dia 13 /11/2016

OBS: Medida mais enérgica referente à postura de alguns professores. professores Pontos discutidos:

- Dúvida – Questão burocrática, atendimento aos discentes via internet através do E-mail; Como ficaria as aulas durante esse tempo ? Flexibilização das aulas e oficinas concomitantes ao movimento
- Avaliação (Avanços e Perdas)
- As questões positivas superaram as negativas;
- Qual o caráter que a ocupação tem? O caráter vai além das questões formativas, assim, caso abra todos os espaços o movimento perde foco (Isabella).
- Abertura das escolas / institutos para o Enem (Renan)
- Abertura dos Laboratórios e regressão dos resultados já obtidos (Igor).
- **Esclarecimento /contextualização sobre a MP, PEC, Escola sem Partido, Oficinas oferecidas, restrição da atuação profissional de educação Física. (Cris e Wesley)**
Abertura ou Não dos Laboratórios:
 - Mesmo que o projeto tenha tido o recebimento da verba, o projeto continuou em casa, o que não prejudicou a pesquisa, prejudicou os bolsistas discentes, podendo haver flexibilização dos laboratórios também. (Wesley)
 - Contra a abertura dos laboratórios, porém, participar do movimento, com FLEXIBILIZAÇÃO e não abertura total, porque estamos em ocupação (Andressa)
 - Complemento da Andressa – O laboratório é utilizado em várias salas, o posicionamento e contra pois abrir o laboratório e possibilitar que todos os espaços sejam abertos. (Isabella)
 - Qual o fator para definir a pesquisa que será feita e a que não será feita, a ideia é conseguir atingir todos os estudantes, é fechando tudo que conseguiremos ter mais visibilidade (Bilau)
 - O fechamento seria uma medida radical, pois certas demandas deveriam ser revistas, é contra o fundamentalismo radical do fechamento total do laboratório e realizar um diálogo com os coordenadores (Marcos Vinicius)
 - Concorda em Fechar (Ricardo)
 - Pegar os membros do Laboratório e usar eles de forma a mostrar o que são feitas na pesquisa, condiciona o laboratório a se expor. (Iggor)
 - Posicionamento contra, abrindo um possilita outro laboratório a abrir, pois as pessoas do laboratório não constroem e participam do movimento. (Renan)

- Os laboratórios podem participar das rodas de conversa e discutir política e não questões que já são debatidas em laboratório (questões de pesquisa) – Frank
- Quantos são a favor da Flexibilização – Por contraste haverá a flexibilização dos laboratórios , desde que eles participem dos espaços.
- Quantos é contra a abertura do laboratório – 5
- Abstenção – 1 SIPIBID
- Quem é favorável a abertura dos espaços – por contraste, ok
- Quem é contra – 0
- Abstenção - 10
- Caminhada dia 13/11/2016

Reunião Noturna

Cronograma ok

UFRRJ, 08/11/2016

Reunião do cônsul – A partir de hoje até fim da ocupação a bandejão foi liberado para os filhos do COPAMA.

Ato em nova Iguaçu, sexta feira às 14 horas

Quarta Feira – Mesa de Economia – análise econômica 14h

Sexta Feira – Tour dos alunos secundaristas passando pelos institutos ocupados.

Cultural

Ciranda – A princípio quinta Feira

UFRRJ 10/11/2016

9º DIA DE OCUPAÇÃO no DEFID em razão das medidas previstas pelo governo (PEC 241/2016, MP 746/2016, ESCOLA SEM PARTIDO)

Indicativo de desocupação

Cronograma

Sexta Feira

ATO no 49 – mística informativa – Jornal

Horário: 9:00

Tema: Educação e Saúde

Terça Feira

Reunião às 20:00

Quarta Feira

Fabiane – Em aberto

Oficina de recreação e lazer

Oficina de Rugby

Companhia de Dança (a confirmar)

Quinta Feira

Falar com o Fabrício e Ademir para utilizar a piscina

Cine Debate – Data Show

Chá de bebê

Amanhã ir à Assembleia às 9:00 e a partir do que for decidido, estruturar o cronograma da semana que vem.

SÍNTESE DA OCUPAÇÃO:

Iniciamos a ocupação na UFRRJ no dia 26/10/2016, a partir da demanda de estudantes que não acompanham o CA visto as mobilizações que ocorriam na universidade e a necessidade de maiores informações, a respeito das reformas e seus reflexos para universidade e sociedade, assim, foi realizada uma Assembleia Extraordinária e decidido coletivamente a ocupação do ginásio e trancamento do departamento. Houve resistência de alguns professores inicialmente, porém após o diálogo a luta entre professores e estudantes se unificou.

A articulação e aproximação sobre as reformas e as futuras interferências enquanto futuros profissionais foi o que mais aumentou em questão de reflexão e adesão ao movimento, não apenas enquanto interferência social e de forma mais ampla. A mobilização dos estudantes de educação física foi uma iniciativa a outros departamentos a aderirem e se organizarem quanto as questões e reflexões da ocupação e análise da conjuntura. O movimento estudantil na UFRRJ impulsionou maior reflexão e aproximação entre docentes, discentes e técnicos resultando a tomada da greve e o resultado da consulta referente a próxima gestão da UFRRJ e podemos vislumbrar uma futura aproximação da reitoria aos movimentos estudantis visto que as propostas e participação enquanto militantes da chapa “Conectar” que foi a eleita é a que mais se aproxima com as demandas estudantis

7 ANEXOS

Anexo 1 – Banner Divulgação Semana Academica CALEF UFRRJ 2014



Anexo 2 – Banner de Divulgação Semana Acadêmica CALEF UFRRJ 2016



Anexo 3 – Registro XXXVII ENEEF RIO



Anexo 4 – EREEF Rural 2013 PRAXY Surf



Anexo 5 – Resposta CNE/Reitoria para Email do Centro Acadêmico

The screenshot shows an Outlook inbox with the following details:

- Subject:** Re: Resposta do CNE
- To:** Ana Dantas [19:53] (CALEF RURAL)
- Message Preview:** A large blue redacted area.
- Body:**

Estive com o Presidente da Câmara de Educação Superior do CNE, conversamos e ele me repassou uma resposta ao documento que a profª Ligia havia protocolado quando da estada dela e do grupo da Rural em Brasília, anteriormente. A resposta é muito promissora e estou preparando um Ofício para encaminhar ao CREF, esclarecendo que estamos totalmente amparados em nossa formação, que é ampla e garante a atuação em todos os espaços educativos formais e informais. No entanto, esse ofício tem que ser bastante bem delineado para não deixar dúvidas da nossa posição e do amparo legal que temos. Por isso estou submetendo também ao nosso Procurador Jurídico, para que ele dê uma orientação mais abalizada. Não o fiz antes porque ele estava em viagem para reunião da AGU e só regressou nesta semana, mas ficou envolvido com uma série de processos judiciais que tinham prazo para resposta na corrente semana. Como não tenho scanner em casa, vou pedir amanhã para que seja escaneado o documento do CNE e repassado para vocês, é esclareço que na próxima semana estaremos encaminhando ao CREF o posicionamento do CNE e as nossas providências internas capazes de propiciar a todos os agressos e atuais estudantes a tranquilidade necessária para conduzir as suas atividades profissionais.

Um abraço,
- Attachments:** i.safe.pdf, PROP-05-AON-LIBERT...PDF, PROP-02-AON-00014...PDF, 42-100-1-SM(1).pdf, 42-100-1-SM.pdf
- Toolbar:** Pesquisar, Novo, Responder, Excluir, Arquivar, Lixo Eletrônico, Limpar, Mover para, Categorias, ...
- Left Sidebar:** Pastas (Caixa de Entrada, Lixo, Rascunhos, Enviados, Excluídos, Ao Calef, ENDEREÇOS, Inscrições SAC 200..., RESUMOS Semana ...), Visualizações..., Documentos, Fotos (1), Sinalizadas.
- Bottom Bar:** Iniciar, Microsoft Edge, Outlook - calef-rural@holme...

Anexo 6 – Jurisprudências na Defesa da Formação Ampliada em Licenciatura em Educação Física – Favoráveis à UFRRJ e à Decisão do CNE:

1) JURISPRUDÊNCIA - FAVORÁVEL (CASO SIMILAR AO DA UFRRJ - ARGUMENTOS IMPORTANTES):

Processo: REEX 59705720114058200

Julgamento: 28/05/2013

Data de publicação: 31/05/2013

Ementa: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. REJEIÇÃO DA PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA. REGISTRO PROFISSIONAL COM ANOTAÇÃO DE ATUAÇÃO PLENA.

POSSIBILIDADE. APELAÇÃO E REMESSA OFICIAL IMPROVIDAS. 1. Remessa oficial e apelação cível interposta pelo Conselho Regional de Educação Física em face de sentença que julgou parcialmente procedente a demanda, "para declarar o direito de o autor manter-se registrado nos assentos do Conselho réu na categoria "Licenciado" **atuação "Plena"**, independentemente de prazo de validade" e, em consequência, determinar que o réu se abstinha de praticar atos que possam restringir o campo de **atuação** da profissão do autor, relacionado ao referido registro profissional. Condenou, ainda, o CREF em honorários advocatícios, fixados em R\$ 1.000,00 (mil reais). 2. Rejeição da preliminar de incompetência absoluta da Justiça Federal, pois não se incluem, na competência do Juizado Especial Cível, "as causas para a anulação ou cancelamento de ato administrativo federal, salvo o de natureza previdenciária e o de lançamento fiscal" (Lei nº 10.259 /2001, art. 3º, parágrafo 1º , III). 3. O autor, profissional formado no curso de licenciatura de educação física, ajuizou a presente ação objetivando a manutenção em sua carteira profissional, da anotação "**ATUAÇÃO PLENA**", inclusive após a renovação do referido documento, a ser realizada no ano de 2015, o que lhe permite exercer a sua profissão em toda e qualquer área relacionada à educação física. 4. Confirmação da sentença que adotou o entendimento de que, sendo a Lei nº 9.696 /98 a única que regulamenta a profissão do educador físico, e levando em conta que esta não estabeleceu qualquer restrição ao profissional licenciado, não há como diminuir seu campo de **atuação** por meio de resoluções. 5. Registre-se que, de acordo com os "Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura", editados pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, exige-se para a "Licenciatura em Educação Física" uma carga horária de 2.800 horas, a ser integralizada em 03 anos e para o "Bacharelado em Educação Física" uma carga horária de 3.200 horas, a ser integralizada em 04 anos. Hipótese em que o curso de licenciatura foi realizado em 4 anos e totalizou uma carga horária de 3.330 horas, o que supera até a carga horária prevista para o curso de bacharelado. 6.

Apelação e Remessa Oficial improvidas....

Fonte: <http://trf-5.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/23660282/apelreex-apelacao-reexameneccesario-reex-59705720114058200-trf5->

2) JURISPRUDÊNCIA FAVORÁVEL À UFRRJ

<http://jus.com.br/artigos/18948/o-direito-do-licenciado-em-educacao-fisica-ao-livre-exercicio-da-profissao-em-quaisquer-das-areas-de-atuacao-profissional> Assim, podemos tecer as seguintes conclusões finais:

1º) A Lei Federal nº 9696/98, que regulamentou a profissão do profissional da Educação Física não fez nenhuma distinção entre os cursos de Licenciatura e Bacharelado, exigindo apenas a formação em Educação Física e o registro nos CREFs como condição para o exercício da profissão;

2^a) A Lei Federal 9394/96 – LDB – estabeleceu a exigência de formação superior em curso de Licenciatura para a atuação na educação básica, mas não limitou a atuação do licenciado apenas à educação básica, porquanto a intenção da lei foi proibir pessoas que não tivessem a formação em licenciatura de atuar nas escolas, mas não, proibir o licenciado de atuar fora das escolas; 3^a) A Lei n. 4.024/1961, com a redação dada pela Lei n. 9.131/1995, previu que o MEC poderia exercer atribuições em matéria de educação, ou seja, regulando o ensino nas escolas e universidades, mas as resoluções do MEC não têm alcance fora daquele âmbito (escolas e universidades), isto é, não podem interferir no exercício da atividade privada, matéria de competência da União, através do Poder Legislativo Federal – Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado Federal).

4^a) A Constituição Federal, em seu art. 170, § único, dispôs que é livre o exercício de qualquer trabalho ou profissão, nos termos da lei, o que significa dizer que somente a lei em sentido estrito, lei formal, no caso a lei ordinária, pode regulamentar ou restringir o exercício da qualquer profissão.

5^a) A restrição ao exercício profissional por meio de lei deve ser expressa, clara e indubitável, sob pena de atingir direito fundamental e social do cidadão (dignidade da pessoa humana, direito ao trabalho, etc.), tanto é que a jurisprudência dos Tribunais tem vedado a fiscalização pelos CREFs das atividades de artes marciais, dança e yoga, ante a ausência de maior precisão e especificidade da lei nº 9696/98, quanto à sua área de abrangência;

6^o) Por fim, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, é obrigatória a inclusão no currículo dos cursos de Educação Física, inclusive na Licenciatura, de matérias como Anatomia, Fisiologia, Bioquímica, Desenvolvimento Motor, artes marciais, dança, esportes, jogos etc., que tornam o Licenciado em Educação Física apto ao exercício da profissão em academias, clubes e quaisquer áreas afins.

Leia mais: <http://jus.com.br/artigos/18948/o-direito-do-licenciado-em-educacao-fisica-ao-livreexercicio-da-profissao-em-quaisquer-das-areas-de-atuacao-profissional#ixzz2o9PK6LGm>

3) JURISPRUDÊNCIA FAVORÁVEL À UFRRJ: PARECER: CNE/CES 0058/2004

Princípios norteadores das Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena

As Diretrizes Curriculares foram desenvolvidas a partir de uma concepção interativa de conhecimentos pautados nas tradições cultural e científica do nível e/ou da área de formação, que são estabelecidos a partir das questões que emergem do cotidiano. A intenção é possibilitar a transformação da compreensão sobre o mundo vivido, e oportunizar a construção de conhecimentos significativos que se reorganizam em forma de teorias, experiências, habilidades, competências e atitudes. Estas Diretrizes Curriculares foram sistematizadas a partir do reconhecimento de que são inequívocas a autonomia e a flexibilidades preconizadas pela Lei de Diretrizes em Bases da Educação Nacional (Lei n. 9394/1996). A LDB possibilita às Instituições demonstrarem competência para elaboração do projeto pedagógico e curricular de seus cursos, com ampla liberdade para interagir com as peculiaridades regionais, com o contexto institucional, com as demandas do mercado de trabalho e com as características, interesses e necessidades da comunidade.

Anexo 7 – Modelo do Instrumento - Revisão Sistemática de Fonte: “Cadernos de Debates” que foram editados pelo MEEF-ExNEEF da Gestão 1993/1994 - Cadernos de textos da Executiva Nacional do Movimentos Estudantil publicados de 2012-2014

Título da Publicação	
Objetivo do texto	
Referências de base utilizadas na publicação e documentos citados	
Conteúdo abordado e palavra-chave(s)	
Importância da publicação para a temática	
Tipo de Pesquisa (teórica, documental e/ou de campo)	
Quantidade de laudas	
Outras Informações importantes para a temática	

Fonte: Adaptado de Souza (2002)

Anexo 8 – Planilhas de artigos

Caderno de debate				
Volume	Ano	Título	Autor	Página
14	2011 – 2012	Crítica a formação na Ed. Física em defesa de novas diretrizes	Taffarel	75
14	2011 – 2012	Licenciatura ampliada	Dos Santos e Meneghel	136
14	2011 – 2012	O MEEF e a UNE: Reafirmando ruptura, contribuição para debate de reorganização	Pugher, Sturmer Lovatto e Portella	24
15	2012 – 2013	A luta pela formação unificada... em defesa da licenciatura ampliada	Silva e Rogue	51
16	2013 – 2014	Situação política e reorganização do movimento estudantil: Debates e contribuições	Ballardin e Rodrigues	15
16	2013 – 2014	Formação em educação física	Oliveira, Miranda e Rogue	49
17	2014 – 2015	Formação em educação física: Com a palavra, estudantes	Rogue e Teles	23
17	2014 – 2015	Educação, Educação física e luta de classes	Souza	32